

FÉ, POLÍTICA E CIDADANIA

Cadernos Temáticos do NESP
Número 3: Fé, Política e Cidadania: pesquisas

NÚCLEO DE ESTUDOS SOCIOPOLÍTICOS (NESP)

Grupo Gestor

Representantes da PUC Minas:

Adriana Maria Brandão Penzim

Raquel Beatriz Junqueira Guimarães

Robson Sávio Reis Souza (Coord.)

Representantes da Arquidiocese de Belo Horizonte:

Cássio Ferreira Borges

Frederico Santana Rick

José Zanetti Gonçalves

Assistente Administrativo:

Carmem Lúcia de Araújo Vieira

COMITÊ EDITORIAL DESTA PUBLICAÇÃO

Adriana Maria Brandão Penzim (Coord.)

Carlos Frederico Barboza de Souza

Claudemir Francisco Alves

Raquel Beatriz Junqueira Guimarães

Robson Sávio Reis Souza

William Cesar Castilho Pereira

FÉ, POLÍTICA E CIDADANIA: pesquisas

**ADRIANA MARIA BRANDÃO PENZIM (Org.)
BRUNO MÁRCIO DE CASTRO REIS
EDWARD NEVES MONTEIRO DE BARROS GUIMARÃES
IZABELLA FARIA DE CARVALHO
KARINA PEREIRA DOS SANTOS
PAULO SÉRGIO SOARES
ROBSON SÁVIO REIS SOUZA**



**Belo Horizonte
2013**

@2013 Núcleo de Estudos Sociopolíticos – Nesp

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida sem a autorização prévia do Nesp.



GRÃO-CHANCELER: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

REITOR: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

VICE-REITORA: Patrícia Bernardes

Catlogação na Publicação (CIP)

Fé, política e cidadania: pesquisas / organização por Adriana Maria Brandão Penzim. - Belo Horizonte: Nesp/PUC Minas, 2013. (Cadernos Temáticos do Nesp, 3)
188 p.; ilust. color.

Contém mapas

ISBN 978-85-8239-007-8

1. Igreja – Brasil 2. Pesquisa social 3. Religião e política I. Penzim, Adriana maria Brandão II. Série

CDD: 261.70981

Núcleo de Estudos Sociopolíticos – Nesp

Av. Dom José Gaspar, 500, prédio 4, sala 205 – Coração Eucarístico – Belo Horizonte – MG – CEP 30535-901 –
Telefone (31) 3319-4978

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
Quando fé e política se encontram: apontamentos de pesquisa <i>Adriana Maria Brandão Penzim</i> <i>Bruno Márcio de Castro Reis</i> <i>Karina Pereira dos Santos</i> <i>Robson Sávio Reis Souza</i>	13
Os aglomerados sob a ótica geográfica e eclesial na Arquidiocese de Belo Horizonte <i>Izabella Faria de Carvalho</i> <i>Paulo Sérgio Soares</i>	89
Traços do perfil contemporâneo do laicato da Arquidiocese de Belo Horizonte. Algumas reflexões teológicas e pastorais em torno da mentalidade religiosa predominante <i>Edward Neves M. B. Guimarães</i>	129
Sobre os autores	187

Apresentação

INICIADA EM 2011, a série “Cadernos Temáticos”, editada pelo Núcleo de Estudos Sociopolíticos da PUC Minas e da Arquidiocese de Belo Horizonte, objetiva divulgar, periodicamente, textos, reflexões, relatórios de projetos e outras produções de especial relevância, voltadas para a formação política dos cristãos engajados em movimentos sociais, pastorais e em variadas atividades da sociedade civil organizada.

Desde a sua criação, em 2005, o Núcleo, trabalhando de modo variado e amplo, vem-se dedicando à educação popular no campo político. Ao longo desses anos, e entre outras ações de formação e capacitação, tem produzido materiais distintos, dos mais simples aos mais complexos, de acordo com o alcance formativo pretendido e os públicos a que se direcionem. São cartilhas, livros, vídeos, textos eletrônicos, materiais audiovisuais.

O primeiro caderno, intitulado “Acompanhamento do Legislativo: o que é e como fazer”, reportou um projeto desenvolvido ao longo de três anos pelo Nesp de criação e difusão de um instrumental metodológico que, ofertado à sociedade civil, pudesse fomentar o desenvolvimento da participação política ativa dos cidadãos junto ao Parlamento, estadual e municipal, visando ao incremento de ações voltadas para o monitoramento dos poderes públicos.

O segundo caderno, intitulado “Ética e Corrupção: dilemas contemporâneos”, trouxe o registro do seminário de mesmo nome,

ocorrido em setembro de 2012, fruto de uma parceria entre o Nesp, o Departamento de Filosofia da PUC Minas e o Ministério Público Estadual, integrando dois outros projetos mais amplos denominados, respectivamente, “O que você tem a ver com a corrupção”, desenvolvido pelo MPE; e “Eleições 2012: voto na cidade”, realizado pelo Nesp.

Este terceiro caderno conjuga em seu título três questões que integram a existência do cristão no mundo: a vivência da fé, a ação política e o exercício da cidadania. Aqui se apresentam os resultados de pesquisas que têm em comum o propósito de promover a reflexão sobre a ação dos cristãos católicos na Arquidiocese de Belo Horizonte, com vistas ao aprimoramento de sua atuação presente e futura, no firme propósito de construção de uma sociedade justa e fraterna.

São textos em formatos diversos e linguagens distintas. A comissão editorial optou por não exigir a adoção de um padrão único para que a natureza dos textos e sua escrita fossem representativas das próprias pesquisas e do modo como foram realizadas. Assim, o leitor entrará em contato com três estratégias metodológicas manifestas em suas linguagens próprias.

O primeiro texto, denominado “Quando fé e política se encontram: apontamentos de pesquisa”, discorre sobre um trabalho investigativo desenvolvido por equipe do Núcleo de Estudos Sociopolíticos entre 2009 e 2013, com vistas a conhecer e caracterizar os grupos formados por leigos católicos que atuam em um campo que, em voz corrente, é designado “fé e política”. Tendo como fio condutor narrativas obtidas em entrevistas individuais e coletivas, pode-se conhecer o itinerário histórico percorrido pelos grupos desde seu surgimento, suas trajetórias, características institucionais, modos de funcionamento, estratégias de atuação, vínculos e parcerias que estabelecem, elementos facilitadores e dificultadores de sua ação, e os resultados que vêm obtendo. Destacam-se as con-

cepções de fé e de política que circulam entre tais grupos, de modo a compreender como inspiram e sustentam suas práticas. Trata-se, como se verá, de um belo encontro entre mística e profecia, em que a força viva da fé tem por horizonte a produção de novos modos de existência cidadã.

Em seguida, o artigo intitulado “Os aglomerados sob a ótica geográfica e eclesial na Arquidiocese de Belo Horizonte” apresenta um olhar geográfico-pastoral sobre as vilas e favelas localizadas na Arquidiocese de Belo Horizonte e os principais pressupostos teológicos e pastorais da atuação da Igreja nesse âmbito, abrindo pistas de reflexão para a evangelização nessa realidade urbana. Seus autores, Izabella Faria de Carvalho e padre Paulo Sérgio Soares, buscam identificar e descrever a localização e o número de habitantes desses aglomerados e como eles se distribuem nas diversas paróquias e regiões episcopais da Arquidiocese. Integrantes do Centro de Geoprocessamento de Informações e Pesquisas Pastorais e Religiosas (Cegipar), setor do Anima PUC Minas, os autores, neste estudo, não objetivaram analisar a presença nem a atuação pastoral dos católicos nesses ambientes — o que ocorreu durante cerca de duas décadas, sobretudo por meio da Pastoral de Vilas e Favelas.

O trabalho final é de autoria de Edward Neves M. B. Guimarães, coordenador do Centro Superior de Estudos Teológicos e Pastorais (Cestep), setor que também integra o Anima PUC Minas. Intitulado “Traços do perfil contemporâneo do laicato da Arquidiocese de Belo Horizonte: algumas reflexões teológicas e pastorais em torno da mentalidade religiosa predominante”, o artigo inicia situando o Concílio Vaticano II como marco importante na explicitação da dignidade do laicato na Igreja. A partir da ideia de que os cristãos leigos participam direta e intrinsecamente da missão evangelizadora da Igreja, mas nem sempre são percebidos e/ou reconhecidos em sua plena cidadania eclesial, discorre sobre

as manifestações da mentalidade religiosa predominante, os traços característicos do perfil dos leigos em uma igreja particular. Esses traços oferecem elementos importantes que contribuem, substancialmente, para a avaliação crítica e autocrítica dos projetos pastorais e da própria ação evangelizadora da Igreja. Se por um lado, os leigos participam como agentes da evangelização, por outro, simultaneamente, constituem o grupo eclesial mais exposto às influências, como receptores diretos, dos impactos das ações evangelizadoras aplicadas. O autor descreve cinco perfis distintos no laicato na Arquidiocese de Belo Horizonte e, em seguida, para cada um deles, tece comentários teológicos e aponta pistas pastorais.

O Nesp agradece aos autores, aos membros do Comitê Editorial, e a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a realização e a publicação deste número dos cadernos temáticos.

Grupo Gestor do Nesp



ARTIGOS

Quando fé e política se encontram: apontamentos de pesquisa

ADRIANA MARIA BRANDÃO PENZIM
BRUNO MÁRCIO DE CASTRO REIS
KARINA PEREIRA DOS SANTOS
ROBSON SÁVIO REIS SOUZA

A PESQUISA DE QUE TRATA este texto foi desenvolvida pelo Núcleo de Estudos Sociopolíticos (Nesp)¹ da PUC Minas e da Arquidiocese de Belo Horizonte com vistas a conhecer e caracterizar os grupos formados por leigos católicos que atuam em um campo que, em voz corrente, é designado “fé e política”. Resguardada sua diversidade, trata-se de coletivos oriundos dos setores da Igreja Católica que afirmam em suas práticas a integração entre fé e ação

¹ O Núcleo de Estudos Sociopolíticos da PUC Minas e da Arquidiocese de Belo Horizonte foi criado em 2005, quando se comemoravam os 40 anos de publicação da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* que, atualíssima, lembra aos cristãos a importância de sua ação no mundo, visando à construção do bem comum e à promoção da justiça e da paz. O Nesp dedica-se à educação política de grupos e coletivos que, engajados em movimentos sociais, pastorais e nas mais variadas atividades da sociedade civil organizada, têm buscado "cooperar na solução das principais questões do seu tempo" (GS,10) e, ao longo desses anos, na interface entre ensino, pesquisa e extensão, tem direcionado suas ações à formação, à capacitação, à pesquisa e à produção de conhecimentos que possam auxiliar tais grupos em sua atuação social e política, tendo como horizonte o advento de práticas transformadoras.

política como constitutiva do cotidiano cristão. Na voz de um dos membros desses grupos, fica bem claro o bom encontro:

Porque o que Jesus ensinou foi isto: estar preocupado com o ser humano e não simplesmente com a salvação da alma, estar preocupado com as questões da vida, do dia a dia. Que nós temos muitos desafios neste mundo [...]. Desafio da violência, desafio da corrupção, desafio mesmo da globalização que traz muitos desafios pra gente [...] A gente tem que estar preparado, tem que estar ligado no que está acontecendo no mundo de hoje [...].

Desde já, é importante sublinhar a concepção qualitativa da pesquisa realizada, cuja finalidade principal não se restringiu a um mero e objetivo levantamento de dados e informações mas, especialmente, tentou estabelecer vínculos e estreitar laços de solidariedade entre o Nesp e os grupos participantes da pesquisa, e conhecer suas demandas de formação e aperfeiçoamento, à luz da reflexão crítica realizada por seus próprios membros².

Certamente, tais finalidades realizam-se de modo gradual e resultam do avançar do trabalho e do amadurecimento das relações entre o Nesp e os grupos, uma vez que não se afirma aqui uma noção destes últimos como “objeto da pesquisa”, em uma postura que toma o sujeito (individual ou social) como coisa a ser examinada. Assim, privilegiou-se uma metodologia que, como ca minho,

² Vale lembrar que, quando de sua fundação, o Nesp teve a estimular suas ações uma demanda expressa pelos participantes da 2ª Assembleia do Povo de Deus que, alinhados em uma clara opção pelos pobres, apontaram a importância de uma *práxis* cristã transformadora. No documento denominado “Igreja Viva: povo de Deus em comunhão”, que registra as “Decisões e Práticas sobre a Inserção Social” tomadas naquela assembleia, tais grupos afirmam a necessidade de aprofundar seus conhecimentos no âmbito social e político, visando ao fortalecimento de suas ações e, para tanto, propõem o estabelecimento de uma parceria com a PUC Minas e a criação de um núcleo de estudos voltado para a formação de seus membros.

levasse ao diálogo gerador de novos arranjos relacionais, nos quais pesquisador e pesquisado agem em conjunto.

Ao longo da investigação, procurou-se levantar o itinerário histórico percorrido pelos grupos desde seu surgimento, compreendendo suas trajetórias, características institucionais, modos de funcionamento, estratégias e táticas de atuação, vínculos e parcerias que estabelecem, elementos facilitadores e dificultadores à ação e os resultados que vêm obtendo.

Denominado “Mapeamento de Grupos e Práticas de Fé e Política Presentes na Arquidiocese de Belo Horizonte”, o estudo teve início em meados de 2009, tendo se estendido até o início de 2013.

A adoção do termo “prática”, presente no título da pesquisa, não se deu aleatoriamente. “A prática não é uma instância misteriosa, um subsolo da história, um motor oculto: é o que fazem as pessoas (a palavra significa exatamente o que se diz)”, ensina-nos o historiador Paul Veyne (1982, p.159). Simples, porém de enorme grandeza e com repercussões importantes, uma vez que são as práticas que adotamos em nosso viver que, associadas aos discursos, estabelecem modos de existência. Modos esses que tanto podem trazer a novidade e promover a transformação quanto insistir na reprodução de relações que sustentam a exploração, a dominação e a mistificação — situações que impedem a realização da vida em plenitude. É por meio de nossas práticas que podemos tentar construir um mundo mais de acordo com os nossos desejos e concepções de vida. Práticas são, portanto, escolhas éticas que tomam forma e se concretizam.

Paralelamente, ponto de grande importância no estudo, foram também levantadas as concepções de fé e de política circulantes no interior de tais grupos, visando compreender como na conexão entre fé e política ordenam-se as práticas que realizam. Mais a diante, tais questões serão discutidas com mais vagar, a partir das narrativas dos entrevistados.

Para realização da pesquisa foi constituída uma pequena equipe integrada por professores e alunos da PUC Minas, que contou

também com a colaboração eventual dos representantes das regiões episcopais no NESP³.

Em uma fase preliminar interna, que consistiu no treinamento do grupo de pesquisadores, foram realizados estudos teóricos e metodológicos, visando à construção de um plano de trabalho e à definição de instrumentos de pesquisa. Concluída essa fase, deu-se início ao trabalho de campo.

Em um primeiro momento, foi preciso localizar os grupos, dispersos em paróquias e comunidades, o que se fez por meio de busca ativa, acionada de variadas maneiras. De pronto buscamos informações com lideranças comunitárias nas diversas regiões episcopais da Arquidiocese e, a partir de então, se foi constituindo uma rede de informações sobre a existência de tais grupos, ou seja, um que indicava outro, que ouvira falar de outro, e assim sucessivamente.

De inspiração multidisciplinar, a investigação fez-se à luz de muitos autores⁴, com ênfase metodológica na construção da história oral, por meio da realização de entrevistas individuais e coletivas com os membros dos grupos. Trabalhando com roteiros abertos, as pessoas podiam se manifestar de forma livre, em ricas narrativas.

O recurso à oralidade constitui meio que permite privilegiar a memória e a narrativa dos acontecimentos tomados na perspectiva da experiência.

A narrativa mergulha as coisas na vida do narrador para depois as ir aí buscar de novo. Por isso a narrativa tem gravadas as marcas do narrador, tal como

³ Participaram da pesquisa os professores Adriana Maria Brandão Penzim (coordenadora) e Robson Sávio Reis Souza e os alunos estagiários Bruno Márcio de Castro Reis e Karina Pereira dos Santos; na etapa inicial participaram Luzia do Carmo Barcelos (RENSE) e Flávio Lúcio Pinto. Os mapas foram realizados pela equipe do CEGIPAR, sob a coordenação de Izabella Carvalho.

⁴ Muitos foram os autores estudados, destacando-se, no que tange às concepções de prática, Paul Veyne, Michel Foucault e Michel de Certeau; no âmbito da história oral, Paul Thompson e Alessandro Portelli; em educação popular, William Castilho Pereira; no estudo dos movimentos sociais, Maria da Glória Gohn, e, por fim, as propostas institucionalistas de René Lourau, em especial no que concerne à noção de restituição.

o vaso de barro traz as marcas da mão do oleiro que o modelou. (BENJAMIN, 1992, p.37)

Contra-pondo-se à mera informação, a narrativa, em sua natureza dialógica, atualiza a experiência, à medida que promove a retomada da dinâmica histórica, social e política do grupo, favorecendo a reflexão coletiva sobre seus próprios caminhos.

Nessa linha de pensamento, não se pretendeu, pois, interpretar as falas dos narradores, mas apenas lançar uma compreensão mais precisa sobre os grupos cujas concepções de fé e de política encontram-se em seu cotidiano engendrando ações transformadoras.

Paralelamente, buscou-se reunir documentos escritos e registros diversos — panfletos, cartilhas, fotos, atas, jornais, e etc. — produzidos pelos grupos ao longo de sua caminhada, uma vez que também esses materiais contam um pouco da história dos grupos. Entretanto, foram poucos os materiais coletados, tendo-se percebido ao longo dos trabalhos que a maioria dos grupos não tem registro de suas atividades e não costuma guardar os materiais que porventura tenha produzido.

Na concepção de que retornar a os grupos um saber produzido por eles próprios é um procedimento necessário e um dispositivo importante para se instaurar possíveis processos analíticos, ao final dos trabalhos, em cada região eiscopal⁵, os resultados obtidos na pesquisa, compilados e organizados, foram restituídos e discutidos com os grupos que assim o desejaram. Isso objetivo a fomentar uma análise coletiva acerca do próprio percurso e a promover uma ampla discussão intra e intergrupala que pudesse fortalecer suas

⁵ A Arquidiocese de Belo Horizonte abrange 272 paróquias, sendo 266 delas territoriais, distribuídas em 28 municípios. As paróquias são organizadas em 37 foranias que, por sua vez, estão agrupadas em quatro regiões episcopais.

ações, tomados seus limites e possibilidades, com vistas ao aprimoramento de sua atuação presente e futura.

Ao término da pesquisa de campo, com a ajuda de líderes e agentes dos próprios grupos, foi feita uma listagem geral dos grupos (ou, como se verá mais adiante, de pessoas que atuavam isoladamente) identificados em cada região episcopal, para verificar se algum ainda ficara de fora. Não obstante tal cuidado, cada vez que pensávamos ter concluído, recebíamos informações sobre a existência de outros grupos. E, mais uma vez, voltávamos. Ainda assim, sabemos — e não há em definitivo intenção de completude — que se trata de uma conclusão provisória, historicamente marcada. Contudo, tem-se aí o caminho aberto que nos poderá levar sempre a novos encontros.

Deve-se ressaltar que, ao longo do trabalho investigativo, muitas ações de incentivo à formação de grupos de fé e política foram e têm sido empreendidas, não somente pelo Nesp, mas por outros setores da Arquidiocese. Disso resulta a possibilidade de permanente criação de novos grupos e novas práticas.

Vale, por fim, dizer que em uma igreja tão plural como a que forma a Arquidiocese de Belo Horizonte, a concepção de grupos de fé e política se espraia em múltiplas formas de manifestação, tais como ações pastorais e variados movimentos que não foram abordados nesta pesquisa, ainda que reconheçamos a sua importância.

OS GRUPOS DE FÉ E POLÍTICA

O surgimento de grupos de fé e política, no Brasil e na América Latina, deu-se notadamente a partir de meados da década de 1980. Não obstante, encorajados pelo Concílio Vaticano II, nas décadas de 1960 e 1970 já se observava a existência de cristãos engajados nas lutas e movimentos populares, pautados no entendimento de

que a busca pela transformação social e o combate às desigualdades e às opressões conduzem à construção do Reino de Deus na Terra.

Como se sabe, o debate sobre a promoção da justiça e da paz como missão da Igreja teve início ainda no pontificado de Leão XIII, com a publicação em 1891 da encíclica *Rerum Novarum*. Desde então, inúmeras foram as encíclicas, documentos e mensagens papais que abordaram os problemas sociais do mundo moderno. Todavia, no turbilhão dos anos sessenta, foi o Concílio Vaticano II o grande detonador das ações sociais da Igreja Católica no mundo contemporâneo e a partir daí se implantou de forma irreversível a Doutrina Social da Igreja, a qual se apoia em três princípios centrais: 1) a vida, a dignidade e os direitos da pessoa humana; 2) a opção preferencial pelos pobres e 3) a solidariedade. Em 1961, a encíclica *Mater et Magistra*, entre outros aspectos de igual relevância, sublinha a crescente distância entre as nações ricas e pobres e convoca os cristãos a trabalharem por um mundo mais justo. Essa consigna é confirmada em 1963 com a encíclica *Pacem in Terris* que define os direitos humanos como fundamentos da paz e afirma a necessidade de integração entre fé e ação; ou seja, entre as dimensões da fé e da vida. A Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, de 1965, aponta e lastima a pobreza mundial e constitui o “Conselho Pontifício para a Justiça e a Paz”, com o objetivo de auxiliar a Igreja a dar uma resposta aos desafios do mundo contemporâneo. A carta apostólica *Octogesima Adveniens*, de 1971, comemorativa dos 80 anos da *Rerum Novarum*, sublinha o compromisso sociopolítico dos cristãos ao afirmar ser a política forma sublime de exercício da caridade e caminho privilegiado para o serviço da justiça.⁶

Em toda a América Latina, tais ideias se expandem com as

⁶ Não sendo este o nosso propósito, não nos deteremos na discussão sobre os diversos documentos papais que abordam a temática da ação social da Igreja no mundo. O *Compêndio da Doutrina Social da Igreja* está disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/justpeace/documents/rc_pc_justpeace_doc_20060526_compendio-dott-soc_po.html.

conferências episcopais de Medellín (1968), Puebla (1979), Santo Domingo (1992) e, mais recentemente, Aparecida (2007).

O processo histórico de surgimento dos grupos de fé e política associa-se também ao advento da Teologia da Libertação, a qual impôs uma diferença importante em relação à ação da igreja com os pobres: de uma ação caritativa, de compaixão e dos pobres como objeto de ajuda, passa-se a uma compreensão do pobre como protagonista de sua história e o próprio autor de sua libertação (Löwy, 2008).

Ainda que em sua singularidade apresentem percursos históricos diferentes, segundo os depoimentos que ouvimos, em Belo Horizonte e circunvizinhanças os grupos e movimentos de fé e política surgiram principalmente ao longo da década de 1980, fortalecendo-se por ocasião do debate da Constituição Federal — contemporâneo ao movimento similar de dimensão nacional —, visando à transformação da sociedade pela via da ação política. Acerca do local de seu nascimento, há entendimentos variados. O que parece mais provável é que tanto em Belo Horizonte quanto em outras dioceses, vários grupos tenham surgido simultaneamente. Por certo, o momento de intensas movimentações políticas na história do País favoreceu o surgimento de tais grupos acompanhando outros acontecimentos no cenário social e político.⁷

⁷ Vale aqui destacar que no Brasil e em outros países da América Latina, a partir do final da década de 1970 até final dos anos oitenta, eclodiram muitos movimentos sociais de oposição ao regime militar, articulados especialmente por movimentos de base cristãos. Os anos de 1980 são de extrema importância para a compreensão da cidadania dos pobres no Brasil; embora com grandes fragilidades, nesse período tais setores passam a ter reconhecidos seus direitos como cidadãos, tornam-se depositários de esperanças como novos atores históricos. Gohn afirma que tais movimentos contribuíram decisivamente para a conquista de muitos direitos sociais que foram inscritos na nova Constituição, mas que, em seguida, com as transformações no cenário sociopolítico, houve declínio nas manifestações, na visibilidade e na articulação dos movimentos nas cidades. Desfeita a urgência em realizar mudanças por meio da participação na sociedade e na política, passa-se a um quadro de desmobilização e desencanto a partir do acirramento de crises econômicas provocadas pelas políticas neoliberais de privatização e o desencanto com os novos governos. Contudo, os movimentos sociais ressurgem ao longo da década de 1990 e nas seguintes, abordando novos temas e com novas tendências de organização e participação popular. Lutam por ética na política, pela efetivação dos direitos inscritos na Constituição e por reconhecimento e inclusão das camadas marginalizadas (GOHN, 2011a, 2012b).

Na voz de uma das pessoas entrevistadas,

no início não existia nenhum grupo de fé e política na Arquidiocese de Belo Horizonte. E, em 1988, eu fui convidada pelo padre [...], lá da minha região, para participar de um grupo que estava discutindo sugestões para a Constituinte em 88. E eu fui. Humildemente sentei lá e comecei a aprender as coisas, ainda não sei nada, mas comecei a aprender aí com o pessoal. Discutimos vários temas que seriam enviados para sugestão na Constituinte. Me parece que nesse momento muitos brasileiros estavam fazendo a mesma coisa.⁸

De fato, no início da década de 1980, ainda não havia na Arquidiocese de Belo Horizonte coletivos propriamente nomeados de fé e política; entretanto, os participantes indicam já haver experiências históricas que contribuíram para o seu surgimento, gerando condições de possibilidade para a formação do que são hoje. Destaca-se a AÇÃO Católica, que abrangia setores importantes da juventude cristã. Tal como recorda um presbítero ouvido:

A JUC era ação católica que tinha uma intervenção na sociedade, é essa intervenção na sociedade que chamamos hoje de fé e política. [...] fiquei dando aula na PUC, então eu fui percebendo, porque aqui, na PUC, a gente dando aula, a gente sabia, todos os alunos sabiam, tinha gente da polícia, do exército gravando em todas as salas, acompanhando tudo o que a gente fazia, denunciando professor, aluno [...]. Isso foi me aguçando essa dimensão. [...] também aconteceu o mesmo na paróquia. Os militares entravam e ficavam gravando a homilia, tudo o que a gente fazia. [...]. E aí a partir de 73 quando eu fui ordenado presbítero,

⁸ Ao longo do texto, serão intercalados trechos de depoimentos de entrevistados, mantendo-se seu anonimato.

foi que eu entrei na atividade política nesse sentido, de denúncia da ditadura. [...] Eu comecei a participar de um grupo [...] em Petrópolis, [...] e, ao mesmo tempo, os grandes debates da Teologia da Libertação. [...]; durante a ditadura também, nos anos 74 e 75, [...], nós criamos um grupo ecumênico, éramos uns quinze padres diocesanos, mais religiosos, alguns pastores protestantes, entre luteranos, presbiterianos e metodistas, nós fizemos um grupo de padres e pastores pelos direitos humanos. [...] Nós fazíamos debates; duas vezes tivemos bombas jogadas em cima de nós [...]. Foi um momento muito bonito, de muito compromisso ecumênico e com a fé. Esse grupo, inclusive, fez com que D. João criasse na Arquidiocese a Pastoral de Direitos Humanos.

Posteriormente, a Ação Social Arquidiocesana (ASA), a Pastoral de Direitos Humanos e o Projeto Construir a Esperança também colaboraram para o surgimento dos grupos de fé e política na Arquidiocese. Evidencia-se nos depoimentos a contribuição da ASA na abordagem de questões sociais na década de 1980, no trabalho de formação de grupos para atuarem no campo político e social, ao promover cursos, palestras e debates, em especial nos períodos eleitorais.

Nós procuramos as paróquias pra saber o que existia de social, perguntando o que queriam da ASA e começamos a fazer um curso, [...] um curso de agente de ação social. [...] E, com isso, a gente tinha muito relacionamento com os padres, sobretudo com os jesuítas. [...] Já tinha acontecido Medelín e Puebla [...]. E as encíclicas sociais a gente refletia, estudava, debatia e convidava entendedores do assunto [...]. O Padre Henrique Vaz falou também pra nós [...] Havia na Arquidiocese o Projeto Construir a Esperança [...] e a gente muito junto com o Projeto, [...] fazia essas palestras lá. As palestras então [...] falavam do dia a dia: quando era época de política, nós convidamos políticos, candidatos pra falar sobre seus projetos [...].

A ASA, organismo da Arquidiocese de Belo Horizonte composto majoritariamente por leigos, teve participação ativa com trabalhos

em períodos eleitorais disseminando ideias sobre a importância do voto e de se conhecerem as propostas dos candidatos. Cientes de que a política se exerce para além das eleições, os membros da ASA formaram um grupo de acompanhamento do legislativo.

Como precursores, havia também grupos que, compostos por padres e universitários, focalizavam a reflexão sobre a realidade a partir de diferentes campos de saber, articulando espiritualidade e política na leitura dos acontecimentos e proposição de intervenções em assessoria às Comunidades Eclesiais de Base (CEB).

O meu trabalho foi o de assessorar e não o de ter grupo, o único grupo em que estive foi o da Arquidiocese. [...] na época da repressão, isso na década de 70. Era um grupo de universitários de várias cidades. [...] Nós fazíamos reflexões teóricas sobre pedagogia, sociologia. E eu fazia a parte mais espiritual [...]. Foi o único grupo que eu trabalhei assim, que nasceu e até hoje se reúne de vez em quando. Hoje já senhores e em várias cidades. Este grupo eu tive um trabalho direto, mas é um trabalho muito intelectual, um trabalho muito acadêmico, cada um da sua área trazia sua contribuição [...]. Então nós estivemos presentes em quase todas as CEBs, e as CEBs eram alimentadas pelos escritos do [Frei Carlos] Mesters, nos temas bíblicos e dos nossos, mais na linha fé e política.

A Campanha da Fraternidade de 1996 — cujo tema era “Fraternidade e Política”, com o lema “Justiça e Paz se abraçam” — é frequentemente aludida como referência incentivadora, demarcando um momento de fortalecimento e ampliação de grupos e movimentos engajados nas lutas por transformações sociais no seio da Igreja em nossa Arquidiocese.

Acompanhando o curso do Movimento Nacional de Fé e Política⁹, além dos grupos que surgiram entre as décadas de 1980 e

⁹ No Brasil, o Movimento Nacional Fé e Política foi criado em 1989 por grupos vinculados à fé cristã e engajados nas lutas populares. Ecumênico, não confessional e não partidário, o MNFP une “fé e política na medida em que concebe a política como uma dimensão fundamental da vivência da fé e a fé como horizonte da utopia política” (OLIVEIRA, 2009. p. 10).

1990, outros se formaram no início dos anos 2000, havendo ainda aqueles que apenas ao final da primeira década do segundo milênio começaram a se organizar. Tais iniciativas têm surgido tanto de leigos, geralmente já engajados em outras pastorais e ações sociais e políticas nas paróquias, quanto de sacerdotes dispostos a integrar temas políticos às ações da igreja. Contudo, assim como muitos movimentos sociais que obtiveram grande avanço nas décadas finais do século XX, os grupos de fé e política têm, desde então, caminhado em fluxos e refluxos.

Ao mesmo tempo em que novos grupos se formavam, alguns outros não prosseguiram, extinguindo-se ao longo do tempo, seja por terem concluído projetos específicos que haviam proposto realizar, seja porque não tiveram condições estruturais de permanência. Há também, em várias paróquias, grupos cujas atividades encontram-se suspensas, embora seus membros relatem seu interesse em retomar as práticas grupais. Em vários grupos temporariamente inativos alguns de seus antigos participantes permanecem desenvolvendo práticas pontuais no campo da fé e política.

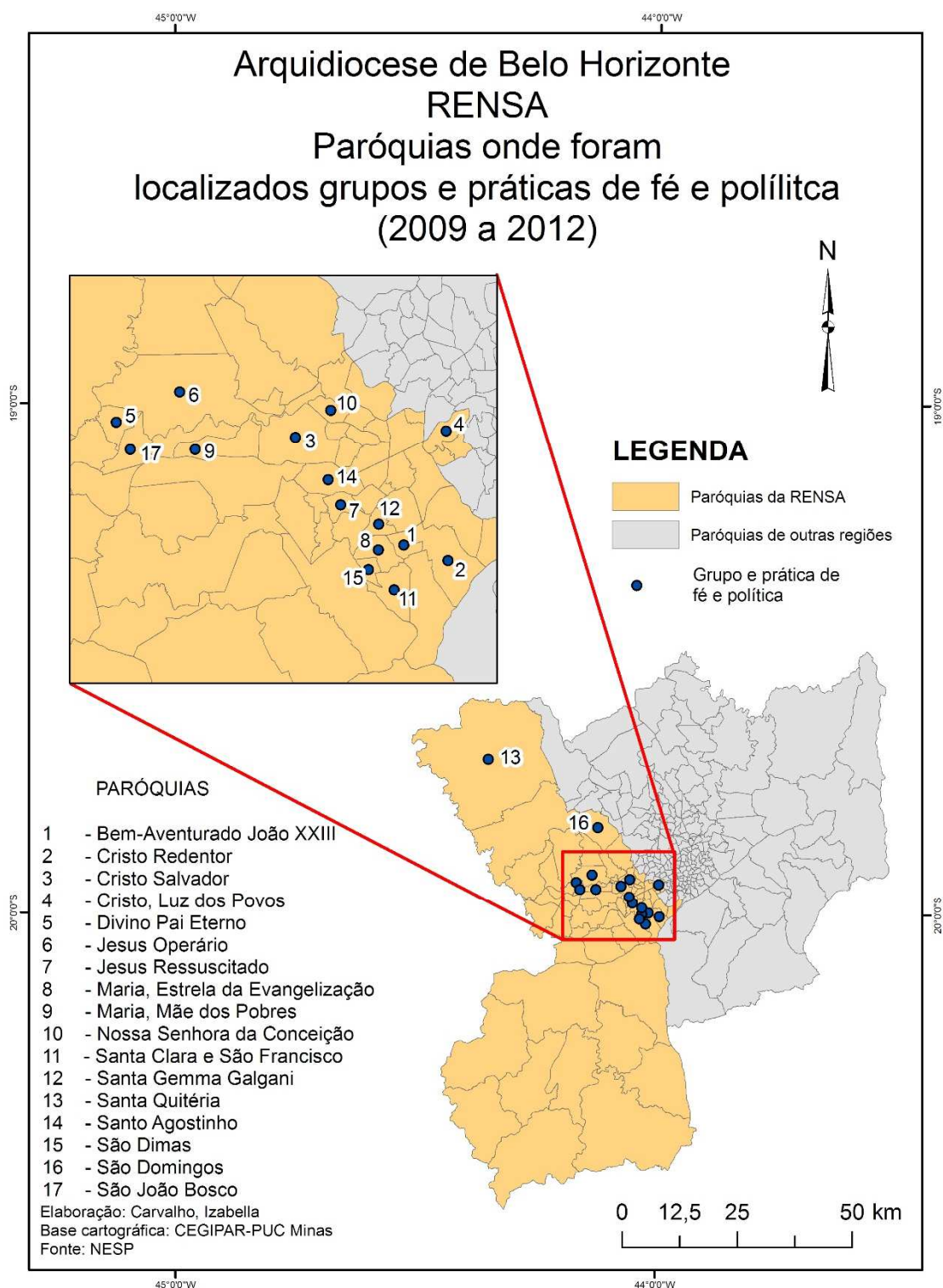
Ao longo da pesquisa, realizadas 65 entrevistas individuais ou coletivas¹⁰ e tendo sido ouvidas 106 pessoas, no âmbito da Arquidiocese de Belo Horizonte, foram localizados, em suas variadas configurações, grupos de fé e política em 54 paróquias. Ainda que, em uma busca ativa, se tenha tentado contemplar todos os municípios que integram a Arquidiocese, em vários deles não foram localizados grupos de fé e política. Não obstante, é possível que haja grupos ou práticas que não foram registradas.

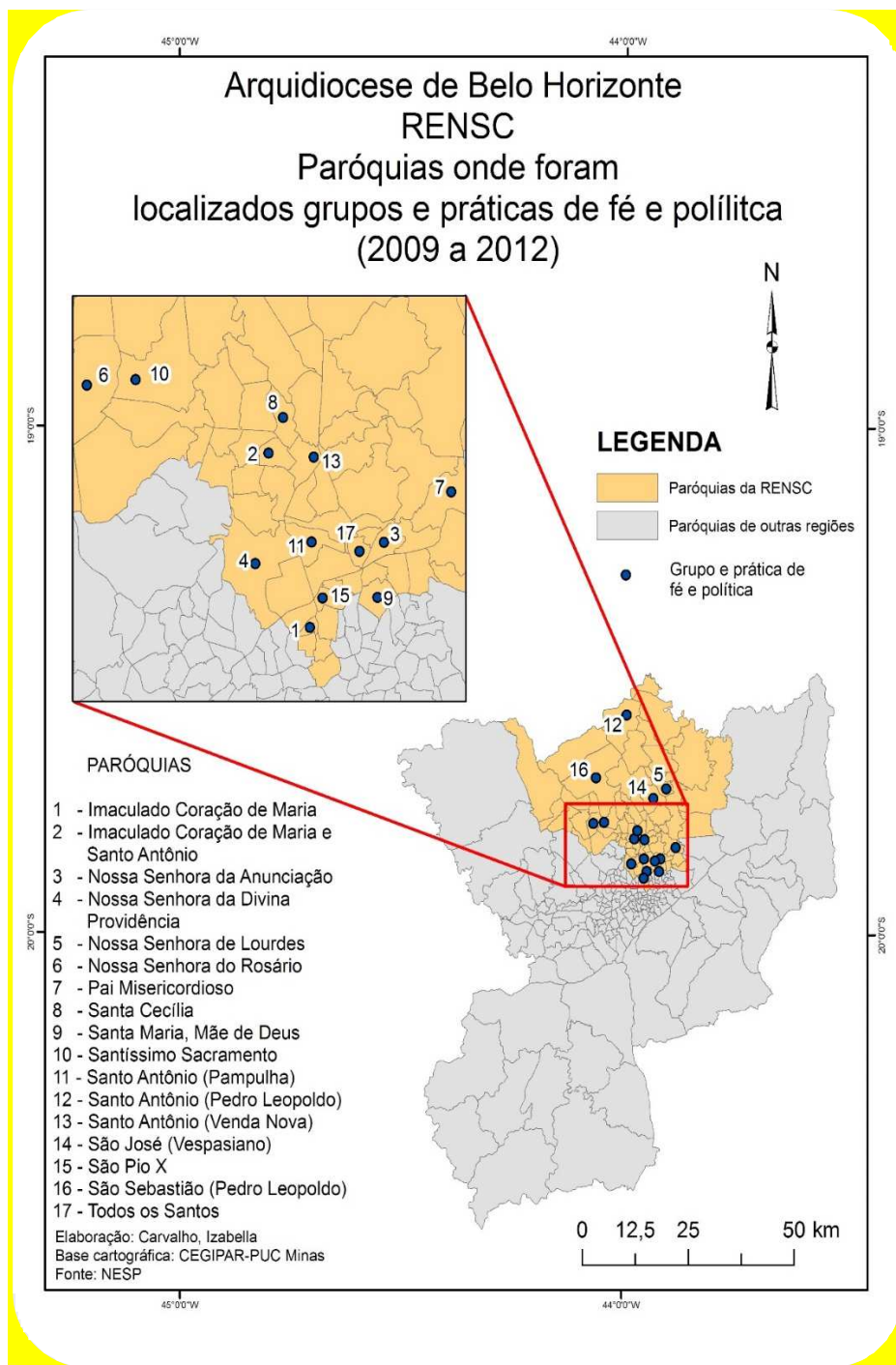
A distribuição espacial dos grupos pode ser examinada nas figuras a seguir.

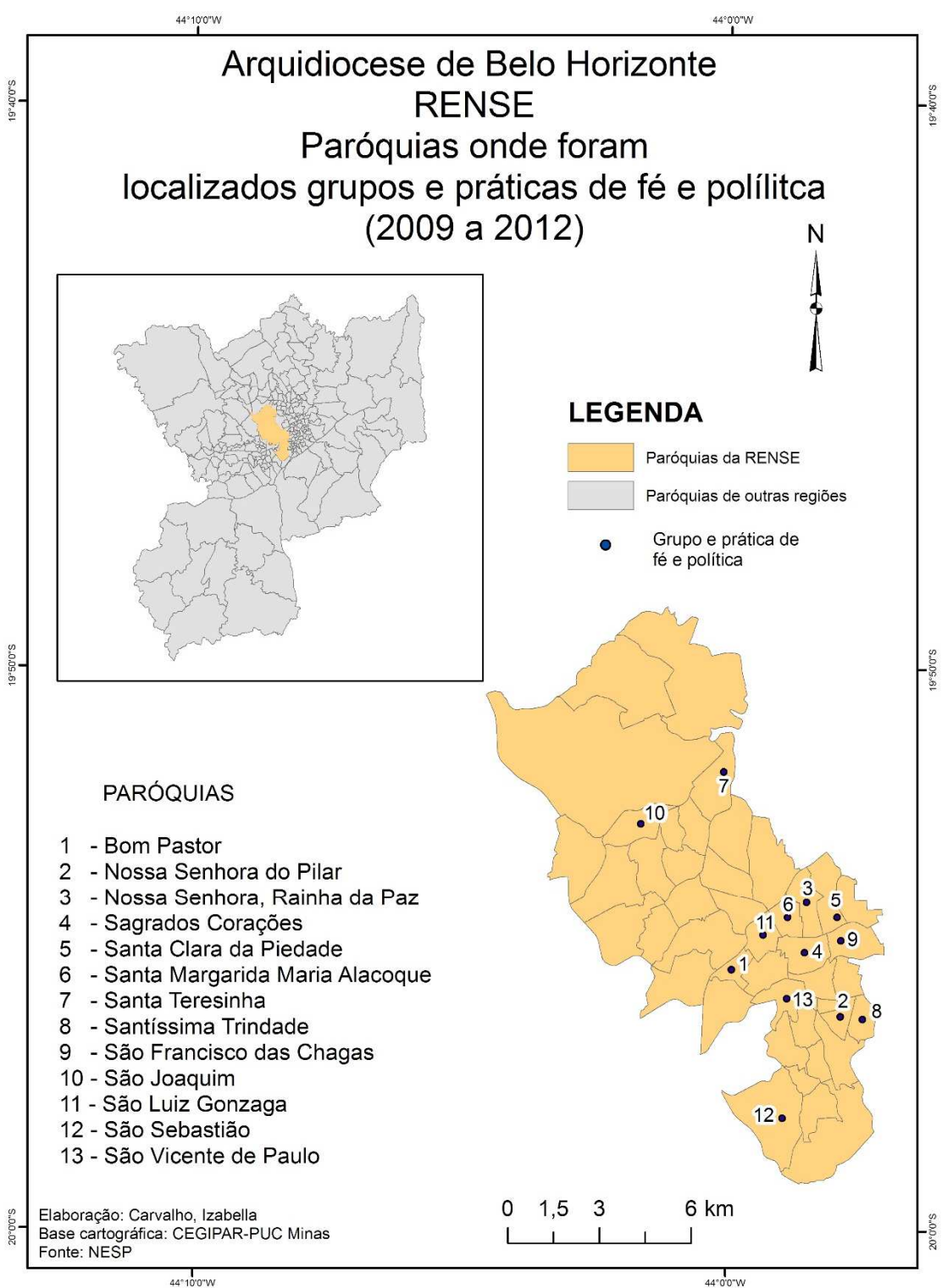
¹⁰ As entrevistas foram gravadas, com autorização dos entrevistados, e transcritas.

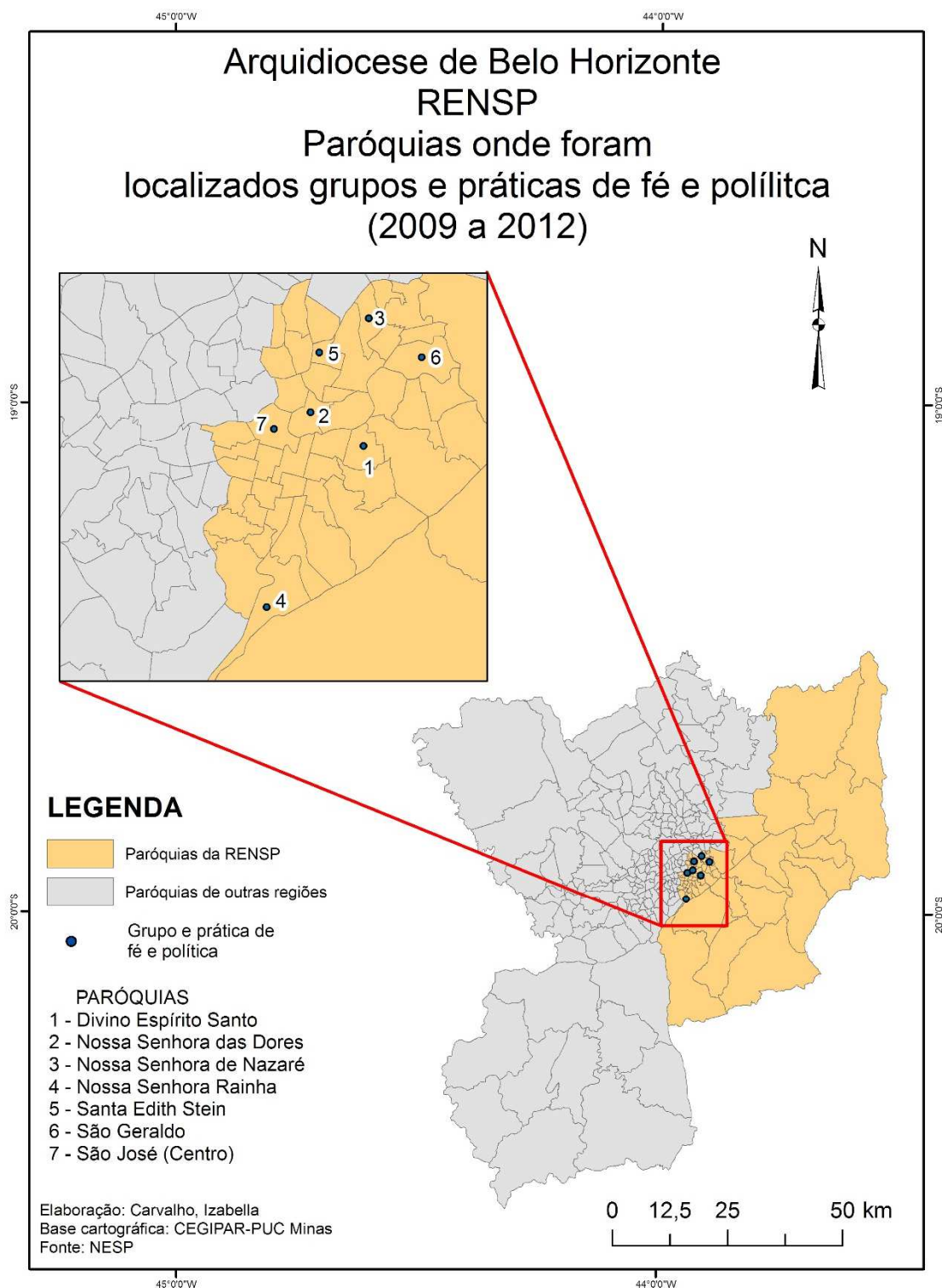


Observa-se que os grupos se concentram em Belo Horizonte e cidades mais próximas, sendo gradativamente mais raros e mesmo inexistentes nas áreas mais distantes da sede da Arquidiocese. Nas próximas imagens são apresentados os grupos por paróquia, em cada uma das regiões episcopais.









Não obstante diferenças e singularidades, os grupos de fé e política apontam primordialmente o objetivo de estimular a reflexão política integrada à vivência da fé. Possuem um forte caráter de educação popular e, comumente, apresentam-se como sendo de "conscientização política".

Ainda que sejam comuns os objetivos, observa-se com frequência uma ausência de vínculos e parcerias intergrupais. Embora vários se localizem geograficamente próximos, há casos em que nem sequer se conhecem. Foram, porém, localizados alguns grupos que atuam em rede, em mútua colaboração e solidariedade, o que favorece e fortalece suas ações, conferindo-lhes maior visibilidade e efetividade.

Embora em alguns casos se constate a participação de religiosos e seminaristas, os grupos de fé e política pesquisados são formados, majoritariamente, por leigos católicos. Recorrentemente, trata-se de agentes e lideranças que participam em pastorais diversas e em outras atividades de cunho social e político. De modo geral, trazem consigo um histórico de intensa participação comunitária.

O caráter ecumênico foi afirmado por todos os coletivos mapeados, mas efetiva-se entre poucos. É reduzida a participação de membros de outras denominações religiosas. Todos também se declararam apartidários, embora dialoguem com setores da política partidária em diferentes níveis de aproximação e alguns de seus membros sejam filiados a partidos.

Constituídos equitativamente por homens e mulheres, em níveis de escolaridade que vão do fundamental ao superior e oriundos de variados setores profissionais, observa-se todavia que a faixa etária prevalente é superior a 40 anos. É muito rara a participação de jovens em tais grupos.

Como é característico dos movimentos sociais, em geral os grupos não contam com formalidades próprias e estruturas organizacionais. Não têm, por exemplo, estatutos e regulamentos; e grande

parte mantém alguma descontinuidade de formação e sazonalidade nas ações.

As inconstâncias que atravessam o funcionamento dos grupos de fé e política decorrem de causas específicas, relativas à disponibilidade de seus integrantes e à realidade local. Sobre a sazonalidade e em sua caminhada, assinalam que em anos eleitorais a participação da comunidade se amplia. Há, nesses períodos, uma demanda de engajamento por parte da hierarquia eclesiástica, e assim conseguem mobilizar maior número de pessoas para os debates políticos e encontros de formação.

Os grupos têm, em geral, entre seis e oito participantes. Muitos se ressentem de terem o que consideram poucos integrantes e de não alcançarem o reconhecimento das ações que promovem nas comunidades em que atuam. Ressaltam que o número reduzido de membros faz com que as mesmas pessoas se vejam envolvidas em diversas atividades; são, em maioria, já engajadas em outras pastorais e bastante ativas na vida política. Entendem que a sobrecarga em relação à participação pastoral e política tem levado ao enfraquecimento de alguns grupos e à redução de suas ações.

O pouco envolvimento da comunidade faz com que o grupo limite suas atividades, pois faltam pessoas para assumirem as muitas tarefas. Sobrecarregam-se lideranças que geralmente estão envolvidas em outras pastorais e grupos fora do âmbito da Igreja, além das próprias atividades de trabalho e estudo.

Há grupos que relatam dificuldades financeiras para se manterem e realizarem seus trabalhos, já que todos participam de forma voluntária e habitualmente não contam com uma ajuda de custo paroquial para subsidiar suas ações.

Geralmente, os recursos vêm dos próprios integrantes e sua escassez é um dos obstáculos às ações. Alguns poucos relataram ajuda financeira de representantes políticos, de congregações religiosas ou das respectivas paróquias.

Dificuldade, a primeira coisa é tempo. Tempo é o mais complicado para gente que trabalha nas pastorais [...]. Agora, dinheiro. A gente precisava de mais... de uma força, por exemplo, uma gráfica. Ah, a gente quer trabalhar no semáforo ali a respeito da gripe, catapora. Eu digito, faço tudo mais, e aí? Precisava de uma gráfica para fazer um trabalho, um folderzinho para ficar no sinal, já cansei de fazer isso de boca, vestido de palhaço no semáforo, falar sobre política da comunidade [...]. É o que eu falo, o problema é tempo e dinheiro, porque boa vontade a turma toda tem!

Com certa regularidade, observa-se que pertencer a o grupo de fé e política e estar vinculado a outros grupos pastorais faz parte de uma estratégia de potencialização do trabalho e de enfrentamento das resistências presentes na comunidade e mesmo entre lideranças pouco receptivas às propostas e ações que associam as dimensões religiosa e política.

A obtenção da aceitação pela comunidade, a inserção da política no meio religioso e a difusão de uma espiritualidade que é também política são desafios comumente mencionados pelos entrevistados.

Para escapar do estigma, há grupos que não adotam a palavra “política” em seu nome, embora o sejam em seus propósitos. Alguns grupos afirmam que diante da falta de compreensão e apoio de muitos setores da comunidade paroquial no que se refere aos trabalhos que vinculam fé e política optaram ou cogitaram a possibilidade de assumir outra denominação, visando alcançar maior aceitação popular. "O meu grupo, da comunidade, chama Grupo de Reflexão [...]. Porque [...] se a gente falar que é fé e política, todo mundo tem medo de política", lamenta uma das pessoas ouvidas.

Excluir o termo “política” da nomenclatura dos grupos, na perspectiva de alguns, poderia facilitar a adesão da comunidade. São recuos estratégicos em face do contexto e das forças sociopolíticas atuantes. Contudo, boa parte dos coletivos, embora reconheça

as dificuldades quanto à aceitação popular, opta por não assumir o u tra de denominação, considerando de grande importante a firmar que é no campo da política que articulam a fé, o que deve ser permanentemente reafirmado.

[...] não; política é compromisso, mas é mais do que isso. É política mesmo. Vamos assumir o nosso nome... o nosso grupo como grupo fé e política, não vamos embaçar não! A gente achava que embaçava. E aí a gente começou e falou assim: não, vocês tão certos, nós estamos aqui pra iluminar, pra dar força, pra estimular. É grupo fé e política, é grupo fé e política.

O QUE FAZEM OS GRUPOS

A realidade dos movimentos sociais mostra-se não somente dinâmica, como diversificada e complexa. Tal tendência à diversidade de atuação parece se afirmar entre os grupos participantes da pesquisa aqui apresentada. Vocalizar, organizar e atender às demandas identificadas na comunidade, atuar de acordo com os acontecimentos no cenário social, cultural e político, buscar parcerias visando ao seu crescimento e legitimação é parte de um variado conjunto de estratégias e táticas adotadas.

Como já dito, durante a realização da pesquisa não encontramos apenas grupos em atuação. Havia grupos que já não estavam mais em atividade, tendo-as interrompido por razões diversas. Nessas ocasiões, as práticas aqui descritas são parte do repertório dos grupos enquanto estiveram atuantes no campo de fé e política. São, em sua maioria, práticas coletivas. Todavia, há práticas individuais, que prevalecem entre indivíduos remanescentes de grupos que não prosseguiram, os quais continuam a agir, ainda que de modo muito pontual e, por vezes isolado, na divulgação de eventos e promoção

de debates sobre assuntos políticos. Assim resistem, mantendo microações na interface entre fé e política e, em um esforço contrário à desmobilização da ação coletiva, prosseguem atuando quando percebem momento propício.

Os movimentos sociais constituem um campo de ação coletiva que se mantém em avanços e retrocessos. Entre os grupos de fé e política, as ações que persistem, ainda que pontuais e até mesmo isoladas, são orientadas por interesses e projetos coletivos; demarcadas pela primazia da dimensão pública e por fazer face a os e feitos da ordem instituída. Portanto, as práticas aqui tratadas têm uma dimensão grupal seja por, em sua maioria, o serem de fato, mas também porque mesmo quando realizadas individualmente são referenciadas por seus agentes como inspiradas por sua participação nos coletivos. Dão-se como uma reativação da memória de grupo e da viva concepção de que a fé está para além da interioridade restrita e precisa ser praticada no campo social e político. Em suas narrativas, muitos foram os que afirmaram desejar e ter planos de retomar a formação grupal. E, por isso, mantêm contato com os demais integrantes e insistem na discussão sobre a viabilidade do retorno à ação coletiva.

Destaca-se que as práticas realizadas pelos grupos de fé e política e seus agentes são amplamente diversificadas em seus objetivos específicos, frentes de ação, público ou setores abrangidos e métodos de trabalho. Orientadas por diferentes concepções de fé e de política, a multiplicidade de práticas dos grupos associa-se também às características do território, a determinados períodos, à trajetória dos membros do coletivo e aos vínculos e parcerias que estabelecem para o desenvolvimento de seu trabalho.

Vale ressaltar, entretanto, que, em diferentes matizes de atuação, percebe-se entre os coletivos e agentes o desejo de viver a fé cristã na ação política. Suas ações são coordenadas, tendo tal propósito como eixo orientador. Não se trata, portanto, de ações desconexas,

mas orquestradas pelo sentimento de ser cristão e de agir na sociedade a partir da fé.

[...] acreditar que algo novo é possível, o acreditar que posso mudar em favor do bem. [...] nós queremos na verdade ajudar, encarar os irmãos, as outras pessoas da comunidade como sinais sensíveis do amor de Deus e poder ajudar de alguma forma mudando a realidade de vida das pessoas. [...] a gente acredita que a comunidade pode dialogar, se orientar na experiência de Cristo, na vida em plenitude para o bem comum.

As práticas empreendidas pelos grupos podem, em geral, ser classificadas em internas e externas. As primeiras constituem ações efetivas entre e por seus componentes e compreendem atividades de oração, estudos, organização e reflexão sobre o fazer e o contexto em que ele se dá. As externas referem-se às de maior abrangência socioespacial, direcionadas e realizadas em parceria com a comunidade externa, com outras entidades e, por vezes, com o poder público estatal. As práticas externas envolvem tanto as promovidas pelo próprio grupo quanto aquelas em que este participa representado por alguns de seus membros. É difícil, entretanto, tratar das práticas internas e externas separadamente. No fazer cotidiano são complementares e intimamente associadas. As internas precedem, organizam e criam condições para que as externas ocorram. Desse modo, ao longo do texto, elas são elencadas e discutidas sem que haja uma ordem rígida.

Integram as práticas internas as reuniões grupais, com periodicidade variável: quinzenal, semanal ou mensal. As mensais são frequentes entre um maior contingente de grupos em função da diversidade de tarefas que seus membros têm a realizar em outros setores da paróquia, na comunidade e na vida privada. Entre as variadas pautas dessas reuniões, discutem-se as ações que

se pretende empreender no âmbito da comunidade e do município ou em articulação com coletivos e redes de outras localidades, em nível estadual e nacional. Internamente, em exercício atento e crítico, realizam-se análises de conjuntura abrangendo diferentes níveis, na expectativa de conhecer as determinações sociopolíticas, compreender como se inter-relacionam e como atuar sobre elas e seus efeitos.

Os grupos de fé e política incluem em suas discussões temas relacionados ao que genericamente denominam “qualidade de vida”, aos direitos humanos, e às questões da cidade, como moradia e preservação ambiental, com ênfase à defesa de patrimônio ambiental e cultural de espaços pertencentes ou geograficamente próximos da comunidade em que se localizam.

Pausada no valor da formação de seus membros, uma das regiões episcopais conta com um grupo regional de planejamento e promoção de atividades de formação das lideranças, visando fortalecer o trabalho dos diferentes grupos localizados no âmbito paroquial para atuação efetiva nas suas comunidades. De volta às paróquias, tendo participado das atividades de formação, os egressos, atuando como multiplicadores, promovem reuniões nas quais se discutem demandas das comunidades, organizam reivindicações e propostas em torno de políticas públicas, como saúde, educação, segurança, saneamento básico, mobilidade urbana e moradia.

No que se refere à cultura e suas manifestações, os grupos organizam missas e eventos temáticos – celebrações com elementos da cultura afro-brasileira, como a capoeira e o congado, e indígena — que chamem a atenção da comunidade para as desigualdades sociais. A temática do feminino, com base em uma perspectiva de gênero, é também tema debatido e celebrado.

Em sua realização, os eventos dão-se no sentido da afirmação de identidades e de direitos dos segmentos tidos como minorias. O reconhecimento da necessidade de políticas especiais referen-

tes a o idoso, à criança e a o jovem desdobra-se em práticas que colocam tais setores em evidência. Outros eventos socioculturais, e em diálogo com elementos de religiosidade, como semanas sociais temáticas, festas, shows e palestras são frequentes. São promovidos debates com convidados: vereadores, deputados, profissionais das áreas da saúde, das ciências sociais e políticas, psicólogos, e outros mais.

São relatados estudos bíblicos e de documentos produzidos pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), pela Arquidiocese de Belo Horizonte e pelo Nesp, bem como os relativos às campanhas da fraternidade, utilizados para embasar estudos que irão subsidiar discussões com a comunidade. São também frequentes as reuniões para leitura e debate sobre a Doutrina Social da Igreja, em seus variados textos – cartas, encíclicas, constituições pastorais. Frequentemente mencionado é o Documento de Aparecida, a que se somam discussões sobre como a participação social e política pode ser efetiva, a partir da elaboração de estratégias de atuação e planejamento de ações possíveis.

Muitos grupos participam das reuniões do respectivo Conselho Pastoral Paroquial e organizam sua inserção nas atividades de outras pastorais. A abertura e o encerramento das reuniões são marcados por um momento de espiritualidade, com orações, leituras e cantos. É notória a condiliação entre aspectos religiosos e temas relativos às questões sociais e políticas, marcada por práticas que convergem mística e profecia.

Há um compromisso ético de fidelidade, toda quinta-feira começamos a reunião com a oração, porque [...] sem rezar a gente não consegue nada. Todo mundo se levanta e dá a mão, a gente forma um círculo e termina da mesma maneira com outro tipo de oração.

Os grupos se formam, dão-se uma denominação, mas frequentemente prescindem de lançar mão de formalidades. O reduzido nível de institucionalização reflete-se na organização das ações. São escassos os relatos de planejamento e avaliação sistemáticos. Contudo, as narrativas trazem indicativos de outra característica marcante na trajetória dos grupos de fé e política: o compromisso ético, as relações afetivas, o sentimento de fidelidade e pertencimento, para além da ausência de formalizações institucionais. Como na fala de um participante, que diz de um modo de existência e de ação no mundo:

E foi dado o nome de uma instituição que não é uma instituição, não é organização, não tem um estatuto. [...] essa rede não tem estatuto, é um compromisso ético-afetivo.

Observa-se que um semelhante conjunto de valores orienta as práticas dos grupos, mesmo aqueles que relataram não conhecer ou desenvolver ações conjuntas com outros grupos atuantes no campo de fé e política. Todavia, como já dito antes, embora não sejam em grande número, em algumas regiões percebe-se uma tendência de organização dos grupos em rede, o que os fortalece¹¹. Alguns grupos relatam uma vinculação paroquial e denominam-se como

¹¹ Pereira trata da noção de rede referindo-se à organização de sistemas políticos alternativos aos piramidais. Alguns apontamentos realizados por ele a esse respeito ajudam-nos a compreender a formação de redes no contexto dos grupos e práticas de fé e política. Segundo ele, os membros de um sistema político dessa ordem precisam aprofundar a colaboração, a solidariedade, a ajuda mútua, a transparência, a corresponsabilidade e a elaboração de leis claras para o seu funcionamento. A própria noção de gratuidade, desinteresse pessoal e liberdade, essenciais para o desenvolvimento da rede, ganham dimensão social mais realista, na medida em que há trocas de informações, saber, prestígio e poder realizadas através de redes. Elas contrapõem-se, portanto, à cultura da acumulação, do “guardar para si”, ao permitir que, pela colocação em comum do que cada um dispõe, todos ganhem. (PEREIRA, 2008, p. 7).

grupos de fé e política da respectiva paróquia, ainda que suas ações, análises conjunturais e participação social não se restrinjam a esse âmbito.

Tomando a formação em rede como estratégia de luta, há também grupos compostos por membros de diferentes paróquias e localidades; são coletivos forânicos que realizam suas reuniões e atividades ora nas dependências de uma paróquia, ora em outras. Seus agentes se unem a partir da percepção de questões comuns entre suas comunidades ou regiões de que juntos são mais fortes para cobrar a atuação do poder público e obter melhores resultados. Membros de diferentes paróquias passam a integrar um grupo, cuja identidade constitui-se em torno de demandas e campos de atuação comuns.

Há um caso em que se observou a formação em rede em nível municipal. Grupos e indivíduos que a integram uniram-se inicialmente para tratar de problemas presentes em diferentes regiões do município. Ao longo dos encontros identificaram outras fragilidades, percebendo, por exemplo, a quase ausência entre a população geral de sentimento de pertença a um coletivo e a descrença na possibilidade de mudança; assim desmobilizados, sentiam-se incapazes de lutar por condições materiais de vida mais justas e dignas. A rede formada passa, então, a ter por objetivo não somente enfrentar os problemas locais de infraestrutura e mobilizar os moradores para atuarem em frentes de direitos humanos e no acompanhamento das ações do poder público, mas também para problematizar as questões do afeto em relação à cidade, no que toca à dimensão política. Além de organizar demandas, a interação entre grupos, movimentos, organizações gera um processo de aprendizagem; as experiências e conhecimentos produzidos por meio da sociabilidade fortalecem a resistência e a emancipação.

Há também aqueles que estabelecem se não uma rede, mas parcerias com as associações de bairro, organizações não governamentais

e representantes políticos eleitos. Na articulação com as associações de bairro, dá-se especial atenção às reivindicações das comunidades do entorno da paróquia e ao encaminhamento de proposições no âmbito das políticas públicas.

Na formação de redes, os agentes atuantes no campo de fé e política agem em diferentes níveis organizacionais da sociedade civil, desde o nível de base local, passando por organizações de articulação e mediação política, até a inserção em amplas redes de movimentos sociais, como é o caso da participação de certo grupo no Fórum Social Mundial (FSM), em Porto Alegre.

Acompanhando as tendências dos movimentos sociais, a atuação em fóruns de caráter transnacional, como o FSM, constitui prática estruturada a partir da década de 1990, integrando novas pautas às demandas, que incluem ações de apoio e ou participação em entidades de luta por direitos humanos tais como, movimentos dos sem-casa, dos sem-terra, sindicais, comissões e entidades indígenas, de negros, de mulheres, ambientalistas, antiprisionais e outras mais.

Há inovação entre alguns grupos também nas formas de comunicação, com a utilização de ferramentas tecnológicas, como a Internet. Buscando a atualidade da informática, observou-se uma excelente experiência de criação de um blog que aborda temáticas variadas, divulga palestras, campanhas, encontros, concursos, com a finalidade explícita de incentivar a ação coletiva e despertar ou fortalecer sentimentos de solidariedade e cidadania.

Além das ações locais, há grupos que têm agendas anuais de congressos, fóruns, e outros atos de manifestação pública. São referências constantes os encontros arquidiocesanos, além dos encontros mineiro e nacional do Movimento de Fé e Política, das Comunidades Eclesiais de Base, do Grito dos Excluídos, e eventos promovidos por outros movimentos sociais. Nessas oportunidades são promovidas condições de participação, tais como

fretamento de ônibus, e providenciado alojamento para os participantes.

Também na lógica de atuação articulada com outros movimentos e atores, foram frequentemente mencionadas a mobilização para o plebiscito contra a ALCA, a luta no combate à corrupção com a aprovação da Lei 9840/1999 e do Projeto Ficha Limpa — Lei Complementar 135/2010¹², ambas derivadas de projetos de lei de iniciativa popular. Nesse sentido, os grupos integraram manifestações, apoiaram propostas por meio de coleta de assinaturas e divulgaram os debates nas redes de vizinhança e amizade.

Com vistas a dar conhecimento amplo à comunidade e a aumentar o número de participantes dos grupos de fé e política — o que implica redistribuição do trabalho e enriquecimento das ações —, as reuniões internas são sempre divulgadas às comunidades.

Como forma de difusão das reuniões e de outras atividades, fazem uso de panfletos, visitas domiciliares, convites individuais, correio eletrônico, informativos paroquiais, tais como jornais ou quadros. Entretanto, ao longo das entrevistas, houve relatos acerca da contínua perda do espaço de divulgação nos avisos paroquiais após as missas.

Percebe-se que muitos grupos preocupam-se em divulgar suas ações não somente no âmbito da paróquia, mas no bairro ou na freguesia, e para fazê-lo utilizam-se de outros meios de comunicação, como rádios comunitárias e faixas publicitárias. Um grupo mencionou a divulgação pela Rádio América, e missora da Arquidiocese de Belo Horizonte.

Na busca por parcerias e melhor conhecimento do território em que se insere, um dos coletivos relatou o mapeamento de todas as

¹² A Lei 9840 foi sancionada em 1999 para combater a compra de votos e o uso da máquina administrativa durante o período eleitoral. A Lei da Ficha Limpa, Lei Complementar nº 135/2010, prevê critérios de inelegibilidade, visando proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato.

organizações e estabelecimentos situados no bairro. Foram visitados outros grupos de leigos católicos e de outras denominações religiosas. "A creche, a escola, então nós cadastramos tudo para saber qual era o projeto daquela entidade, daquele grupo em si, o que eles tinham e como conseguiam desenvolver esse trabalho", afirma um entrevistado sobre a importância de se conhecer a dinâmica local para o planejamento da atuação.

Ainda que alguns grupos mantenham atividades ao longo de todo o ano, as quais variam em abordagem temática conforme o interesse prevalente a cada momento — eleitoral, de festividades religiosas, de campanhas, etc. —, nota-se que nos períodos das eleições há maior interesse da comunidade em participar. Promovem-se debates entre candidatos, são realizados seminários e palestras que tratam da importância do voto consciente, da ética na política e do acompanhamento dos mandatos.

A atuação no monitoramento das ações desenvolvidas por parlamentares é prática citada por vários coletivos pesquisados. Houve inclusive relatos de promoção de reuniões para prestação de contas por parlamentares.

Acompanhando a tendência atual de ampliação de formas organizativas e participativas no âmbito da sociedade civil, como as crescentes mobilizações e organizações populares em torno de estruturas institucionais de participação na gestão público-administrativa da cidade, grande parte dos entrevistados menciona a participação individual ou coletiva em audiências públicas, comissões locais, conferências e conselhos de saúde, de assistência social, da criança e do adolescente, em plebiscitos e orçamentos participativos municipais. Trata-se de exercícios de "governança social".¹³ Nesses

¹³ Governança social é a expressão contemporânea utilizada para caracterizar as relações políticas que apresentam interação entre os grupos da comunidade e a sociedade política porque se estrutura a partir de um território. A governança social de um dado território é aquela que cria redes de pertencimento e de participação social. Está presente quando se articulam estruturas institucionais ao poder público, contemplando uma nova esfera pública, articulada à sociedade civil organizada por meio de comissões, conselhos, fóruns, etc. Na

espaços, o trabalho dos grupos dá-se em articulação com o poder estatal, com o objetivo de conhecer os serviços ofertados, fortalecer e ampliar o que já existe e exercer controle social do governo.

A viabilização de mudanças efetivas constitui-se meio de controle social pela cidadania. Nesse sentido, são também descritas práticas reivindicativas, como manifestações nas quais os grupos organizam-se para exigir do poder público a garantia de instalação de novos serviços na comunidade, como unidades de saúde, de educação, cultura, lazer, esporte e preservação ambiental. Alguns mencionam conquistas nessas frentes; conseguem a criação de novos centros de saúde, revitalização de praças, implantação de transporte coletivo e alterações no trânsito local.

São também pauta de reuniões e alvo de protestos temas como segurança pública, mobilidade urbana, acessibilidade, desenvolvimento sustentável, apoio à ocupação de terras improdutivas, entre outros.

Parcerias são realizadas com estabelecimentos públicos. Há grupos que se associam a escolas localizadas na região de influência. As propostas educativas voltam-se para os fenômenos da comunidade, abordando questões como juventude e violência. Em áreas ameaçadas por empreendimentos, são realizadas caminhadas ecológicas, de modo a chamar a atenção dos moradores sobre os prejuízos decorrentes de sua instalação. Há relatos de utilização da Internet e criação de blogs para tratar desses e de outros assuntos.

Os grupos mantêm vinculações com organismos da Arquidiocese de Belo Horizonte ou a ela associados, tais como a Cúria Me-

governança social, por exemplo, a população tem acesso às informações como um direito e com isso não aceita o monopólio dessas informações e sua manipulação pela propaganda política – na governança social a área das comunicações é estratégica para a sociedade civil. (GOHN, 2005, p. 60).

tropolitana, o Vicariato Episcopal para a Ação Social e Política, a Caritas e o Nesp, aos quais atribuem importância para o aprimoramento das ações na interface entre fé e política.

Há relatos de parceria com a PUC Minas, em projeto de extensão universitária, articulações com escolas técnicas, com microempreendedores locais e mesmo com empresas de grande porte, associações esportivas, entre outros. Foi também observado o trabalho articulado a outros grupos em projetos de geração de renda e qualificação profissional, em iniciativas de economia solidária, com foco em reciclagem, e cursos profissionalizantes.

Dado o caráter voluntário das atividades e a ausência de recursos próprios, para arrecadar fundos, alguns grupos relatam a realização de eventos como excursões, bailes, serestas, almoços e jantares na paróquia. As parcerias estabelecidas muitas vezes têm a função de oferecer subsídio financeiro para consecução de alguns projetos.

As pastorais sociais são reconhecidas como parceiras; o trabalho em conjunto é mencionado nas entrevistas tanto para trabalhos reflexivos como para as chamadas “obras sociais”¹⁴.

Há paróquias onde existe um grupo de ação social e outro de fé e política que, entretanto, mantêm-se em constante diálogo. Em outras, afirma-se haver distinção clara entre os dois coletivos, seja em seus propósitos, seja em sua atuação. Todavia, algumas práticas são comuns tanto às pastorais quanto aos movimentos: visitas domiciliares, arrecadação e distribuição de alimentos e fraldas, entre outras de ordem assistencial e caritativa.

¹⁴ A expressão “obras sociais” é empregada para se referir a um conjunto bastante heterogêneo de práticas de assistência. Em outro sentido, muitas vezes, “obras sociais” se referem ao trabalho desenvolvido pela “ação social da paróquia”. A “ação social”, em muitas localidades, é uma organização, uma entidade, uma pessoa jurídica, administrada por uma gestão própria e conjunta de leigos e lideranças comunitárias com a finalidade de desenvolver trabalhos na linha da assistência social. Contudo, as linhas de trabalhos são diversificadas conforme a localidade em que se situa a paróquia, e vão desde a distribuição de cestas básicas e a promoção de cursos (inglês, informática, costura e bordado, entre outros) ao estímulo às ações locais voltadas para a economia solidária.

Em uma paróquia, a ação social organiza-se com base em práticas assistenciais e de inclusão produtiva, para as quais o coletivo de fé e política é parceiro. Além de inserir-se em tais ações, o grupo promove debates e outros eventos buscando chamar a atenção da população para a importância da participação política.

Verificou-se, também, especialmente no âmbito de uma mesma região episcopal, forte imbricação e confluência entre os vários coletivos — grupos de fé e política e grupos das pastorais — chegando a confundirem-se em termos identitários.

Olha, nós começamos com o nome Fé e Política. Em 2008, nós participamos de uma assembleia na qual [...] [se] deliberou que nós ficaríamos sendo Pastoral Social. Por que Pastoral Social? A Pastoral Social ela une todos esses grupos vamos dizer assim e cada uma com seus valores, mas trabalha com quase os mesmos objetivos, que é os Vicentinos, Pastoral da Criança, o Fé e Política [...]. Então, chama assim. Aí nós nos reunimos como pastorais sociais.

O que se observa é que há não somente uma proximidade, mas uma comunhão de objetivos e campos de atuação. Tanto as pastorais quanto os grupos de fé e política atuam na luta contra a injustiça e a exclusão, reconhecendo-as como efeitos de processos históricos, sociais e políticos, sobre os quais, de modo especial, busca-se atuar. Solidariedade, justiça e mística são valores comuns. Porém, nos discursos e práticas dos grupos de fé e política encontramos com nitidez a preocupação com os processos políticos para além de seus efeitos diretos. Isso fica muito claro quando a maioria dos grupos aponta, como já dito, como seu principal objetivo aquilo que designam “conscientização política”, reafirmado nas práticas de educação popular.

Alguns grupos, contudo, apontam diferenças no que tange à abrangência das ações, afirmando que as pastorais sociais têm atu-

ação mais paroquial, enquanto os grupos de fé e política chegam a abranger níveis forâneos, regionais, municipais e até mesmo internacionais, não se restringindo a seus limites geográficos e institucionais de origem.

Pastorais e grupos de fé e política mantêm distintos níveis de institucionalização. Enquanto aquelas se organizam mais formalmente, os grupos de fé e política em sua maioria atuam de modo mais fluido, o que lhes permite uma atuação mais ágil e espraçada. Em geral, há o entendimento de que são maneiras de atuação singulares, em ambos os casos com possibilidades e limites.

A PARTICIPAÇÃO DAS COMUNIDADES

Os grupos atribuem extrema relevância à participação da comunidade nas práticas por eles desenvolvidas. Entendida como o território em que circulam diferentes sujeitos, grupos e organizações, atravessados por relações de força e interesses diversos, a comunidade é o espaço onde os grupos buscam adesão e parceria para avançar e em sua luta e estabelecer diálogo com o poder público.

A adesão às atividades constitui fator que legitima, fortalece e facilita a ação grupal; seja práticas internas – para as quais a comunidade é convidada –, seja as externas – aquelas em que a comunidade é simultaneamente parceira e público da ação.

Nesse processo, os grupos desenvolvem diferentes estratégias de atuação. Integram-nações caracterizadas como de mobilização comunitária e social, as quais visam divulgar o próprio grupo e suas práticas, convocando os cidadãos a delas participarem. Convites são formulados por ocasião das missas e outras celebrações, panfletos e cartazes afixados no mural da paróquia e em outros pontos da comunidade, anúncios em rádios, jornais de bairro ou

paroquiais, e os convites informais realizados no circuito de relações de seus membros.

A despeito das múltiplas iniciativas para difundir seu trabalho e convidar os paroquianos a se juntarem a eles, os grupos apontam grande dificuldade em contar com a participação deles. Relações de maior aproximação e apoio têm sido experiência de poucos. A maior parte queixa-se de resistência popular quando o termo política é mencionado. A falta de credibilidade na política é um dos principais fatores citados pelos grupos ao se referirem aos entraves na mobilização.

Sabem que o grupo existe na paróquia, conhecem o trabalho do grupo na paróquia; mas não querem participar, não querem se envolver quando se fala fé e política. O paroquiano vai, assiste uma reunião e não volta. Porque quando ele vê que discute política, ele não tem interesse [...]. 'Ah, de política eu não quero saber', 'ah, não gostei por isso, isso e isso', entendeu? Do trabalho do grupo em si, voltado para a comunidade, eles não falam nada, mas quando se fala em política... Eu acho que está faltando um trabalho de conscientização, que não tem nas paróquias.

É notória a ampliação das adesões em períodos eleitorais. Percebe-se que nas comunidades (tal como na sociedade de forma geral) tem-se associado política a um período muito restrito: o do voto, em detrimento do acompanhamento dos eleitos e outras estratégias que promovam um efetivo controle social do governo.

É frequente que pessoas integrem-se aos grupos, participem de algumas atividades e não prossigam. Sua recusa à política é também fruto das dificuldades de alguns setores cristãos em associar suas experiências de fé à realidade em que vivem, por meio da categoria política. A cultura voltada às orações, às práticas assistenciais e à vivência da religião como interioridade é referida pelos entrevistados como muito presente entre os católicos.

Como já dito, os coletivos contam com reduzido número de pessoas engajadas nas ações, especialmente naquelas de cunho organizativo, do que resulta que as mesmas pessoas participem de muitas atividades. Verifica-se que seus integrantes recorrentemente são lideranças comunitárias, muitos participam de outras atividades pastorais e trazem consigo um longo histórico de participação social na comunidade e para além dela, o que acaba por onerá-los e por limitar sua disponibilidade de tempo. A sobrecarga no tocante à participação paroquial e política tem, entre muitos, levado ao enfraquecimento, redução e até cancelamento das ações. O desafio de conseguir mobilizar novos participantes para integrarem os grupos de fé e política torna-se elemento de antiprodução: ao se perceber superatrefado, o grupo reflui.

[...] iniciou com doze elementos. Hoje, eu estou sozinha, sabe. Eles foram saindo... Acho que faltou um pouco de estímulo pro pessoal. [...] E eu passei, então, a frequentar o Nesp, porque eu me sentia sozinha aqui [...]. E a gente frequenta outros movimentos também, mais ou menos desse estilo.

Ao relatarem suas dificuldades no tocante à relação com as comunidades, os grupos indicavam concebê-las como espaço profícuo à constituição de poder local a partir do pertencimento ao próprio bairro ou região, e ao sentimento de ser cristão. Ora, participar de uma ação reivindicativa ou de articulação com o poder público estatal é potencializar as demandas locais, aumentar suas chances de êxito e escapar às tentativas de captura pelos discursos disseminadores de saídas individuais e da abstenção em participar da política de maneira ativa.

A difundida e pejorativa concepção de política associada a avaliações negativas, como lugar de espertos e corruptos, afeta sobremaneira os grupos de fé e política. Com ares de decepção, nas entrevistas, eles falam de seu desapontamento com os rumos da

política governamental; especialmente quando lideranças populares históricas ascenderam ao poder e mesmo tendo ampliado os espaços de negociação, participação e promovido reformas, não conseguiram atender às expectativas de mudanças no plano da ação ética. Paralelamente, a timidez das conquistas na esfera social implica também em desinteresse e descrédito.

[...] o que dificulta é a falta de credibilidade a partir da atuação regional. A comunidade não acredita na instituição; tão importante que é a política, administração da *pólis* [...]. Acho que há um pequeno descaso. Tudo agora é Copa 2014, não pode ser! E depois, como é que vai ficar?

Os grupos de fé e política percebem e enunciam o individualismo como obstáculo à ação coletiva. Em um contexto de organização dos modos de vida pautados pelas transformações da era da globalização capitalista, os indivíduos centram-se em seus próprios interesses, desprezando as demandas coletivas que forçaram a existência de limites individuais. Convergingo ao modelo individual de pensar e agir, estabelece-se um imperativo de que as conquistas tenham que se dar de forma imediata. Entretanto, no campo social e político, tratando-se de mudanças desejáveis e possíveis, não se pode prescindir da compreensão processual das transformações.

Na medida em que eu fui à missa e a missa serviu para que eu preocupasse em naquele dia participar da discussão, daquele seminário para discutir políticas públicas, pegando como exemplo o Bolsa Família, eu estaria completando a minha ação de cristão. [...] quando o cristão chega na porta da casa dele e alguém pede um pão porque tá com fome e ele dá aquele pão, ele tá fazendo uma caridade. Mas existe um milhão de pessoas como aquela precisando ganhar um pão e ele não vai dar conta de distribuir um pão pra cada uma desse um

milhão de pessoas. Se ele faz parte de uma discussão política, e naquela discussão ele provoca um projeto político em que atendesse um milhão de pessoas, ele está dentro de vários grupos, de várias pessoas que participaram da discussão promovendo a justiça social.

Observa-se com certa regularidade que, pertencer a um grupo de fé e política e estar vinculado a outros grupos pastorais, é tática de ampliação do trabalho e enfrentamento da resistência da comunidade e demais lideranças pouco receptivas às atividades que associam as dimensões de espiritualidade à política. Dessa forma, os integrantes dos movimentos buscam propagar em outros espaços seus pensamentos e propostas.

Os vínculos são porque são várias pastorais e a ideia é que cada pastoral tenha um participante deste grupo [...]. Que cada pastoral tenha seu representante neste grupo. Porque, quando tiver um dia de formação, 'você da pastoral da crisma, eu da pastoral do dízimo, outro da pastoral da catequese, outro da pastoral dos círculos bíblicos', cada um, depois de ouvir aqui, levar para o seu grupo.

A vinculação a diferentes trabalhos pastorais parece potencializar a ação dos grupos mapeados, favorecendo maior difusão de suas ideias e ações. Há muitos relatos de práticas que envolvem fé e política a partir de pessoas que articulam trabalhos com associações, movimentos sociais e outras organizações locais. Dessa maneira, alguns grupos relatam conseguir atingir um maior contingente de pessoas em suas atividades.

Em face das diversidades, captam as mensagens de resistência da comunidade e com elas constroem novas táticas para prosseguirem. Como visto, uma delas é a retirada do termo política do nome

do grupo, substituindo-o por cidadania, reflexão, compromisso, entre outros.

Alguns entrevistados assinalam que os segmentos católicos mais tradicionais são compostos também por pessoas jovens; entretanto, é bastante reduzido o número de jovens que compõem os grupos de fé e política. Quando participam são, em sua maioria, universitários e integram também as pastorais da juventude. Diante desta constatação, há alguns grupos que definiram esse público como prioritário em suas ações, considerando-os potenciais parceiros e acreditando na maior possibilidade que os jovens possuem para a participação política de variadas e inovadoras maneiras.

Na tarefa de mobilização, um dos desafios colocados é o de fomentar valores de democracia, solidariedade, cooperação. A participação e práticas coletivas de defesa e exercício da cidadania, a difusão de informações e inserção em meios de comunicação são ações de resistência à tendência de criminalizar ou de empurrar para a invisibilidade os movimentos sociais.

Teve respostas [...]. Teve sim. Pessoas que... às vezes a gente soltava um texto [...], depois, por causa disto elas vieram participar do grupo. E então vinham falar que nunca tinham lido ou interessado de saber sobre isso. Teve uma resposta. Não foi uma coisa assim... Mas teve.

Diante dos percalços na relação com as comunidades, os grupos demandam a estruturação de novas estratégias de difusão de suas práticas. Encontram dificuldades para tornar visível aos paroquianos e demais cidadãos a relação existente entre fé e política e, para discutir temáticas políticas, além de sentirem falta de uma melhor definição sobre o papel de um grupo dessa natureza na Igreja e na sociedade. Reconhecem a complexidade inerente à articulação em-

tre as duas categorias e buscam formas de instigar as comunidades a aproximarem-se de tal campo.

Apesar dos inúmeros pontos de resistência e a despeito das dificuldades enfrentadas, alguns grupos percebem que, quando seu trabalho gera resultados positivos para as comunidades, ganham reconhecimento e apoio e passam a ser vistos como referência, tanto nas ações assistenciais quanto naquelas de caráter propriamente emancipatório. De um discurso que os aponta como “mais um grupinho”, passa-se a maior aceitação e há engajamento dos leigos. “No início, essa turma [de uma das associações do bairro] falou: tem um grupinho lá em cima. Mas o grupinho foi crescendo...”, assinala uma participante, segundo a qual o movimento ganhou novos membros a partir do surgimento dos resultados de sua ação no entorno da paróquia.

O grupo de fé e política contagia na realidade toda a paróquia, em apoiar uma reforma e ampliação que a gente precisava do posto de saúde [...] e de uma reforma e ampliação do parque das águas. Então o grupo de fé e política organizou eventos aonde toda a paróquia se mobilizou pra estar nesses espaços, pra conhecer esses espaços.

Quando a gente faz uma intervenção como, por exemplo, a realização de uma audiência pública, um movimento social pra conseguir um banco e um correio ou um passeio ciclístico pela paz, a gente movimenta e isso é perceptível nas lideranças da comunidade, a gente movimenta a paróquia inteira. [...]. Por exemplo, nos correios e no banco foi interessante que a gente conseguiu envolver todos os segmentos [...].

Há relatos de que a partir do reconhecimento da efetividade da ação grupal, subgrupos se formaram e passaram a tratar de questões específicas, por exemplo, a saúde pública. O mesmo ocorreu

com subgrupos que se formaram no interior de um grupo de fé e política e posteriormente passaram a atuar em outras comunidades como grupos autônomos.

Observar, escutar e colocar em operação demandas do território é não somente objetivo, mas faz parte de uma estratégia de mobilizar a comunidade para a reflexão e ação política. A legitimidade do grupo passa pelo seu trabalho e pelos efeitos por ele produzidos.

Na geração de renda o que a gente fez? A gente ouviu a comunidade, então eles pediram uma horta comunitária, [...]. Então fui à secretaria, pedi algumas sementes [...] e nós conseguimos fazer uma horta comunitária. E dentro desta horta as pessoas que estavam mais vulneráveis conseguiram dinheiro para também estar ajudando outras [...].

Ainda que muitos se queixem da pouca habilidade em impulsionar a participação da comunidade e lamentem a forte resistência aos investimentos grupais, é possível perceber que gradativamente alguns grupos começam a ganhar abertura entre as comunidades, que começam a tomá-los como espaço de que se podem apropriar para acessar e produzir conhecimentos sobre assuntos políticos e embasar sua participação.

A CONTRIBUIÇÃO DOS PADRES

Em todas as entrevistas, nota-se o destaque atribuído à contribuição dos presbíteros no trabalho grupal. Acredita-se que a tentativa de mobilização realizada pelo sacerdote tem maiores chances de êxito e a dificuldade em obter adesão dos paroquianos é associada ao frágil apoio da liderança eclesial, uma vez que reforça o

entendimento de que fé e política não se misturam. A ausência de apoio efetivo por parte dos padres é apontada como um dos maiores desafios enfrentados por muitos grupos.

Se os párocos acompanham, oferecem apoio, abertura e incentivo às ações, o movimento de fé e política tende a tornar-se mais consistente e tem melhor aceitação pela comunidade. Alguns grupos fizeram referência à iniciativa ou mediação das lideranças eclesiais para a criação, ou mesmo a retomada, do movimento na paróquia ou região. Quando isso ocorre, a participação de presbíteros dá-se, em geral, no período de formação do grupo; passada essa fase, observa-se uma redução de sua presença nas atividades. Em outros grupos, poucos, foram relatadas a presença constante e a participação permanente e ativa de padres em suas práticas; especialmente nas internas, e espaço privilegiado para o planejamento de ações e estudo sobre a Doutrina Social da Igreja, quando o padre exerce o papel de orientador.

Além disso, há padres mencionados como protagonistas na defesa de direitos e sua presença é considerada relevante em mobilizações comunitárias, na criação e funcionamento de conselhos municipais e pastorais sociais. Alguns grupos explicitam a diferenciação que fazem no que concerne ao apoio verbalizado pelos padres e um "apoio prático", que se traduz em iniciativas concretas de mobilizar a comunidade, problematizar a relação entre fé e política e intervir no coletivo.

Além dos padres, seminaristas, missionários e religiosos consagrados são também mencionados como importantes agentes no processo de formação e acompanhamento do movimento de fé e política nas paróquias. A presença de congregações religiosas com carismas e propostas de trabalho voltados para o campo social e político em algumas paróquias favorece o trabalho tanto dos grupos de fé e política quanto das pastorais sociais.

Todas as ações que nós temos hoje dentro da paróquia é por causa dos Combonianos, da caminhada que eles têm de discípulos missionários. Então, a gente conseguiu crescer muito com isso de trabalhar em equipe, de ter mais união, de enxergar o outro, a necessidade do outro, de trabalhar pelo outro, então eles vão nessa linha, juntando a palavra de Deus, pois a palavra de Deus é ação.

Os entrevistados citam ainda pronunciamentos dos papas, dos bispos e de outros membros da hierarquia católica como orientadores de sua ação. Atribuem grande importância aos programas na mídia católica, nos quais são promovidas discussões sobre fé e política, e dizem que a participação dos padres e bispos nesses programas os fortalece na caminhada. É conferido valor positivo aos comunicados de apoio por parte dos bispos e sublinhada a necessidade de que ocorram com maior frequência, considerando que os meios de comunicação têm grande alcance entre diferentes setores católicos.

Vários grupos atribuem seu surgimento às iniciativas da Arquidiocese de Belo Horizonte, por meio de declarações, especialmente dos bispos, na Rádio América, incentivando as reflexões e outras práticas cristãs no plano dos compromissos de cidadania. Falam ainda sobre os materiais enviados às comunidades para a formação de novos grupos, como as produções da CNBB e do Nesp. Nesse sentido, utilizaram-se das entrevistas como oportunidade para expressar reivindicações sobre as atividades de educação popular, indicando a demanda por ações que julgam necessárias: “[...] nós queremos que [...] traga as coisas pra mais perto da periferia, igual trouxeram essa PUC aí [...]. O conhecimento do fé e política é que tá pequeno”, diz a integrante de um grupo.

Foram relatadas práticas de assessoria por padres vinculados ao Instituto Santo Inácio e Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia aos grupos de fé e política. Além disso, tanto nas entrevistas com os

leigos membros dos grupos quanto naquelas realizadas com padres que participam e têm conhecimentos sobre o histórico dos coletivos, foram mencionadas muitas experiências, e especialmente em Belo Horizonte, de parceria com padres comprometidos com a vivência política da fé, que expressam “querer viver um cristianismo social”.

A Arquidiocese de Belo Horizonte é também mencionada como espaço historicamente propício ao encontro de forças potencializadoras da complementaridade entre fé e política.

Então, uma das coisas fundamentais e interessante na Igreja de Belo Horizonte foi o pluralismo de forças, às vezes, até quase opostas na Igreja. [...] Então, Belo Horizonte permitiu uma tolerância até muito grande e nós percebemos isso dentro da cidade [...] e isso era a política.

Muitos grupos demandam do padre um modo democrático de liderança e participação. Sua receptividade às ideias, sugestões e queixas dos membros dos coletivos é tida como imprescindível para um trabalho profícuo. Há também grupos em que se constata que desejam uma liderança que respeite e incentive a capacidade de decisão dos leigos, porém demandam também do padre que exerça papel de porta-voz dos anseios e de regras grupais.

Atribui-se, em alguns casos, ao pároco, a importante função de não permitir que o grupo seja alvo de iniciativas próprias à política partidária. Por vezes, os grupos de fé e política são vistos como espaços de ressonância de campanhas políticas de candidatos a cargos públicos. Para alguns coletivos, nessas ocasiões, é ao padre que se recorre para que não ocorra o uso oportunista do espaço grupal. “Não faltam interesseiros, isso não falta. Mas isso nós falamos com o padre pra não aprovar”, diz o participante de um grupo. Outros adotam diferente modo de regulação da política partidária em seu interior. Para eles, o campo decisório e as pontuações a esse respei-

to situam-se no âmbito coletivo e são de responsabilidade de todos os seus integrantes.

Circulando entre os papéis de liderança e porta-voz do grupo, os padres são chamados à função profética de denúncia das questões que escondem e promovem a manutenção de hierarquias de poder, afetando negativamente a vida em sociedade.

Às vezes, a gente tinha uma postura dentro do fé e política de denúncia, uma coisa profética de denunciar algumas questões políticas que não estavam sendo discutidas, tão bem debatidas e que geravam uma opressão; e, às vezes, isso não encontrava eco. Não ecoava dentro da paróquia, da Igreja [...]. Alguns padres que passaram por aqui que tinham uma postura dentro dessa linha até colaboravam com isso. Eu cito aqui, do meu tempo, um padre que colaborava, [...], ele era até muitas vezes criticado por ter uma postura profética nesse sentido. [...] para quem estava nos grupos era um motivador, [...] tipo assim: 'a gente não está sozinho'.

Há casos em que padres assumem a coordenação do grupo de fé e política, o que é visto de forma muito positiva pelos participantes. Mas, há também coletivos que afirmem a importância da organização dos próprios leigos e orquestrar seus movimentos, de modo que se interessam menos por formatos em que seja o pároco a figura central responsável pelo grupo. Esses acreditam que ao padre caberia facilitar a participação, deixando aos leigos a tarefa de modular sua implicação com os afazeres do grupo. Nessa linha de pensamento, a função do padre seria formar os cristãos para que vivam os sacramentos nas múltiplas dimensões da vida.

Eu trabalho aqui na minha paróquia com 21 comunidades, todas [...] têm consciência que elas pertencem a uma rede, não é nem a ideia de paróquia; porque a paróquia dá ideia de elite, de pirâmide, então estou tentando destruir a ideia

de pirâmide para fazer circular. Para ser uma ideia de CEBs, tem que circular. E quando se trabalha em círculo, significa o quê? Que o padre não é o mais importante, o padre é mais uma pessoa que está junto. Sentamos juntos, vamos caminhar juntos e buscar solução juntos e trabalhar bem a ideia de conselhos, porque são os conselhos comunitários que fazem toda a gestão. Tentam reunir o trabalho religioso dentro da comunidade e as demandas sociais próximas dali. [...] É isso que a gente propõe, embora seja lento, mas a ideia de construir rede é assim. Para não ficar um conselho para discutir só coisas religiosas ou eventos, ou padroeiros, que também faz parte, é claro; mas isso tudo tem que ser iluminado com a luta do dia a dia da própria comunidade e devagarzinho ela vai tendo sua consciência.

A experiência da paróquia como rede de comunidades¹⁵ integra as reflexões e os a fazeres de alguns grupos, mas encontra dificuldades em se sustentar na maioria das vezes; e o pároco continua sendo convocado a assumir papéis de centralidade.

Depende do padre, porque o padre é o líder, o pastor. [...] ele que preside aqui. [...] Então, quem mantém a paróquia são os paroquianos, mas ele é o líder, ele é o pastor, ele é o coordenador, ele é o condutor. E é da maneira de ele conduzir a coisa, de ele estimular e tudo, depende muito dele. Eu sozinha, eu falar é uma coisa, o padre falar é outra.

Se a importância da participação e apoio dos padres constitui tema tratado com ênfase pelos grupos, destaca-se em suas falas, com frequência, a carência que vivenciam. São levantadas, pelos próprios entrevistados, hipóteses a respeito das dificuldades a pre-

¹⁵ A concepção de "paróquia como rede de comunidades e grupos" está expressa no Documento de Aparecida (cap.5,172).

sentadas por alguns padres e associar fé e ação política, e entre as quais, questiona-se a formação presbiteral¹⁶.

Eu creio que a Igreja tem um papel social, isso tá na Doutrina Social da Igreja. Isso não é estar contra a Igreja. [...] O fé e política é um dos meios pra se conseguir avanços, pra que a sociedade seja mais justa e fraterna, mas é muito pequeno, é dez por cento e por culpa da Igreja, que não dá oportunidade [...] ainda é fechada. Por que ela é fechada? Primeiro que não tá tendo formação pra juventude e pras crianças; nem os padres estão conscientes disso, eles não têm formação política, eles estão perdidos e desorientados.

Muitos grupos de fé e política sentem-se impedidos de agir quando suas ações não são compreendidas pelos párocos e lamentam a ausência de lideranças que transitem com maior desenvoltura entre a prática da fé no cotidiano. Acreditam haver fragilidade de conhecimentos e diretrizes para o posicionamento dos padres e afirmam que muitos deles têm dificuldade de compreender o grupo e seus objetivos e propostas e, conseqüentemente, de acompanhá-los.

Nossa relação com o padre era muito boa, ele respeita muito o grupo de fé e política. [...] Tem que articular da Arquidiocese [...] pra que em todas as foranias os padres possam explicar o que é o fé e política. [...] Eles não estão

¹⁶ Também os presbíteros sinalizam insuficiências em sua formação. A partir de narrativas de padres, levantadas nos encontros da Comissão Nacional de Presbíteros, Pereira (2013) aborda aspectos como a formação filosófica e teológica deficientes, e a pouca atenção à formação permanente da categoria. No levantamento, evidencia-se a demanda por formação, queixa insistente entre os padres presentes nos referidos encontros e que corresponde à dimensão das relações humano-afetivas, como também à relação entre Igreja e sociedade. Os padres apontam preocupação e despreparo para lidar com questões de impacto no mundo contemporâneo, mais especificamente às relacionadas aos direitos humanos e à bioética.

envolvendo, eles respeitam muito [...], mas ele [o novo pároco] chegou aqui e ainda não está tendo iniciativa; essa iniciativa tem que vir da Arquidiocese.

É entendido que a ação política deve integrar efetivamente a agenda da Arquidiocese; como diz um entrevistado,

os padres não trabalham isso como prioridade, como tema de relevância, então nós temos esta apatia, que isso não é pastoral, não está na agenda pastoral. [...] Então, como eles vão falar de uma coisa que eles também não participam? Não vão. Entendeu? Não é um tema de interesse deles também, então talvez seja isso, um reflexo [...].

O apoio dos níveis mais elevados da hierarquia eclesial é citada como algo que facilitaria a participação dos padres. “Nós temos que ter o apoio do padre e ele tem que ter apoio da cúpula lá de cima, do clero, dos bispos”, diz a participante de um dos grupos; fala que vai ao encontro do relato da participante de outro grupo: “[...] nós queremos que os padres tenham autonomia mesmo pra explicar o que é fé e política. Nós queremos a abertura política que saia da Arquidiocese”.

Os grupos demonstram ter clareza dos atravessamentos institucionais no desenvolvimento das funções do pároco. No entanto, em sua dinâmica, alguns deles acabam por ficar à espera das decisões e atitudes do líder religioso para a realização de suas tarefas. Além de ressentirem-se da falta de apoio dos padres, muitos grupos sentem-se frágeis para prosseguirem sozinhos. Incapazes de alcançar a autonomia, há aqueles que chegam a interromper suas atividades por esse motivo. Percebe-se, entretanto, que isso acontece não somente porque seus próprios participantes demandam orientações dos presbíteros, mas também – e isso na maioria dos

casos observados – porque a comunidade não aderiu aos movimentos de fé e política se tal divulgação não se dá nos espaços institucionais legitimados, como as homilias. Por vezes, para além dos espaços da paróquia, os grupos convencem-se de que o convite precisa realizar-se na voz do padre, tamanha sua representatividade nas comunidades católicas.

“Se o padre não tá envolvido, o pessoal esquece da Igreja”; há “uma rejeição notadamente dos leigos”, afirma um entrevistado, fala esta reiterada por muitos outros em diferentes momentos da pesquisa. E tal rejeição torna-se mais forte e mais explícita nos casos em que o padre não apoia, não convoca a comunidade para a participação, abstém-se de qualquer manifestação a respeito do grupo – postura acompanhada de justificativa relacionada às múltiplas tarefas que desenvolve –, ou posiciona-se contrariamente ao grupo e suas propostas.

Assim, em muitos grupos, a cadência dos trabalhos grupais acompanha o grau de envolvimento do pároco em suas diferentes práticas. As mudanças de párocos têm reflexo no funcionamento do grupo.

Teve um adormecimento com a saída do padre [...]. É comum quando chega uma pessoa para administrar uma paróquia que coloque os católicos mais desenvolvidos. Como o padre [...] é uma pessoa muito ocupada, ele não mora lá na nossa paróquia. Ele administra a paróquia [...] Antes do padre [...] sair o grupo era mais forte.

Com a vinda do padre [...] a questão dele é mais o eixo espiritual, o que não impede, e nos deu a liberdade de estar trabalhando a questão social, só que ele deixou bem nítido pra gente que ele não tinha condições de estar acompanhando junto de nós.

As dificuldades em reorganizar-se por ocasião da mudança de pároco denotam, além de uma possível relação de dependência da figura do líder, pouca capacidade de resistência e rearticulação grupal. Contudo, quando questionados sobre quais seriam as dificuldades enfrentadas pelos grupos para prosseguirem de modo mais independente, alguns grupos apontam com clareza entraves concretos:

Eu até fico, assim, um pouco triste de ver como tem, assim, uma regressão quando tira uma liderança, não é uma pessoa que está manipulando e tal, não. Mas, é porque a gente tem que ter uma referência, porque se eu tenho que fazer uma reunião, eu tenho que pedir autorização do padre. Se eu preciso fazer alguma computação, eu preciso estar ligando para a secretaria para poder estar deixando à disposição as pessoas para estarem indo, então tudo isso nos envolve a ter uma pessoa com esse compromisso igual Jesus Cristo fez. Não adianta ficar só rezando, tem que estar atuando também.

Na minha paróquia, não tem divulgação. Porque agora a gente é até proibido de dar recado, só o padre pode dar os recados. Nós estamos com um padre novo lá, novo até de padre mesmo, sabe? Então, está proibido de dar recados.

Um dos padres entrevistados reconhece os pontos críticos na formação presbiteral, mas chama a atenção para seu papel no que tange à caminhada dos grupos e ao olhar sobre as questões sociais e políticas.

Eu acho que a função nossa não é maior nem melhor, é ser fermento junto dos cristãos e cristãs, é ser companheiro, ser incentivador e [...] celebrar sacramentalmente as lutas do povo. Eucaristia é isso, o pão que é repartido é o pão de quem tá lutando por trabalho, pelo salário, pelos direitos humanos, pelos

quilombolas e suas terras, índios e suas terras. Isso é repartir o pão eucarístico. [...]. E de onde vem o pão eucarístico? Da terra, da natureza, do trabalho do homem e da mulher; como é que esse pão chega no altar? Passando pelo trabalho [...], pelo salário do homem e da mulher, passa pelo assédio sexual no trabalho, pelas mulheres que trabalham igual homem e ganham menos. [...]. Nós, presbíteros da Igreja Católica, temos um papel muito bonito que é celebrar as lutas do povo [...].

O QUE OS GRUPOS ENTENDEM POR FÉ?

Comumente, ao iniciarem seus relatos, os entrevistados demonstravam dificuldades para expressarem suas concepções de fé. Aparentando certo constrangimento, por vezes mantinham longo e reflexivo silêncio, o diálogo se interrompia e os olhos se fechavam em uma busca interior por respostas.

Alguns divagavam em pensamentos e falas sobre a religião, outros faziam menções a passagens bíblicas, aos ensinamentos e à vida de Jesus Cristo ou faziam referências a documentos da Igreja¹⁷.

Em algumas situações, a fé era mencionada como algo intimamente relacionado à vida de oração e à interioridade; para outros, liga-se aos aspectos do culto, da religião e dos ritos, ao cumprimento de alguns deveres cristãos, como participar dos sacramentos, frequentar as missas dominicais, comparecer às festividades religiosas. Expressando sua dificuldade para dizer em palavras sua fé, outros a definiam como “acreditar”, “acreditar em Deus”, “acreditar em um ser superior que nos guia”. Por fim, a fé surge como desejo e espe-

¹⁷ Os entrevistados se referiram notadamente a documentos que compõem a Doutrina Social da Igreja, a documentos da CNBB e a outros materiais de estudo e formação produzidos pela Igreja.

rança, como força interior. "Fé é um desejo, uma esperança, uma coisa que vem de dentro".

Ao associar desejo e esperança, em um mundo que passa por intensas e profundas transformações sociais, a fé é certamente um alento e aponta um horizonte, mostrando-se como luz no caminho, fazendo-se fonte de coragem na luta por um mundo melhor.

Não raro, contudo, nos grupos se fala da fé como dom ou algo inato, como uma espécie de herança familiar, reafirmada, entretanto, ao longo da vida, na forma de ação no mundo; como na narrativa de um entrevistado:

Falar de fé é complicado. Você sabe que fé, já nasce com a gente, não é? Eu nunca tive problemas com fé, meus pais, meus irmãos tudo são pessoas de fé. Meu pai tinha uma fé, minha mãe tinha uma fé, então a fé remove montanhas. Mas não adianta a gente ter só fé. A gente tem que agir. Não adianta ficar só lá dentro de casa "eu tenho fé que Deus vai me ajudar", "eu tenho fé que fulano vai ganhar e vai ser um presidente bom", certo. Mas nós temos que arregaçar as mangas e trabalhar (...)

É bastante frequente a visão da fé como dádiva, algo que "parte lá de dentro" relacionada à vida e a abundância: "fé enquanto [...] dimensão da vida". Nesse sentido, sustenta-se em muitos grupos a visão de que a fé precisa ser mobilizada a favor da coletividade, na forma de busca de conhecimentos sobre a política e de elementos que facilitem a tomada de consciência. Todavia, associa-se, por vezes, à caridade em sua forma de expressão mais tradicional: as práticas assistenciais.

Há quem reconheça e afirme que o entendimento do que seja a fé também é algo que vai se modificando ao longo dos anos e da caminhada pastoral, grupal e pessoal. Tal como na narrativa de

uma jovem participante de um grupo que diz de uma fé processual, que sustenta uma espiritualidade em permanente construção, na comunhão com a realidade.

Eu não sei como definir com muita clareza o que eu acho que é fé. Mas, com certeza, o meu histórico de relação com a fé começou na minha família também, com a minha criação cristã. Mas eu acho que foi prosperando e ampliando um pouco com a minha maturidade porque, quando eu era mais nova eu me lembro de fé como uma coisa assim puramente espiritual, relação eu e Deus. Então, ter esperança nos momentos difíceis, rezar, pedir e agradecer. Hoje em dia eu consigo ver a fé com um pouco mais de alcance humano mesmo. [...] eu consigo ver a fé muito no meu irmão, na pessoa do meu lado. Eu tenho uma relação com a fé, hoje em dia, às vezes, parece até estranho falar, mas eu consigo ver Deus muito mais no meu irmão, a minha fé está muito mais aqui, do que lá. E eu acho que é isso que me prende tanto à causa. Minha paixão tanto pela causa, tanta dificuldade que a gente tem. Eu acho que é a esperança de que aqui tem algo a ser construído, claro, com algo por trás maior, que me sustenta, que nos dá força. Mas a fé, para mim, ela está mais aqui, ela é mais humana.

Se para muitos a noção de fé é afirmada como crença transcendente em um Deus superior que fortalece, dá sabedoria e humildade, e encoraja a olhar o outro, observa-se na grande parte dos relatos a centralidade da história de Jesus Cristo como referência para a vivência prática da fé. Seus ensinamentos são vistos como a luz que ilumina e descortina o caminho a ser seguido no mundo atual. Justiça social, respeito e amor ao próximo, solidariedade e fraternidade, acolhimento e inclusão do marginalizado, são ensinamentos de Cristo com frequência destacados pelos grupos como capazes de transformar o mundo em que vivemos. Para muitos entrevistados, partir da fé buscando a justiça nada mais é do que

comprometer-se com a humanidade e seguir os passos de Cristo, ra zã o de sua esperança.

Fé para mim é acreditar em um Deus, que é tudo para gente e está sempre a nos guiar. Nós temos que buscar alimentar esta fé, porque se você não alimentar vai chegar um momento que você vai perdê-la. Através da sua prática e da participação na igreja é que você vai alimentando e enriquecendo esta sua fé. Lembrando, a carta de São Tiago, a fé sem obra é morta, então uma maneira de você fortalecer a sua fé é praticando.

“Ação”, “prática” e “trabalho” são termos recorrentes nas narrativas sobre a fé, em um gesto que une o crer ao agir. Muitas foram as menções à Carta de São Tiago¹⁸, na qual se declara a necessária complementaridade entre a fé e a ação, entendida nos grupos como ação ética e espiritualidade viva.

Então a fé, como um nível de conhecimento, de saborear realidades que são invisíveis. Nós não conseguimos ter uma constatação empírica, científica de certas coisas, mas nós nos fiamos, nós mergulhamos de cabeça. Jesus ressuscitou, venceu a morte. Então nós vamos procurar ajudar, fazer o bem, a justiça e a paz acontecer, com fé e esperança. São duas virtudes para o tempo presente, para que a gente chegue lá definitivo no céu. Mas não é assim de empurrar com a barriga e esperar que as coisas aconteçam. A pessoa de fé é uma pessoa proativa, comprometida, não se acomoda. A fé então como um incentivo. Uma forma de nós nos motivarmos para fazer o bem acontecer. A

¹⁸ Atribuída a Tiago Menor, é uma das chamadas "Cartas Católicas". Seu conteúdo aponta com veemência a importância de não se reduzir a fé a simples declaração e sublinha a necessidade de se expressá-la concretamente em obras e ações, tendo em vista o bem de todos. Ressaltando um cristianismo concreto e prático, propõe que a fé se realize no plano da vida, no amor ao próximo e no compromisso com os pobres.

gente ter a certeza, contra todas as incertezas, de que vai dar tudo certo, tudo para a glória de Deus.

Percebem-se, por vezes, em um mesmo grupo, entendimentos distintos sobre fé, o que, entretanto, não parece gerar conflito entre os seus membros.

Para mim, vou falar primeiro para mim e não em termos de grupo. Para mim a fé é a esperança. Para mim a fé é um saber que está ligado à mística, à espiritualidade que move para a caminhada, para a luta. Eu não faço pela minha conta simplesmente. Tenho certeza que, na minha condição de ser, eu sou instrumento, aonde for que Deus me levar para fazer as coisas, se for na política ou se for de outra forma ... mas é uma coisa que move mesmo para a vida. Agora, as pessoas, no nosso coletivo, é a esperança, a justiça, fazer valer a vida. A gente estava refletindo um dia, as pessoas são católicas ... por isso é difícil separar, pois a nossa ação é consequência da leitura que a gente faz do Evangelho.

Na união reflexão-ação, a ideia de fé surge referida aos momentos de oração e aos estudos bíblicos como postura necessária à existência católica e de fundamental importância para impulsionar as ações do cotidiano dos grupos, fortalecê-los na superação das dificuldades da vida e das ações que encampam. A oração é busca de iluminação do espírito que promove o discernimento sobre os caminhos a seguir.

Geralmente nos encontros que a gente faz a gente tem um momento para a leitura do Evangelho com o que nós vamos tratar no dia. É o momento de espiritualidade que a gente sempre busca relacionar fé com ação. Porque antigamente eles chegavam e já começavam a falar de política e nem lembravam de fazer esta ligação do Evangelho com o que está sendo tratado.

Muitos grupos relataram a prática de momentos de espiritualidade reservados à liturgia, aos estudos teológicos e aos retiros e orações. Embora em diversos momentos a espiritualidade seja associada à oração, é importante destacar que, nas falas dos entrevistados, nem sempre “oração” e “espiritualidade” têm o mesmo sentido. Se a oração é percebida como uma prática de meditação contemplativa e a espiritualidade se associa ao modo de ser, ao modo de agir no mundo, motivados pela fé e pelo seguimento da pessoa de Jesus Cristo, esses cristãos vivem a espiritualidade na perspectiva da alteridade, como uma busca por solidarizar-se com o próximo, à procura daquilo que reafirma a vida para si e para o outro: "A minha fé tem duas dimensões não é só minha relação com Deus, é também a minha relação com meus irmãos".

Vale, contudo, ressaltar que poucos grupos dedicaram a realização de reflexões intragrupais sobre as concepções de fé ali existentes. O mesmo ocorre com a noção de política. Nota-se que, embora a maior parte dos grupos se autodenomine de “fé e política”, debates a respeito dos termos que fundamentam sua existência são pouco ou não explorados.

Não obstante as dificuldades em colocar objetivamente seu entendimento, na maior parte das narrativas e na maneira de se expressarem os entrevistados (o que em um texto escrito não se tem como reproduzir: gestos, sorrisos, olhares, etc.), apresenta-se a visão de uma fé muito viva e vinculada à ação concreta, comprometida com práticas transformadoras. Os atos vinculados à fé denotam sua clara opção pelos pobres e isso se faz no trabalho político e social com vistas a colaborar para a construção de novas relações em um mundo mais justo, acolhedor e fraterno.

O QUE OS GRUPOS ENTENDEM POR POLÍTICA?

Dita como “inerente à vida” e definida como “a busca pelo bem comum”, “a busca e a construção de uma sociedade mais justa e democrática”, a política é expressa também como “uma forma de colocar a fé em ação e buscar o bem para o outro.”

Muitos são os que afirmam ser a política expressão da convivência e maneira de se relacionar com a diversidade presente na sociedade, diante dos muitos e distintos interesses circulantes. A política concorre para a administração dos conflitos entre pessoas e grupos e promove a regulação do jogo do (e pelo) poder.

A política seria conhecer as pessoas com quem eu convivo, quem está próximo de mim, quem mora na minha rua. Este meio de sociedade individualista, que é enclausurada, cada um dentro do seu espaço, onde eu não sei quem é o meu vizinho, o que ele faz, que dificuldades ele encontra na vida, no dia a dia, faz com que a gente viva essa sociedade quase caótica; da violência; das dificuldades; da falta de transporte coletivo; da falta de bens públicos; da própria conservação do bem público, na maioria das cabeças das pessoas o que é público não é de ninguém, acaba que não tem dono e eu acho que o público é de todo mundo e todo mundo é responsável pelo cuidado do que é público, porque serve pra mim, serve para outras pessoas.

Política pra mim é resolução de conflitos, e conflito é próprio da natureza humana, interesses diversos. Para chegar a um consenso, um denominador comum é preciso que haja diálogo, haja conversa, persuasão, que eu convença o outro dos meus interesses. Quanto mais coletivo o interesse, mais fácil é de resolver. Quanto mais individual, os interesses mais conflituosos ficam.

Muito se fala sobre a política como “ato de conviver”, de “vi ver e m sociedade”, presente em qualquer espaço relacional. Com fre-

quência, práticas cotidianas são referidas de modo a exemplificar o entendimento de que vivemos imersos em um contexto político.

Política a princípio é uma forma das pessoas conviverem, uma forma de você estar convivendo com o outro. Até dentro de casa você faz política, quando você tem que dividir o espaço, os bens ali, tem que dividir a comida.

De modo recorrente, os entrevistados sublinham a necessária distinção entre a política partidária daquela a que se dedicam — voltada para o bem comum — e lamentam que tal concepção restritiva ganhe cada vez mais espaço em nossa sociedade.

Para mim, a política é tudo aquilo que a gente faz. Porque é esta forma de convencimento, de diálogo que a gente abre para chegar a um denominador comum, de modo que ela sempre seja direcionada para o bem coletivo. Distante daquela política partidária que muitas vezes envolve os interesses dos partidos políticos e que muitas pessoas confundem com a essência real da política.

E eu acho que política é isso, muito mais ampla do que meramente esse momento que nós estamos vivendo agora, eleitoral, esse momento de campanha ‘nós vamos fazer, nós vamos fazer’ ou ‘deixei de fazer’.

A política? Depende da política. Tem a política mesmo e a politicagem. A política mesmo é voltada para o social, para o bem-estar das pessoas e não é esta politicagem da corrupção, de falsidade, hipocrisia. Eu sei também porque eu lido com políticos. No bairro, a gente tem políticos [...] a gente vê que, no fundo, é muita hipocrisia e a gente vê que no fundo não é voltado para o bem-estar do outro, é para o bem-estar próprio.

Em suas falas acerca do que é política, os entrevistados, por diversas vezes, fazem referência a Leonardo Boff e à Teologia da Libertação.¹⁹ Assim, em suas narrativas, discorrem, por um lado, sobre a política percebida na perspectiva dos poderes de Estado e a o exercício da democracia representativa e suas vicissitudes. É quando se referem ao exercício de cargos públicos, à atividade legislativa e partidária e seus dilemas éticos, por exemplo, quando frequentemente mencionam práticas corruptas no âmbito governamental.

Nesse contexto, reconhecendo sua versão, indissociável, da participação popular, destacam a política praticada pelos grupos como exercício de cidadania ativa que se realiza no acompanhamento e controle social dos poderes. Tem-se aí a política entendida como conjunto de regras e atores sociais; como funcionamento institucional e organização social; mas também como posicionamento crítico, ético e democrático decorrente de participação popular.

Por outro lado, são recorrentes as referências à política que se faz tendo por horizonte a construção de uma sociedade mais justa e fraterna, responsabilidade de todo o conjunto da sociedade.

¹⁹ Entre outros autores, Boff teve, por exemplo, um de seus textos publicado na revista produzida pelo Movimento Nacional de Fé e Política referente ao Encontro Nacional realizado na cidade de Ipatinga, Minas Gerais, em 2009. Boff distingue dois tipos de política: a social e a partidária. Sobre a política social, ele afirma: “É tudo que diz respeito ao bem comum da sociedade; ou então é a participação das pessoas na vida social. Assim, por exemplo, a organização da saúde, da rede escolar, dos transportes, a abertura e a manutenção de ruas, de água, de esgoto etc., tem a ver com política social. Lutar para conseguir um posto de saúde no bairro, se unir para trazer uma linha de ônibus até o alto do morro, participar de uma manifestação no centro da cidade pela reforma agrária, pelo solo urbano, contra a violência policial. Essa política visa ao bem comum de todos ou de um grupo, cujos direitos estão sendo desrespeitados. Definindo de forma breve podemos dizer: política social ou Política com P maiúsculo significa a busca comum do bem comum.” Em relação à política partidária, Boff a define da seguinte maneira: “Significa luta pelo poder de Estado, para conquistar o governo municipal, estadual ou federal. Os partidos políticos existem em função de se chegar ao poder, seja para mudá-lo (processo revolucionário), seja para exercê-lo assim como se encontra constituído (governar o Estado que existe). O partido, como a palavra diz, é parte e parcela da sociedade não toda a sociedade. Cada partido tem por trás interesses de grupos ou de classes que elaboram um projeto para toda a sociedade. Se chegarem ao poder de Estado (governo) vão comandar as políticas públicas conforme seu programa e sua visão partidária dos problemas.” (BOFF, 2009, p.16)

A política é o que é público, o que é de todos, é onde todos participam de todas as decisões que a gente tem de tomar além do eu, que envolve o nós, é uma ação política. E isso, para mim, agora estou entendendo muito claro como a gente está distante disso ainda porque a maioria das pessoas espera que a administração venha de cima mesmo, e é claro que tem os representantes, que estão lá pra realmente fazer acontecer, com o poder que eles têm para isso, mas eu acredito que a gente precisa dessa parceria, com a nossa consciência, de quem tem fé vá fazer também. Se a gente quer alguma coisa, depende realmente desta política entre a gente, essa relação entre a gente, para a gente realmente conquistar uma parceria com o poder público, maior.

Percebe-se nas falas que tanto em meio aos grupos quanto em meio às comunidades em que desenvolvem seus trabalhos, a política partidária encontra-se desgastada e sem credibilidade, e não são poucos os que afirmam sua descrença. Na voz dos grupos, um pouco mais de “conscientização” sobre essas diferentes “políticas” ajudaria a ampliar a participação e o envolvimento das pessoas não apenas nos grupos de fé e política e nos movimentos sociais de modo mais amplo, mas no exercício de cargos públicos.

Em todos os grupos, nota-se a preocupação com o compromisso social pela democracia. Presente nas narrativas como imprescindível às situações consideradas problema ou que demandam mudanças, a política aparece não somente como instrumento na busca de resolução de problemas, mas na forma de organização e participação individual ou grupal na sociedade.

Política não é só época de eleição, os candidatos, as campanhas. Política é a vida toda. É o que nós temos que colocar para o pessoal ou dentro da comunidade, a luta quando se falta água, é a luta pelo asfalto das ruas. É uma luta para o lazer, para o lazer sadio, festas [...].

A política é também identificada por muitos como respeito às diferenças e como convivência familiar e comunitária. Assim, ela “é o diálogo orientado para a vida em plenitude na experiência da comunidade cristã”.

Tendo a comunidade como espaço privilegiado para a ação política, os grupos apontam a importância de uma tomada de consciência individual e coletiva e colocam-se como agentes dessa conscientização.

[...] a política, é quando você vê a necessidade de fazer a transformação social, de conscientizar o outro de que ele também faz parte do mundo, e que ele tem, e que ele é peça fundamental na transformação do mundo, porque nós não estamos na política por interesse próprio [...]. Eu cresço quando eu chego lá em cima e olho pra baixo e não consigo titubear perante o grupo. [...]. Teve uma coisa que eu guardei na minha mente, foi em 97, uma palavra do Arcebispo, quando ele disse (foi na Praça da Estação, tinha, mais ou menos, umas duas mil pessoas, no dia do Grito dos Excluídos): ‘A política é a arte de fazer o povo feliz.’ [...] essa consciência de que política se faz unificando os interesses de todos: seja pobre, seja rico, seja preto, seja branco, mais ou menos... Fazer política é pensar grande.

Em suas falas, os entrevistados fazem severas críticas aos recorrentes episódios de corrupção no campo da política institucional divulgados pela mídia, o que é também apontado como fator de descrença e recusa à participação ativa.

[...] até o fato de você não querer saber de política, é política. Só que o cara não põe isso na consciência. E isso é triste, né? É uma política negativa isso aí, né? É muito violento o cara não querer saber de nada. Quando um entrar no poder lá, deita e rola, porque não tem ninguém cobrando dele nada, fica à vontade.

Veem-se aí dos efeitos corrosivos de uma tradicional cultura de corrupção, que enfraquece o agir ético e a disposição para o exercício político em prol do bem comum, situação frequentemente assinalada pelos entrevistados.

Assim, em muitos grupos, sob a constatação do uso perverso do poder político, do mau exercício da função pública, alegam que as pessoas nas comunidades encontram-se fortemente descrentes com a política e pouco se empenham no envolvimento coletivo em prol das questões sociais, porque passaram a crer que em última instância a corrupção e a politicagem — entendida como prática corrupta e perversa daqueles que se utilizam de uma posição de poder para impor vontades pessoais e agir em proveito próprio — desvirtuam as causas coletivas e colocariam a perder todo esforço e trabalho depreendido na base, nos grupos e em suas práticas cotidianas que visam a mudanças conjunturais e estruturais.

Desse modo, na voz dos grupos, muitas pessoas assumem posturas apáticas, de indiferença e mesmo de rejeição ante a política, sobretudo partidária. Esse comportamento, para os grupos, denota evidente rejeição à corrupção e não, nos termos empregados por eles, à “verdadeira política”, entretanto incompreendida por boa parcela da população. E nessa linha de pensamento muitos entrevistados insistem em reafirmar a dificuldade de, no interior da própria paróquia, encontrar pessoas que comunguem da noção de que fé e política não se separam.

O BOM ENCONTRO: FÉ E POLÍTICA

[...] a fé sem obras é morta, tendo fé e obra, uma coisa interliga a outra, a gente procura fazer essa união. Acreditar e a obra.

Se a fé se associa à prática do amor como bem da humanidade, à reafirmação permanente da vida para todos, ela é indissociável da ação política, pois que esta é expressão da caridade, lembram vários entrevistados, referindo-se às palavras de Paulo VI, antes mencionada. A caridade sustenta o laço social. Disso resulta a indissociabilidade entre fé e política, expressa pela maior parte das narrativas:

“[...] porque não existe a separação entre a fé e a política. Tanto a política faz parte de toda a vida do cidadão, como a fé também faz parte de toda a vida do cidadão. Não se separa isso, não existe.”

Jesus Cristo integra as narrativas como especial exemplo de ação política. Diversos trechos dos evangelhos são mencionados e discutidos pelos entrevistados como modelo de ação ao reunir espiritualidade e transformação social.

Olha, pra mim política é [...] trabalhar para o bem comum, então o que Jesus fez? Pegue a Bíblia. Tem político maior que Jesus? Jesus fez política o tempo todo, isso vai me alimentando nesta caminhada.

A identificação à vivência política de Cristo, a seus discursos e práticas, é em permanência a firmada na confluência entre fé e política.

A relação é muito grande. Se nós pegarmos o próprio Evangelho vamos ver que Jesus Cristo foi um grande político. Porque ele viveu numa sociedade que havia um domínio e muitas vezes ele mostrou para o pessoal como combater este domínio, embora os apóstolos tivessem achado que Jesus seria um líder político e que fosse fazer uma revolução para libertar aquele povo do domínio romano, mas o objetivo dele era outro, mas nem por isso ele deixou de lutar pelos pequenos. [...] acho que a fé e a política têm uma ligação muito grande,

mas, muitas vezes, o povo não vê isso e não sabe trabalhar esta relação. Se a gente não trabalhar este social acho que fica faltando alguma coisa, porque igreja sem o social eu realmente não vejo, não vejo como uma igreja de Jesus Cristo, não.

Se a gente pegar a Bíblia a gente vê que é uma história política e tem gente que quer separar a questão política da fé... Não tem jeito. Você pode até separar a política da religião (eu acho inclusive que tem que estar separado). O próprio Cristo morreu pela atuação política.

Da união entre fé e política como instâncias complementares e indissociáveis resulta o exercício da cidadania e o dever de contribuir para uma sociedade justa e fraterna. Ao destacarem a política como uma via para a prática do bem na direção dos mais pobres, a caridade se apresenta como um imperativo de que, pela fé, os católicos exerçam sua cidadania na construção de uma realidade mais justa, democrática e solidária.

A respeito da vinculação entre fé e política, há um relato de entrevistado que bem expressa o que muitos disseram:

Então a fé que nós vivenciamos a partir da palavra para atingir o céu que é nosso objetivo maior, que é a ressurreição, ela nos leva a nos desafiar e confrontarmos estes interesses individuais. Então eu preciso do outro para me melhorar. Se eu preciso do outro para ser melhor e se eu faço isso por acreditar que existe um algo além, existe Deus, eu tenho o anseio a estar ao lado de Deus, logo eu tenho que estar em relação com o outro e contribuir para que o outro melhore e que o outro também contribua com o meu melhoramento. E aí entra a questão da política, que é um meio, uma forma de se dirimir estes conflitos entre as pessoas, em sociedade, na *pólis*, então tem tudo a ver. À medida que eu melho com vistas a melhorar também o outro, eu vou pensar a relação política, os meios para atingir estes fins com a ética

[...] é o momento que eu tenho que negociar, ponderar, buscar um equilíbrio entre aquilo que o outro quer e aquilo que eu quero para encontrar um algo possível a nós dois. Que não seja aquilo que ele quer, nem aquilo que eu quero, mas algo que vai permitir que nós dois sejamos beneficiados, assim, é para a sociedade e logo, assim, é para a fé, eu penso nisso. Para começar o céu aqui, então eu preciso desta relação de política e fé.

Paradoxalmente, a concepção libertária de uma fé política que move os grupos para a ação coletiva parece dificultar a participação comunitária. Diversos entrevistados afirmaram que a compreensão que têm da fé difere do sentido que lhes é conferido pela própria comunidade da qual fazem parte. Muitos são os que discordam de seus trabalhos, uma vez que para eles fé e política não se misturam, do que decorre o não envolvimento de paroquianos nas ações dos grupos.

Vejo que é muito comum a gente encontrar pessoas que dizem: eu não sou político, eu não gosto de política, dentro da Igreja não é lugar de política. Mas onde a gente vai fazer a política do bem comum se não for à luz do Evangelho? [...] Eu acho que a fé e a política elas caminham juntinhas, desde que elas sejam construídas à base da Palavra, à base do Evangelho, à luz da palavra de Deus. [...] É a política que é voltada para o bem do outro. É ir ao destino daquele que está caído; como eu posso fazer isso se eu não tenho Deus, se não tenho a Palavra pra refletir? [...]. Você vai partir da lei e viver a comunidade, o comunitário. [...] A vida pública de Jesus é a política, a política do bem comum.

Por sua vez, a dissociação entre política e vida cotidiana impede que se compreenda que esta é constitutiva dos fenômenos sociais. Em um contexto despolitizado estão ausentes os questionamentos sobre as condições estruturais das desigualdades e não há indagações acerca da participação social.

Essa limitação de entendimento, somada às imagens difusas, contraditórias, por vezes distantes e distorcidas da política, contribuem para que, nas paróquias, muitas pessoas tenham um entendimento de que há cidadãos “não políticos” e se considerem isentas de envolvimento político e apartadas da ação política.

Outro aspecto interessante que integra a reflexão de vários grupos de forma provocativa é a dinâmica de ação da própria Igreja, o que interfere na ação dos grupos.

Só que, enquanto Igreja, a estrutura, as reflexões, as linhas adotadas pelos padres e tudo, não contribuem para esta leitura da política com P maiúsculo. Não contribuem. E eu acho que a gente está precisando de resgatar [...]. A gente não pode dissociar e dizer: ‘isto é responsabilidade de A ou de B’. Lógico que cada um pode até se envolver mais com a área da saúde aqui, área da juventude ali, mas este olhar político que gera o coletivo, o interesse de todos, o interesse comum, é responsabilidade de todo mundo. Enquanto estiver fragmentando, achando que estes assuntos são de grupos específicos, a Igreja e a sociedade não vão avançar.

Alguns entrevistados assinalam que a organização em grupos pastorais nomeados por campo de atuação não favorece a ação coletiva, uma vez que fragmenta a realidade e inibe a conexão e o diálogo pelas causas sociais e políticas, com subsequente divisão de grupos, de linhas de trabalho e formação de “especialistas” em detrimento de ações empreendidas de modo transversal, não fragmentado.

Foi assinalado por alguns entrevistados que as relações entre igrejas locais e administrações municipais tanto podem propiciar benefícios quanto inibir a ação grupal diante das demandas comunitárias.

[..] Na atual administração municipal [...] . A proximidade [do prefeito] com o padre é muito grande, então ele tem conseguido algumas conquistas para a paróquia, o que o deixa intimidado de certa maneira. Mesmo que haja uma ação que seja prejudicial à comunidade de certa maneira não há uma ação, pois por outro lado, o prefeito tem ajudado. Então, isso fica realmente limitando o trabalho dos grupos. Quando você tenta fomentar alguma discussão, ela acaba caindo no vazio por conta disso.

[...] eu acho que em alguns âmbitos sim, mas é difícil mesmo de falar. A gente tem vivido algumas situações na paróquia, em que a gente vê a política bem próxima sim, tanto o lado positivo como o lado negativo dela. É uma situação que já vem ocorrendo há alguns anos: por um lado, nessa parte burocrática, a política tem ajudado muito... não sei [...] eu sei que eu estou completamente errada porque política faz parte da vida da gente. Isso é inevitável. [...] mas eu não enxergo elas caminhando juntas, talvez bem pouco, assim em alguma coisa burocrática.

Ainda assim, os grupos persistem em sua caminhada e muitos apontam a fé como o que motiva tal persistência na ação política. Relacionando mística e profecia, pautamos a fé como a força maior que lhes confere sabedoria e coragem para anunciar a boa nova e denunciar aquilo que impede a vida em plenitude.

A ligação entre fé e política, eu até diria que é de base. Se nós queremos edificar um edifício seguro, nós não podemos deixar de lado estes dois aspectos. A fé como olhar para além daquela realidade e, a política como pé no chão, olhando para nossa realidade. Então, nós olhamos para os dois aspectos e construímos algo muito bonito, a civilização do amor, conforme está lá na Doutrina Social da Igreja. Nós não temos uma ilusão de que a fé não tem nada a ver com política porque, seria até hipocrisia nossa de acreditar em Deus, amar Jesus, seguir Jesus, se a gente não olhar para o próximo, principalmen-

te as pessoas que estão sendo prejudicadas [...] Então, a política vem como o pé no chão, olhando para o céu.

Quando definida como uma ação concreta e de busca por melhoria e transformação social, a política é valorizada pelos entrevistados. Dizem também que é preciso acreditar na política, ter fé na política para que se possa transformar a sociedade por meio das instituições democráticas, dos espaços de participação e das organizações e movimentos sociais e ações coletivas. Muitos apontam a falta de fé na política como um dificultador da participação política na sociedade.

Alguns padres e até leigos acham que 'política não. Porque a política tem interesses particulares e não só o bem comum', é a ideia de política que se tem. A política é o bem comum, só que o bem comum passa longe na visão de algumas pessoas pela sujeira que acontece, por alguns políticos é que eles não querem, mas eu particularmente acho que tem que continuar. [...] O pessoal não sabe diferenciar política de politicagem. O que nós fazíamos e fazemos até hoje de certa forma, é levar o povo a participar falando que eles, lutando a favor do município, eles também são políticos, não são só os políticos partidários lá no pleito não, eles também são políticos. O pessoal tá com descaso por conta disso, o povo não crê na política, em nossos legisladores, este é o motivo.

Acreditar na política e desenvolver um olhar crítico sobre esse cenário, reconhecendo em tal campo as potencialidades e limites, a o ver dos entrevistados, é um caminho para que mais pessoas possam se engajar nas causas coletivas na crença de que a mudança da cultura política do País é possível, superando desse modo a apatia que muitos denunciam observar em suas comunidades e no contexto brasileiro de um modo mais amplo.

NOTAS FINAIS

Ao longo da realização da pesquisa, foi possível constatar que, para os integrantes dos grupos de fé e política, a mística cristã não se constitui como mero aprofundamento na interioridade, e em busca de uma paz individualista. Ela é, sobretudo, o desejo que conduz a o enfrentamento da realidade visando a que todos tenham vida.

A dimensão mística, por si só, não fundamenta nem confere validade total a uma vida de fé. [...]. Sem o enfrentamento da realidade, sem o projeto histórico de construção do Reino de Deus, não há possibilidade de se alcançar uma experiência madura de vida cristã. (Pereira, 2008, p.16)

Nos grupos de fé e política, mística e profecia se encontram. Mística como a habilidade para ver além e profecia como a capacidade de anunciar o que ainda não está exposto. “A particularidade do profeta é que ele vê uma realidade oposta àquela que está na experiência comum” (Oliveira, 2006, s/p). Nas belas narrativas dos entrevistados, pudemos perceber a força viva da fé que tem por horizonte a produção de novos modos de existência.

Se nós queremos edificar um edifício seguro, nós não podemos deixar de lado estes dois aspectos: a fé como olhar para além daquela realidade e a política como pé no chão [...]. Então, nós olhamos para os dois aspectos e construímos algo muito bonito: a civilização do amor.

São grupos que se comprometem e se orientam por valores e práticas de combate às diferentes formas de opressão, primam pela

construção de relações solidárias e fraternas e que creem firmemente na possibilidade do novo.

Os grupos de fé e política cumprem uma imprescindível tarefa educativa e prestam um serviço qualificado, acima de simples interesse partidário. Exercem a cidadania à luz do Evangelho. Eles são uma efetiva possibilidade de corrigir descompassos notados na sociedade quando se confunde a relação entre fé, religião e política, especialmente no que diz respeito a instituições e eleições. (Azevedo, 2013, s/p.).

Caracterizam-se por práticas coletivistas, em contraposição a uma cultura política cada vez mais voltada para o individualismo e para os resultados imediatos. Derivam das práticas do chamado comunitarismo cristão, tradição forte e influente não somente nas décadas de 1960 e 1970, mas que, sobretudo no atual contexto político, ainda desempenha um papel central na sociedade brasileira.

A Igreja Católica identificou no comunitarismo uma forma de valorização das ações sociais e coletivas e um meio de ação política. Já nas primeiras comunidades cristãs, narradas nas epístolas paulinas, fala-se de comunitarismo. Pouco a pouco a comunidade vai se organizando [...]. O comunitarismo, que passa a permear várias ações da igreja, em todos os níveis, manifesta-se pela importância crescente dada aos grupos: colegiados, assembleias, equipes, associações e reuniões de todo o gênero. (Souza, 2008, p. 48).

Duas felizes coincidências em relação aos grupos de fé e política ocorrem no momento desta publicação. Por um lado, as Diretrizes da Ação Evangelizadora da Arquidiocese de Belo Horizonte e Planos de Ação Pastoral (2013-2016), expressas nas resoluções da IV Assembleia do Povo de Deus, indicam a importância da

rearticulação dos grupos de fé e política, o que se torna um fator mobilizador na reestruturação desses grupos e criação de novos.

É de extrema importância a ativação e rearticulação dos Grupos de Fé e Política, em todas as Foranias e Paróquias da Arquidiocese, no intuito de promover a participação consciente dos fiéis na sociedade, e na perspectiva do exercício da cidadania como testemunho de fé. Orientem-se os cristãos e cristãs a integrarem os Conselhos Públicos, que visem ao bem comum; e criem-se espaços, nos mais diversos âmbitos eclesiais, para que possam repassar os conhecimentos adquiridos. Por meio dos Grupos de Fé e Política, os cristãos sejam orientados para o acompanhamento ao Legislativo de maneira sistemática e consistente. As pastorais sociais e as diversas campanhas que promovem a participação dos leigos na transformação da sociedade precisam ser reforçadas, pois, também, por meio delas, o exercício da cidadania acontece. O Nesp – Núcleo de Estudos Sociopolíticos é um instrumento importante para incentivar e subsidiar essas atividades. Tenha-se em conta que não são permitidos posicionamentos e apoios explícitos, em nome da instituição, a quaisquer candidatos a cargos públicos. (IV APD, p. 22)

Por outro lado, o Papa Francisco, em suas homilias, tem lembrado a importância da participação política dos cristãos tendo em vista sua responsabilidade na construção de uma sociedade mais justa.

Envolver-se na política é uma obrigação para um cristão. Nós não podemos fazer como Pilatos e lavar as mãos, não podemos. Devemos participar na vida política porque a política é uma das formas mais altas da caridade; porque busca o bem comum. E os leigos cristãos devem trabalhar na política. Alguém me dirá: 'mas não é fácil'. Tampouco é fácil chegar a ser sacerdote. Não são coisas fáceis porque a vida não é fácil. (Papa Francisco, homilia do dia 07/06/13).

No que tange ao alcance dos objetivos propostos inicialmente, a pesquisa realizada permitiu identificar e melhor conhecer os grupos e práticas de fé e política presentes na Arquidiocese de Belo Horizonte. Não somente se registraram suas histórias, práticas, limites e possibilidades. Os resultados obtidos têm subsidiado o trabalho do Nesp no que tange à melhoria da oferta de ações de formação e capacitação e, em especial, favorecido o estabelecimento de parcerias entre os grupos e o Núcleo, o que certamente fortalece a ambos.

Há que sublinhar também que, restituído aos grupos de modo sistematizado o saber por eles produzido, tem-se observado o desencadeamento de novas ações, pelos próprios grupos. A pesquisa, tomada como prática ética, tem aí o seu papel: não somente auxiliar na promoção de conhecimentos, mas, por meio da reflexão, colaborar para que se instalem novas possibilidades de atuação em um campo.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Chico. Espiritualidade, ecologia, economia. In COORDENADORIA DE INCLUSÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS/PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Caminhada: Cuidar da Vida; Ecologia e Economia**. Ipatinga, MG, 2009. p.21.

AZEVEDO, Walmor O. **Grupos de Fé e Política**. Disponível em: <http://www.arquidiocesebh.org.br/site/artigoArcebispo.php?id_artigoArcebispo=6666>. Acesso em: 14 nov. 13.

BASSINI, Pedro F. Paróquia, Rede de Comunidades. **Vida Pastoral**. São Paulo. n. 291. jul-ago. 2013. Disponível em: <<http://vidapastoral.com.br/paroquia-rede-de-comunidades.html>>. Acesso em 25 jul.13.

BENELLI, Silvio José. **Pescadores de Homens**: estudo psicossocial de um seminário católico. São Paulo: UNESP, 2006.

BENJAMIN, Walter. O narrador: reflexões sobre a obra de Nikolai Lesskov. In: BENJAMIN, Walter. **Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política**. Lisboa: Relógio D'Água, 1992. p.27-57.

BETTO, Frei. Fé: dom politicamente encarnado. In: COORDENADORIA DE INCLUSÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS/ PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Caminhada: Cuidar da Vida; Ecologia e Economia**. Ipatinga, MG, 2009. p.19.

BOFF, Leonardo. **Espiritualidade: um caminho de transformação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

BOFF, Leonardo. Fé e Política: suas implicações. In: COORDENADORIA DE INCLUSÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS/ PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Caminhada: Cuidar da Vida; Ecologia e Economia**. Ipatinga, MG, 2009. p.16-17.

BOFF, Leonardo. **Fé e Política: suas implicações**. Disponível em: <<http://www.cefep.org.br/documentos/textoseartigos/politicaevangelhodsifpimplicacoes.doc/view>>. Acesso em: 7 fev. 2011.

BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. **Como fazer Teologia da Libertação**. Petrópolis: Vozes, 1986.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: 1. artes de fazer**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

DEMO, Pedro. **Pobreza Política**. 2008. Disponível em: <http://fortium.edu.br/blog/arquimedes_paiva/.../POBREZA-POLÍTICA.doc>. Acesso em: 30 jul. 2013.

FERRARO, Benedito. Espiritualidade libertadora em uma perspectiva cristã. In: AMATUZZI, Mauro Martins (Org.). **Psicologia e Espiritualidade**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2008, p. 235-237.

FOUCAULT, Michel. O que são as luzes? In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos II**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. p. 335-351.

GOHN, M.G.M. **Movimentos sociais: espaços de educação não-formal da sociedade civil**. 2004. Disponível em: <<http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2004/04/02/519734/movimentos-sociais-espacos-educao-no-formal-da-sociedade-civil.html>>. Acesso em: 28 jan. 2012.

GOHN, M.G.M. **O Protagonismo da Sociedade Civil**: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005.

GOHN, M.G.M. Movimentos Sociais na Atualidade: manifestações e categorias analíticas. In: GOHN, M.G.M. (Org.). **Movimentos Sociais no Início do Século XXI**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2011a. p. 11-32.

GOHN, M.G.M.. I e II Fórum Social Mundial em Porto Alegre. In: GOHN, M.G.M. (Org.). **Movimentos Sociais no Início do Século XXI**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2011b. p. 53-88.

GOHN, M.G.M. A Contribuição de Alain Touraine para a produção do conhecimento na Sociologia Urbana. In: GOHN, M.G.M. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. 4.ed. São Paulo: Loyola, 2012a. p. 91-124.

GOHN, M.G.M. **História dos Movimentos e Lutas Sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2012b.

JOSAPHAT, Frei Carlos. **Política**: espaço privilegiado para a prática da fé. Disponível em: <<http://www.cefep.org.br/documentos/textoseartigos/politicaevangelhodosi/politicaespaoprivilegiadoparaapraticadafe.doc/view>>. Acesso em: 7 fev. 2011.

LIBANIO, João Batista. **A teologia da libertação no Brasil**. 2011. Disponível em: <<http://www.jbllibanio.com.br/modules/smartsection/item.php?itemid=163>>. Acesso em: 15 jul. 2013.

LIBANIO, João Batista. **Igreja, o caso da participação política**. 2012. Disponível em: <<http://www.jbllibanio.com.br/modules/smartsection/item.php?itemid=187>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

LOURAU, René. **Análise Institucional e Prática de Pesquisa**. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

LÖWY, Michael. **A Teologia da Libertação**: Leonardo Boff e Frei Betto. 2008. Disponível em: <<http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=35648>>. Acesso em: 30 set. 2010.

OLIVEIRA, Pedro A. R. **Profetismo no exercício do poder**. 2006. Disponível em <<http://www.geocites.com/fepolitica>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

OLIVEIRA, Pedro A. R. Histórico do Movimento Nacional de Fé e Política. In: COORDENADORIA DE INCLUSÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS/PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Caminhada**: Cuidar da Vida; Ecologia e Economia. Ipatinga, MG, 2009. p. 8.

OLIVEIRA, Pedro A. R. Histórico do Movimento Nacional Fé e Política. **Caminhada**: cuidar da vida; ecologia e economia. Edição especial, Belo Horizonte, 2009. p. 9.

PAGOLA, José A. **É bom ter fé: uma teologia da esperança**. São Paulo: Loyola, 1998.

PAIVA, Márcio. Ética, mídia e corrupção: horizontes e desafios. In: GUIMARÃES, Raquel Beatriz Junqueira et al. **Ética e Corrupção: dilemas contemporâneos**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2013. p.103-110.

PEREIRA, William C. Castilho. **Nas Trilhas do Trabalho Comunitário e Social: teoria, método e prática**. Belo Horizonte: Vozes, 2001.

PEREIRA, William C. Castilho. **A força política dos grupos organizados: mística e profecia**. Belo Horizonte, 2008. Disponível em <http://www.pucminas.br/documentos/william_cesar_forca_politica.pdf?PHPSESSID=96b7701c0957647def5abb0a662c94bb>. Acesso em: 1º jul. 2013.

PEREIRA, William C. Castilho. Ética, política e corrupção. In: GUIMARÃES, Raquel Beatriz Junqueira et al. **Ética e Corrupção: dilemas contemporâneos**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2013. p.112-120.

PEREIRA, William C. Castilho. **Sufrimento Psíquico dos Presbíteros: dor institucional**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Belo Horizonte: ed. PUC Minas, 2012.

PICHON-RIVIÉRE, Enrique. **O Processo Grupal**. 2. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1987.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, p. 13-49, abr. 1997.

SACRAMENTO, Márcia A.R. O Movimento em Minas. In: COORDENADORIA DE INCLUSÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS/ PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Caminhada: Cuidar da Vida; Ecologia e Economia**. Ipatinga, MG, 2009. p. 11-12.

SANTOS, Jesús B. dos. **O Presbítero Católico: uma identidade em transformação**. 2. Ed. Aparecida, SP: Santuário, 2010.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes Emancipatórias: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos**. Curitiba: Appris, 2012.

SOUZA, Robson S. R. O comunitarismo cristão e suas influências na política brasileira: uma revisão bibliográfica sobre o comunitarismo católico no Brasil. **Revista Horizonte**. Belo Horizonte: v. 6, n. 12, p. 41-68, junho 2008.

TEIXEIRA, Faustino. O potencial libertador da espiritualidade e da experiência religiosa. In: AMATUZZI, Mauro Martins (org.). **Psicologia e Espiritualidade**. 2. ed. São Paulo: Paulus. 2008, p. 13-30.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado**: história oral. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TOURAINÉ, Alain. **Palavra e sangue**: política e sociedade na América Latina. São Paulo: Trajetória Cultural, 1989.

VEYNE, Paul. Foucault revoluciona a história? In: VEYNE, P. **Como se escreve a história**. Brasília: EUB, 1982. p. 149-198.

VICARIATO EPISCOPAL PARA A AÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DA ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE (MG). **A Pastoral Social tem a missão de anunciar os caminhos do Evangelho que levam a uma sociedade mais justa e solidária como também denunciar as formas de injustiça e exclusão**. Disponível em: <<http://www.arquidiocesebh.org.br/social/pastorais-sociais/>>. Acesso em: 1º ago. 13.

Os aglomerados sob a ótica geográfica e eclesial na Arquidiocese de Belo Horizonte

IZABELLA FARIA DE CARVALHO
PAULO SÉRGIO SOARES

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo enfoca os aglomerados ou, na linguagem pastoral da Igreja Católica, as Vilas e Favelas, existentes no território da Arquidiocese de Belo Horizonte sob duas perspectivas: do ponto de vista geográfico, identifica e descreve sua localização, sua população e seu grau de presença nos diversos espaços de atuação da Arquidiocese (paróquias e regiões episcopais); e, do ponto de vista eclesial, busca em documentos oficiais da Igreja Católica os principais pressupostos teológicos e pastorais que orientam o seu olhar para essa realidade e específica, como desafio permanente para a sua ação evangelizadora. Portanto, não entra, ainda, na análise da presença nem da atuação pastoral dos católicos nesse âmbito, sobretudo por meio da Pastoral de Vilas e Favelas, mas apenas abre algumas pistas de reflexão que poderão se desdobrar em ulteriores

análises, em face da ação evangelizadora que se descortina no horizonte das opções da Igreja Particular de Belo Horizonte.

2. A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS AGLOMERADOS NO TERRITÓRIO DA ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE

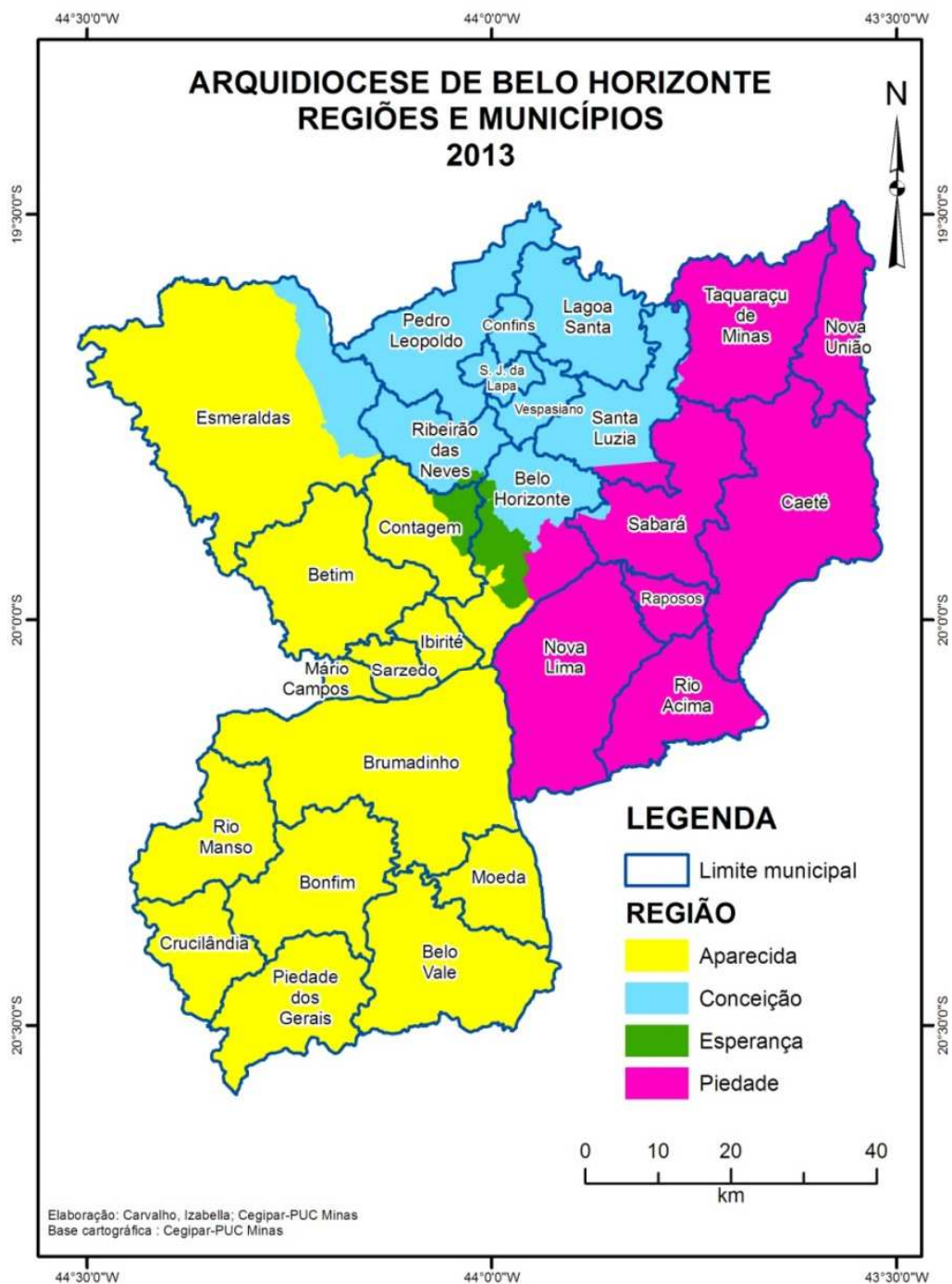
2.1 A localização da Arquidiocese de Belo Horizonte e sua divisão político-administrativa

A Arquidiocese de Belo Horizonte compreende 28 municípios e, segundo o Censo Demográfico de 2010 do IBGE, possui uma população de 4.705.181 habitantes. Os municípios que a compõem são Belo Horizonte, Belo Vale, Betim, Bonfim, Brumadinho, Caeté, Confins, Contagem, Crucilândia, Esmeraldas, Ibirité, Lagoa Santa, Mário Campos, Moeda, Nova Lima, Nova União, Leopoldo, Piedade dos Gerais, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Rio Manso, Sabará, Santa Luzia, São José da Lapa, Sarzedo, Taquaraçu de Minas e Vespasiano, o que pode ser observado no Mapa 1, a seguir.

Além dos municípios, o referido mapa indica a divisão da Arquidiocese de Belo Horizonte em 4 Regiões Episcopais: Nossa Senhora Aparecida (RENSA), Nossa Senhora da Conceição (RENSC), Nossa Senhora da Esperança (RENSE) e Nossa Senhora da Piedade (RENSP). Doravante estas Regiões serão denominadas respectivamente apenas por Aparecida, Conceição, Esperança e Piedade.

Especialmente, observa-se que as Regiões Aparecida, Conceição e Piedade possuem uma parte no município de Belo Horizonte e ampliam seu território em direção aos limites arquiocesanos, ocupando áreas urbanas com a densamento populacional e também áreas rurais. A Região Esperança, a menor em tamanho entre as

de mais, divide o seu território entre os municípios de Belo Horizonte e Contagem, ocupando uma área primordialmente urbana.



Mapa 1:

As Regiões Episcopais e os municípios da Arquidiocese de Belo Horizonte - 2013

Da totalidade dos habitantes dos municípios da Arquidiocese de Belo Horizonte, cerca de 10%, residem em aglomerados. Essa parte considerável da população, 488.653 habitantes, reside em áreas que demandam atenção especial pelo poder público e, por que não ousar dizer, também por parte das ações sociais da Igreja Católica. Dessa forma, um dos objetivos deste artigo é mapear a distribuição espacial dos aglomerados nas paróquias da Arquidiocese de Belo Horizonte, bem como apresentar o total de pessoas residentes em aglomerados em cada uma dessas paróquias, oferecer dados que possam subsidiar o planejamento e a ação pastoral da Igreja naquelas áreas específicas.

2.2 Aglomerados - Definição

Um dos frutos do trabalho realizado no Censo Demográfico 2010 foi a identificação de um recorte territorial específico, os aglomerados subnormais. Segundo o IBGE, o conceito de aglomerado subnormal incorpora uma generalização, visto que no Brasil existem diversas denominações para assentamentos irregulares. Dessa forma, o termo aglomerado subnormal representa favela, invasão, grota, baixada, comunidade, vila, ressaca, mocambo, palafita, entre várias denominações. A definição de áreas de aglomerados subnormais segue critérios criados segundo IBGE, 2011 e é transcrita a seguir:

“O setor especial de aglomerado subnormal é um conjunto constituído de, no mínimo, 51 (cinquenta e uma) unidades habitacionais (barracos, casas...) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. A identificação dos Aglomerados Subnormais deve ser feita com base nos seguintes critérios:

- a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há dez anos ou menos); e
- b) Possuírem pelo menos uma das seguintes características: urbanização fora dos padrões vigentes - refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos; e precariedade de serviços públicos essenciais.

Os Aglomerados Subnormais podem se enquadrar, observados os critérios de padrões de urbanização e/ou de precariedade de serviços públicos essenciais, nas seguintes categorias:

- a) invasão;
- b) loteamento irregular ou clandestino; e
- c) áreas invadidas e loteamentos irregulares e clandestinos regularizados em período recente.”

2.3 Localização dos aglomerados na Arquidiocese de Belo Horizonte¹

A elaboração dos mapas da distribuição espacial dos aglomerados nas paróquias da Arquidiocese de Belo Horizonte foi realizada por meio da sobreposição de duas bases cartográficas de dados utilizando um SIG, sistema de informações geográficas. Uma das bases cartográficas utilizadas foi a das paróquias da Arquidiocese elaborada pelo Centro de Geoprocessamento de Informações e Pesquisas Pastorais e Religiosas (Cegipar), órgão da PUC Minas. A outra base cartográfica utilizada foi a dos aglomerados subnormais desenvolvida pelo IBGE.

Os dados da população residente em aglomerados nos municípios da Arquidiocese de Belo Horizonte indicam que, em números

¹ A partir deste ponto, para efeito de simplificação, este texto utilizará o termo aglomerado em vez de aglomerado subnormal.

absolutos, os municípios que possuem os maiores valores são Belo Horizonte, Contagem e Betim. Em uma faixa mediana estão os municípios de Vespasiano, Santa Luzia, Ibirité e Ribeirão das Neves. Por último, com menores valores, são os municípios de Sabará, Esmeraldas e São José da Lapa.

Por sua vez, se forem analisados os percentuais de população residente em aglomerados, o município de Vespasiano se destaca com 20%. A tabela 1 apresenta os dados absolutos e percentuais para cada um dos municípios com população residente em aglomerados.

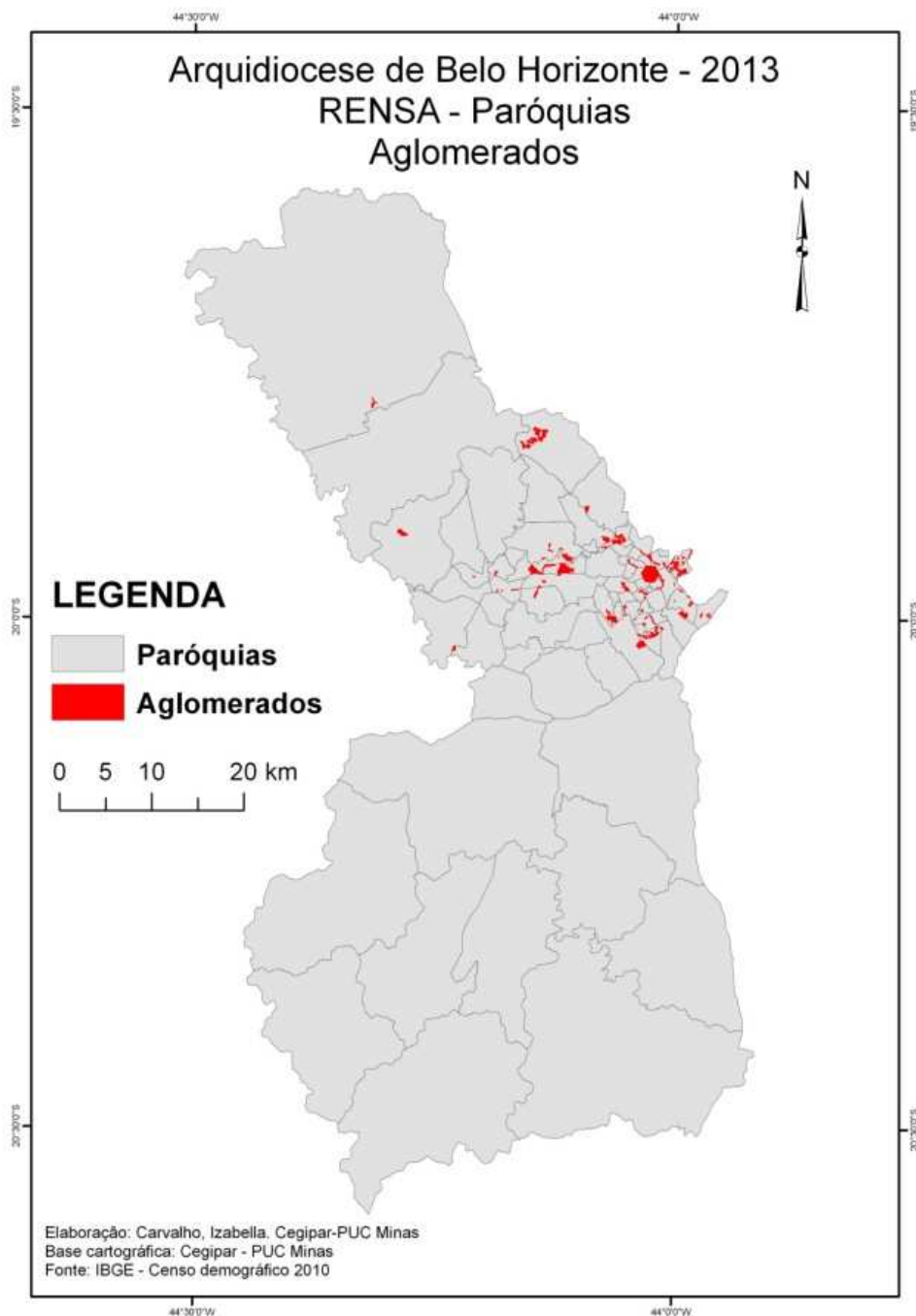
TABELA 1
Municípios da Arquidiocese de Belo Horizonte
com população residente em aglomerados – 2010

Município	População residente em aglomerados (2010)	População do município (2010)	Percentual de população residente em aglomerados (2010)
Belo Horizonte	307.038	2.375.151	13
Betim	43.713	378.089	12
Contagem	58.163	603.442	10
Esmeraldas	1.765	60.271	3
Ibirité	17.400	158.954	11
Ribeirão das Neves	14.621	296.317	5
Sabará	5.130	126.269	4
Santa Luzia	19.166	202.942	9
São José da Lapa	649	19.799	3
Vespasiano	21.008	104.527	20

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010

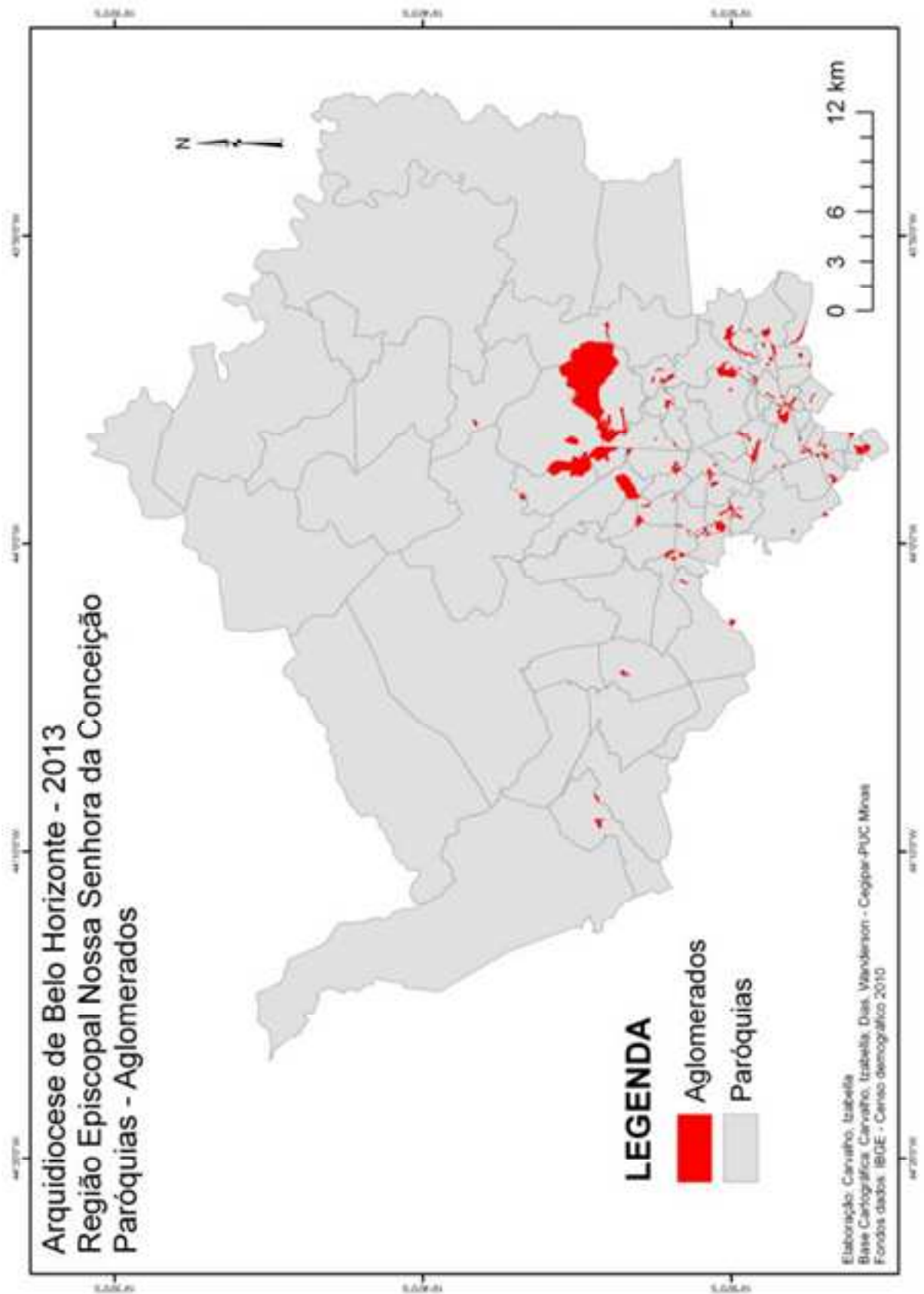
Além dos dados quantitativos, especialmente observa-se que os aglomerados se concentram na porção central da Arquidiocese, em municípios com maior população urbana.

Outros mapas elaborados foram os da localização dos aglomerados em cada uma das Regiões Episcopais, o que pode ser observado a seguir.



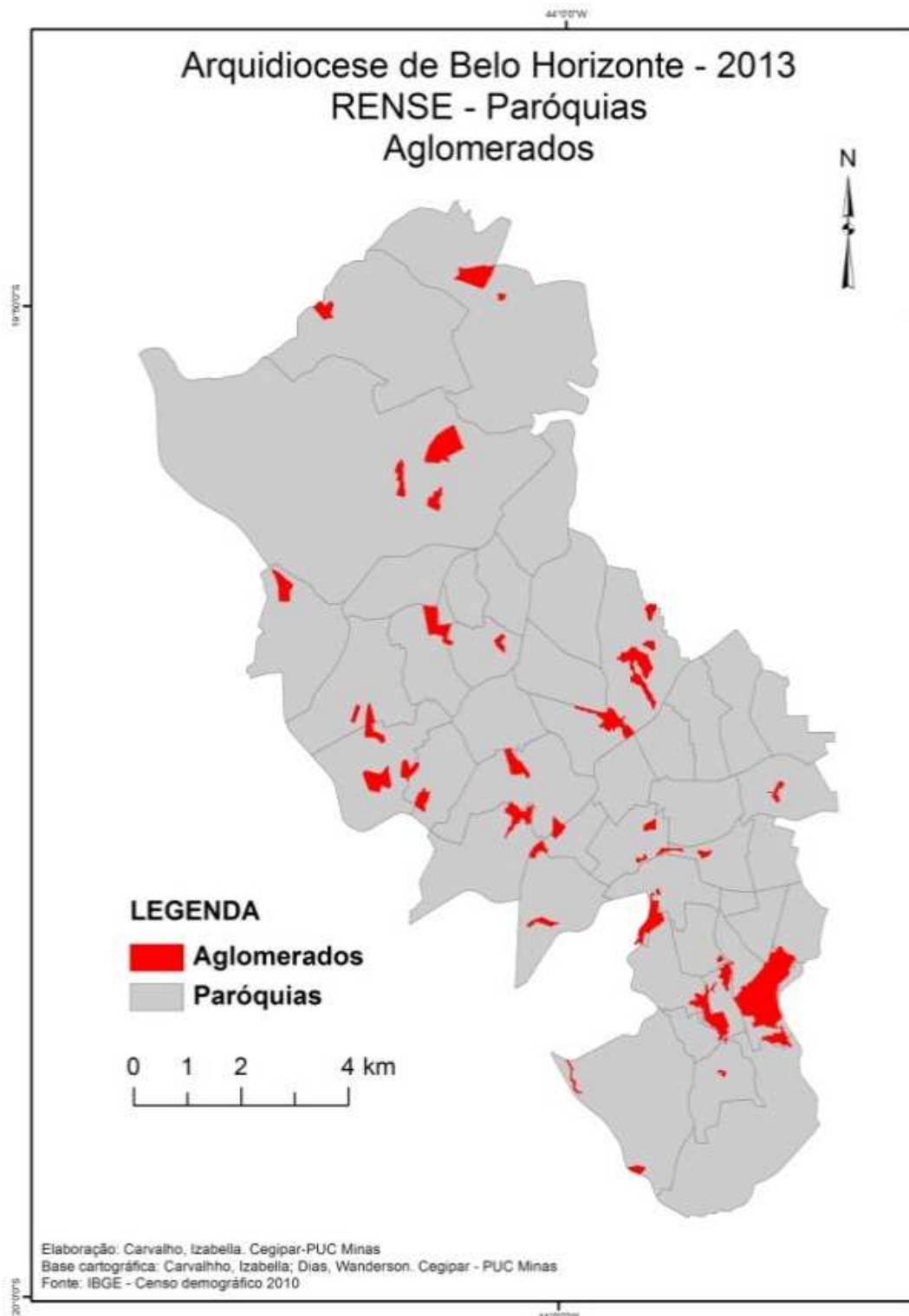
Mapa 2

Localização dos aglomerados na Região Aparecida da Arquidiocese de Belo Horizonte – 2013

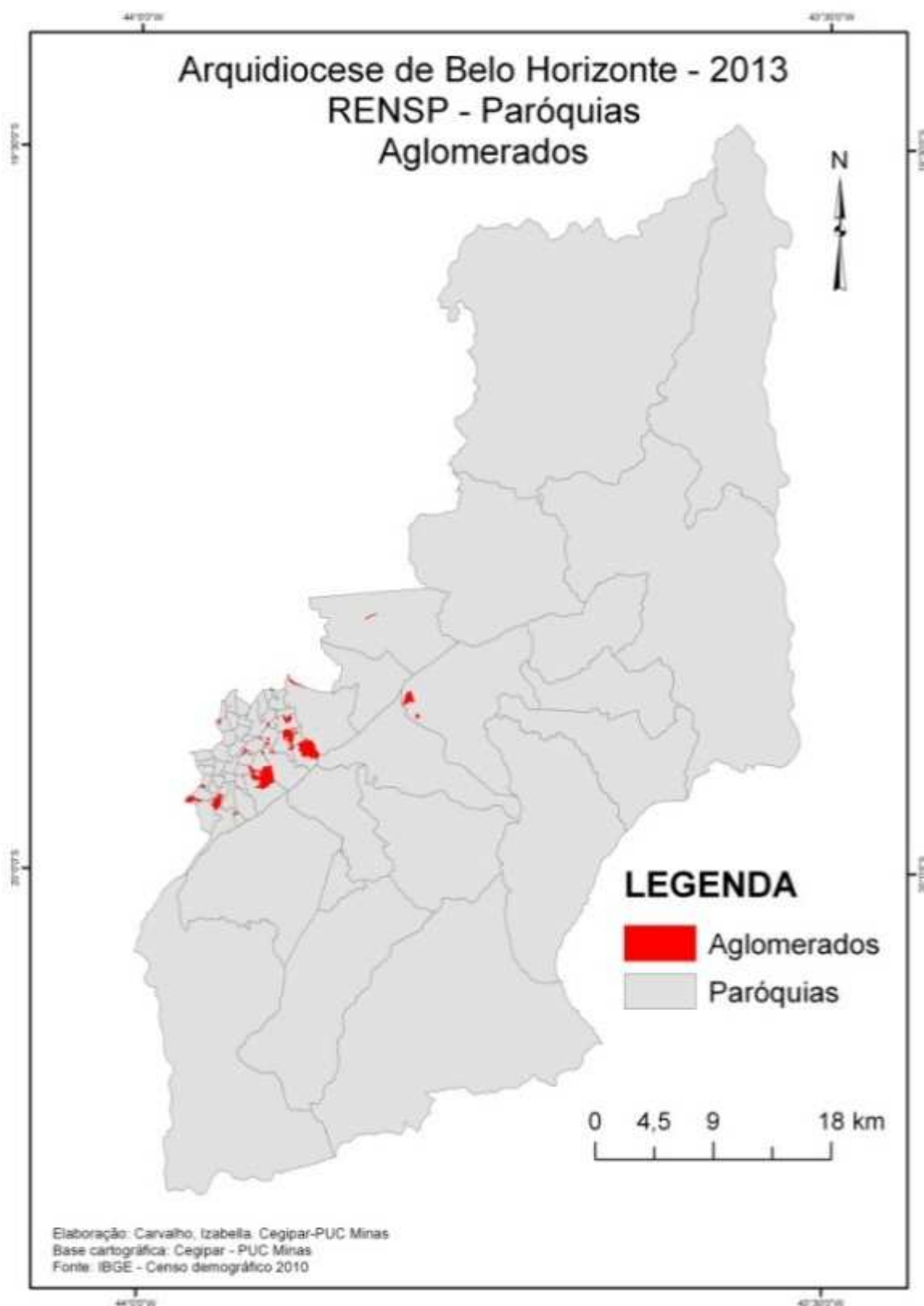


Mapa 3

Localização dos aglomerados na Região Conceição da Arquidiocese de Belo Horizonte – 2013



Mapa 4
Localização dos aglomerados na Região Esperança
da Arquidiocese de Belo Horizonte – 2013



Mapa 5
Localização dos aglomerados na Região Piedade
da Arquidiocese de Belo Horizonte – 2013

Os mapas da localização dos aglomerados possibilitaram o levantamento de população residente em aglomerados em cada uma das paróquias das quatro regiões episcopais. Tais dados foram organizados em ordem crescente e posteriormente classificados, segundo a população residente nesses aglomerados, em quatro categorias² de paróquias: baixa, média, alta e muito alta. As paróquias classificadas como **baixas** são aquelas que possuem entre 153 e 2.117 moradores em aglomerados. As paróquias **médias** são as que possuem entre 2.118 e 5.246 habitantes em aglomerados. As paróquias **altas** são as que sua população em aglomerados está na faixa entre 5.247 e 11.710 habitantes e, finalmente, as paróquias **muito altas** são as que o total de habitantes em aglomerados está entre 11.711 e 30.833.

As tabelas das paróquias da Arquidiocese de Belo Horizonte com sua respectiva classificação, segundo a população residente em aglomerados, são apresentadas a seguir.

TABELA 2

Paróquias da Arquidiocese de Belo Horizonte classificadas segundo a população residente em aglomerados - Região Nossa Senhora Aparecida (2010)³

Paróquia	População residente em aglomerados (2010)	Classificação
Maria, Mãe dos Pobres	23.107	Muito alta
Cristo, Luz dos Povos e Jesus Missionário	17.218	Muito alta
São Domingos (Nova Contagem)	11.710	Alta
Jesus Missionário e São Tarcísio	11.413	Alta

² Classificação segundo o algoritmo de quebra natural de Jenks.

³ A linha da tabela preenchida com o nome de mais de uma paróquia significa que o(s) aglomerado(s) forma(m) uma unidade espacial e está localizado no território das paróquias envolvidas.

Paróquia	População residente em aglomerados (2010)	Classificação
São Judas Tadeu (Washington Pires) e Bom Jesus dos Palmares	8.781	Alta
São Cristovão (Betim)	7.539	Alta
Bom Jesus do Amparo	7.433	Alta
Nossa Senhora das Graças (Ibirité)	7.391	Alta
Cristo, Luz dos Povos	6.942	Alta
Santa Clara e São Francisco	6.209	Alta
Jesus Operário (Petrolândia)	5.786	Alta
Cristo Redentor (Barreiro de Cima)	5.668	Alta
Nossa Senhora do Sagrado Coração	4.180	Média
São José Operário (Industrial)	3.873	Média
Nossa Senhora de Fátima (Jardim Industrial)	3.509	Média
Santa Maria, Mãe do Redentor	3.488	Média
São José e São Gabriel Passionista	3.375	Média
Maria, Estrela da Evangelização	3.219	Média
São Norberto (Bela Vista)	3.113	Média
Santo Agostinho	3.093	Média
Nossa Senhora Aparecida (Camargos)	3.079	Média
Nossa Senhora da Glória (Eldorado) e Santa Cruz (Industrial)	2.950	Média
São Dimas	1.903	Baixa
Jesus Cristo Libertador	1.901	Baixa
Nossa Senhora do Rosário	1.823	Baixa
Nossa Senhora Aparecida (Betim)	1.696	Baixa
São Paulo da Cruz	1.582	Baixa
Bem-Aventurada Teresa de Calcutá	1.536	Baixa
Santa Gemma Galgani	1.408	Baixa
Santa Clara e São Francisco e São Dimas	1.348	Baixa
São Gonçalo (Contagem)	1.316	Baixa
Bom Jesus dos Palmares	1.228	Baixa

Paróquia	População residente em aglomerados (2010)	Classificação
São Judas Tadeu e Frei Galvão	1.123	Baixa
Maria, Estrela da Evangelização e São Dimas	1.117	Baixa
Nossa Senhora da Conceição (Betim)	1.102	Baixa
Nossa Senhora da Piedade (Industrial)	1.015	Baixa
Nossa Senhora do Bom Conselho	952	Baixa
Bem-Aventurada Teresa de Calcutá e Nossa Senhora da Conceição (Betim)	914	Baixa
São Judas Tadeu (Olímpia Bueno-Betim)	817	Baixa
Nossa Senhora do Rosário e São Sebastião	781	Baixa
Santa Quitéria	625	Baixa
Cristo Redentor (Barreiro de Cima) e "São José e São Gabriel Passionista"	384	Baixa
São Francisco de Assis (Angola)	250	Baixa

Fonte: IBGE, *Censo Demográfico 2010*

TABELA 3

Paróquias da Arquidiocese de Belo Horizonte classificadas segundo a população residente em aglomerados – Região Nossa Senhora da Conceição (2010)

Paróquia	População residente em aglomerados (2010)	Classificação
Santíssima Trindade (Santa Luzia)	13.577	Muito alta
Cristo Rei (Vespasiano)	8.809	Alta
Pai Misericordioso	7.360	Alta
Nossa Senhora de Fátima e São Miguel	6.793	Alta
São Bernardo	6.166	Alta
Santa Inês	5.923	Alta
Nossa Senhora das Vitórias	5.654	Alta
Todos os Santos	5.190	Média
São Cristovão	4.453	Média

Paróquia	População residente em aglomerados (2010)	Classificação
Nossa Senhora Aparecida (Morro Alto)	3.737	Média
São José (Vespasiano)	3.284	Média
São Sebastião e Santa Edwiges	3.278	Média
Espírito Santo Consolador, Nossa Senhora Aparecida (Morro Alto)	2.973	Média
Nossa Senhora da Piedade (Justinópolis)	2.970	Média
Nossa Senhora da Anunciação	2.891	Média
Santa Terezinha do Menino Jesus	2.855	Média
Nossa Senhora da Conceição	2.849	Média
Nossa Senhora de Fátima e São Miguel, São Sebastião e São Vicente	2.833	Média
Santa Catarina Labouré	2.720	Média
São Paulo Apóstolo (São Paulo)	2.689	Média
Santo Antônio (Venda Nova)	2.659	Média
Nossa Senhora de Guadalupe (Céu Azul)	2.597	Média
Cristo Crucificado	2.505	Média
Jesus de Nazaré (Ribeirão das Neves), Nossa Senhora Aparecida (Mantiqueira)	2.318	Média
São Domingos (Ribeiro de Abreu)	2.045	Baixa
São José (Justinópolis)	1.778	Baixa
São Sebastião e São Vicente (Santa Amélia)	1.715	Baixa
Espírito Santo Consolador	1.707	Baixa
Cristo Operário, São Bernardo	1.671	Baixa
Santa Mônica	1.603	Baixa
Santa Maria de Nazaré	1.580	Baixa
São Judas Tadeu (San Genaro)	1.502	Baixa
Cristo Crucificado, Nossa Senhora das Vitórias	1.491	Baixa
São Raimundo Nonato	1.462	Baixa
São Pio X	1.235	Baixa
Nossa Senhora Aparecida (Mantiqueira)	1.054	Baixa
Santa Maria, Mãe de Deus	971	Baixa

Paróquia	População residente em aglomerados (2010)	Classificação
Santo Antônio (Jaraguá)	953	Baixa
Nossa Senhora do Belo Ramo	934	Baixa
Nossa Senhora de Lourdes (Vespasiano)	848	Baixa
Nossa Senhora da Divina Providência	703	Baixa
Nossa Senhora da Paz, São Pio X	698	Baixa
São José (São José da Lapa)	649	Baixa
São Francisco de Assis (Veneza)	603	Baixa
São Francisco Xavier	565	Baixa
Nossa Senhora da Divina Providência e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e São Damião de Molokai	502	Baixa
São João Batista (Santa Luzia)	484	Baixa
São João Batista (São João de Deus)	474	Baixa
Nossa Senhora do Rosário (Santa Martinha)	467	Baixa
São Geraldo	366	Baixa
Nossa Senhora do Santíssimo Sacramento	356	Baixa
São Gaspar Bertoni	328	Baixa
São Benedito	309	Baixa

Fonte: IBGE, *Censo Demográfico 2010*

TABELA 4

Paróquias da Arquidiocese de Belo Horizonte classificadas segundo a população residente em aglomerados – Região Nossa Senhora da Esperança (2010)

Paróquia	População residente em aglomerados (2010)	Classificação
Sagrado Coração de Jesus (Nova Granada)	16.684	Muito alta
São João Batista (Salgado Filho), Sagrada Família (Havaí) e Curato São Domingos	7.055	Alta
Imaculada Conceição (Nova Pampulha)	4.809	Média
Verbo Divino	4.808	Média

Paróquia	População residente em aglomerados (2010)	Classificação
Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e São Damião de Molokai	4.248	Média
Santa Maria, Mãe de Misericórdia (Califórnia)	3.804	Média
São João Bosco (Dom Bosco)	3.002	Média
São Francisco de Assis (Morada Nova)	2.513	Média
Santo Antônio Maria Claret	2.117	Baixa
Curato São Domingos	1.899	Baixa
Divino Espírito Santo e São Francisco de Assis (Morada Nova)	1.843	Baixa
Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e São Damião de Molokai e São Tiago Maior	1.698	Baixa
São Sebastião (Boa Vista)	1.679	Baixa
São João Bosco (Dom Bosco) e Bom Pastor	1.525	Baixa
São Miguel Arcanjo	1.425	Baixa
São Francisco das Chagas	1.346	Baixa
Nossa Senhora Auxiliadora	1.294	Baixa
Nossa Senhora da Boa Nova	1.258	Baixa
Coração Eucarístico de Jesus	1.026	Baixa
Bom Pastor	954	Baixa
São Sebastião (Betânia)	899	Baixa
São Vicente de Paulo e São João Batista	800	Baixa
São Vicente de Paulo	766	Baixa
Santo Antônio (Coqueiros)	667	Baixa
São José (Calafate)	529	Baixa
São José (Calafate) e Coração Eucarístico de Jesus	402	Baixa
Santa Maria, Estrela da Manhã	347	Baixa
São Jorge	189	Baixa

Fonte: IBGE, *Censo Demográfico 2010*

TABELA 5

Paróquias da Arquidiocese de Belo Horizonte classificadas segundo a população residente em aglomerados – Região Nossa Senhora da Piedade (2010)

Paróquia	População residente em aglomerados (2010)	Classificação
Bem-Aventurada Dulce	30.833	Muito alta
Nossa Senhora do Morro	15.672	Muito alta
São Gabriel (Taquaril)	14.977	Muito alta
Nossa Senhora Aparecida (Alto Vera Cruz) e Santa Cruz	14.050	Muito alta
São Geraldo	5.246	Média
Bem-Aventurada Dulce, Divino Espírito Santo e Nossa Senhora Medianeira e Santa Luzia	3.715	Média
Bem-Aventurada Dulce e Divino Espírito Santo	3.677	Média
São Sebastião (General Carneiro)	2.771	Média
São Brás	2.094	Baixa
Santa Teresa e Santa Teresinha	1.895	Baixa
Nossa Senhora do Rosário da Pompéia	1.858	Baixa
Nossa Senhora da Conceição (Siderúrgica)	1.791	Baixa
Nossa Senhora das Graças e Medalha Milagrosa	1.661	Baixa
Nossa Senhora do Carmo	1.173	Baixa
Santo Inácio de Loyola	1.111	Baixa
Nossa Senhora Medianeira e Santa Luzia	860	Baixa
Santa Efigênia dos Militares	760	Baixa
Nossa Senhora Aparecida (Bom Destino)	479	Baixa
Nossa Senhora Aparecida (Alto Vera Cruz)	337	Baixa
Senhor Bom Jesus do Horto	236	Baixa
São Vicente de Paulo	187	Baixa
Santana	153	Baixa

Fonte: IBGE, *Censo Demográfico 2010*

A classificação das paróquias segundo a população residente em aglomerados indica que, na Arquidiocese de Belo Horizonte, em oito paróquias esta população é **muito alta**, em 17 paróquias é **alta**, em 37 paróquias é **média** e em 84 paróquias é **baixa**. Considera-se

que o levantamento e a classificação dos dados aqui apresentados poderão auxiliar no planejamento das ações pastorais de uma forma mais adequada a cada realidade.

Após essa apresentação dos dados quantitativos e espaciais sobre os aglomerados, a segunda parte deste artigo busca apresentar como essa realidade específica veio sendo cada vez mais enfocada na visão pastoral da Igreja, sobretudo na Arquidiocese de Belo Horizonte, construindo uma reflexão a partir dos documentos do Magistério e dos Projetos Arquidiocesanos de Evangelização.

3. AS VILAS E FAVELAS EM FOCO NOS DOCUMENTOS ECLESIAIS

3.1 Uma abordagem teórica

Na linguagem pastoral da Igreja Católica, os aglomerados são identificados com vários termos, que ressaltam as especificidades dos diversos tipos de composição: vilas, favelas, cortiços, alagados e, mais recentemente, ocupações, este último usado pelo menos até que o nome próprio da “comunidade” esteja consolidado.⁴

Quais são os principais pressupostos teológicos e pastorais que orientam o olhar da Igreja Católica, mais especificamente da Arquidiocese de Belo Horizonte, para a realidade dos aglomerados, assumidos como um dos grandes e urgentes desafios colocados à evangelização nas grandes cidades? Percebe-se em alguns importantes textos emanados do Magistério eclesial, das Conferências Episcopais latino-americanas e brasileira e dos Pro-

⁴ O uso do termo “ocupação” como denominação inicial genérica de um aglomerado é bastante utilizado por Frei Gilvander em seus artigos, disponíveis em seu sítio na internet: www.gilvander.org.br. Quem normalmente se posiciona contra esses movimentos populares, costuma empregar mais o termo “invasão”. Os dois termos já apareceram em 1982, no Documento 23 da CNBB, mas como ato e não como denominação (CNBB, 1982, p. 27).

jetos Arquidiocesanos de Evangelização como os aglomerados vieram ganhando cada vez mais destaque, até entrar no foco direto do olhar eclesial, finalmente, serem reconhecidos em sua especificidade, ganhando rosto, visibilidade, concretude e, enfim, identidade própria.

Trata-se, portanto, de uma abordagem inicial do tema, de corte mais teórico. Não é escopo deste breve estudo analisar as práticas pastorais voltadas para os aglomerados, sobretudo a aquelas da Pastoral de Vila e Favelas que, no caso da Arquidiocese de Belo Horizonte, têm uma riquíssima caminhada, marcada pelas lutas por melhorias, direitos, políticas públicas, etc. A atuação da Igreja Católica junto a essas populações ainda carece de uma abordagem sistemática mais contundente e completa que lhe faça jus.

Nesta seção, as reflexões se desenvolvem da seguinte forma: começa-se com os antecedentes da atenção da Igreja Católica para os aglomerados, onde estes permanecem implícitos no contexto mais amplo da opção preferencial pelos pobres (subseção 3.2). Passa-se à afirmação explícita dos aglomerados e os desafios à pastoral urbana que eles apresentam, com propostas de ação que indicam os rumos claros para uma pastoral de favelas (subseção 3.3). Depois, é enfocada essa temática no caso específico dos projetos de evangelização da Arquidiocese de Belo Horizonte, onde as vilas e favelas passam a ocupar a atenção constante dessa Igreja Local (subseção 3.4). Por fim, apenas a título de provocação, já que o viés deste artigo é teológico-pastoral, faz-se uma breve reflexão a partir da imagem bíblica da cidade utópica, a Jerusalém Celeste, como expressão da realização plena do projeto de Deus para a convivência humana, ou seja, o Reino de Deus: haverá lugar aí para um aglomerado (subseção 3.5)?

O sentimento que o presente trabalho gostaria de despertar, portanto, é mais o de “mãos à obra, há muito o que se fazer!”

3.2 Antecedentes da atenção da Igreja Católica para os aglomerados

Apesar de existirem aglomerados no Brasil desde o início do século XX⁵, somente a partir da década de 1980 a Igreja Católica no Brasil, por meio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), despertou interesse em estudar, compreender e intervir pastoralmente nesse ambiente específico, assumindo-o como importante desafio à evangelização nas cidades. A visita do Papa João Paulo II à favela do Vidigal, no Rio de Janeiro, no dia 2 de julho de 1980, e aos alagados, em Salvador, no dia 7 daquele mês, foi fundamental para alavancar esse interesse, como reconhece a própria CNBB (1982, p. 41). Porém, suas raízes se aprofundam no pensamento social da Igreja, sintetizado nas grandes encíclicas sociais, desde a *Rerum Novarum*, de Leão XIII, em 1892; a *Quadragesimo Anno*, de Pio XI, em 1931; a *Mater et Magistra*, em 1961 e a *Pacem in Terris*, em 1963, ambas de João XXIII. O Concílio Vaticano II, por meio da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, de 1966, confirmou essa Doutrina Social da Igreja, que sente ser também suas “as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem” (*apud* PONTIFÍCIAS OBRAS MISSIONÁRIAS, 2012, p. 31). No seu parágrafo 26, o Concílio apontou para a necessidade de se garantir “os direitos universais e invioláveis, necessários para levar uma vida verdadeiramente humana” (*apud* CNBB, 1982, p. 27). Essa visão conciliar, inicialmente muito ampla, foi se aguçando pouco a pouco nos documentos subsequentes do Magistério, até focar-se na realidade específica dos aglomerados, identificando-a como desafio urgente a ser assumido na evangelização.

⁵ Belo Horizonte, fundada em 1897, já contava com duas vilas, vinte anos depois, ambas dentro do circuito da Avenida do Contorno: a do Alto da Estação e a do Córrego do Leitão. Em 1929, eram sete; em 1939, 25; em 1949, 46; em 1959, 78; em 1969, 144; em 1979, 178; em 1989, 194; atualmente, são 207 (Fonte: Cegipar, pesquisa realizada por Rita de Cássia Liberato, 2004-2006). Em 1950, os moradores em favelas do Rio de Janeiro representavam 7% da população total da cidade (CNBB, 1982, p.17).

Assim, por exemplo, a encíclica do Papa Paulo VI, *Populorum Progressio* (1967), que trata do desenvolvimento dos povos, confirma que “combater a miséria e lutar contra a injustiça é promover não só o bem estar mas também o progresso humano e espiritual de todos e, portanto, o bem comum da humanidade” (*POPULORUM PROGRESSIO*, 1990, p. 59-60). Em 1968, o Conselho Episcopal Latino-americano (CELAM), em sua segunda Conferência Geral, em Medellín, Colômbia, definia “o verdadeiro desenvolvimento” como “para cada um e para todos, a passagem de condições de vida menos humanas para condições mais humanas” (*CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO*, 1987, p. 7). Em seguida, incluía entre essas “condições de vida menos humanas”: “as carências materiais dos que são privados do mínimo vital” e “as estruturas opressoras que provêm dos abusos da posse do poder, das explorações dos trabalhadores ou da injustiça das transações” (*idem*). Por sua vez, reforçava essa compreensão a incluir entre as condições “mais humanas” de vida “a passagem da miséria para a posse do necessário, a vitória sobre as calamidades sociais, a ampliação dos conhecimentos, a aquisição da cultura” e “o aumento na consideração da dignidade dos demais” (*idem*). A mesma Conferência de Medellín lançou e assumiu para toda a Igreja latino-americana e caribenha o desafio da opção preferencial pelos pobres:

o mandato particular do Senhor, que prevê a evangelização dos pobres, deve levar-nos a uma distribuição tal de esforços e de pessoal apostólico, que deve visar, preferencialmente, os setores mais pobres e necessitados e os povos segregados por uma causa ou outra, estimulando e acelerando as iniciativas e estudos que com esse fim se realizem (*idem*, p. 146-147)⁶.

⁶ O Documento de Medellín dedica uma inteira seção a essa questão (item 14 das Conclusões). Ver *CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO*, 1987, p. 143-150.

Tal opção vem sendo confirmada pelas sucessivas Conferências do CELAM realizadas em Puebla (México, 1979)⁷, em Santo Domingo (República Dominicana, 1992)⁸ e em Aparecida (Brasil, 2007)⁹.

De todos esses e outros documentos do magistério eclesial, pode-se concluir que a preocupação da Igreja Católica com os aglomerados, no caso da América Latina, forjou-se no bojo da sua Doutrina Social e, especialmente, na esteira da opção preferencial pelos pobres, mas permaneceu ainda implícita nesse contexto, que é como seu pano de fundo.

3.3 Os aglomerados explicitados no contexto da pastoral urbana

No caso específico do Brasil, após a visita do papa João Paulo II, em 1980, a temática dos aglomerados saiu do anonimato e entrou na agenda da ação evangelizadora da Igreja Católica, sobretudo por meio do Documento 23 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), fruto da sua 20ª Assembleia Geral, realizada de 9 a 18 de fevereiro de 1982, em Indaiatuba, São Paulo, intitulado “Solo urbano e ação pastoral”. Neste, já se fala explicitamente de uma “pastoral das favelas, dos alagados e cortiços” (CNBB, 1982, p. 41). Esse documento foi a primeira abordagem oficial da Igreja Católica no Brasil sobre os desafios que os aglomerados apresentam à sua ação evangelizadora e pastoral no meio urbano. Ela reafirma que “a evangelização não seria completa se não tomasse em conta a situação real do homem em sua vida pessoal e social, que interpela o Evangelho e que é por ele interpelado” (p. 37) e também, referindo-se a Puebla, que “a ação social humanizadora é parte integrante da missão de evangelizar” (idem). Por isso, re-

⁷ Ver CONFERÊNCIA DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO, 1989, n. 1134.

⁸ Ver CONFERÊNCIA DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO, 1992, p. 161-164.

⁹ Ver CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO, 2008, p. 177-180.

a assume a opção preferencial pelos pobres, que permanece como o grande pano de fundo do seu olhar para a realidade – agora dos pobres da cidade – e se propõe a “conduzir a ação evangelizadora, caminhando e lutando ao lado deles, oferecendo-lhes seu apoio e as motivações de fé, sem os substituir jamais nas iniciativas e na condução de sua ação libertadora” (idem, p. 38). Mais à frente o documento reconhece que

esse trabalho de evangelização [junto às populações pobres] compromete sempre mais as Igrejas de nossas cidades. A pastoral de periferia, bem como a pastoral das favelas, dos alagados e cortiços, é cada vez mais assumida entre as prioridades dos planos diocesanos de pastoral. (CNBB, 1982, p. 41).

Contudo, a realidade dos aglomerados ainda é vista, nesse documento, sob a ótica específica da questão do solo urbano, à qual se une o direito à moradia como condição primeira “para a realização de uma vida autenticamente humana” (idem, p. 27). Entrelaça-a também com as questões econômicas, especialmente do trabalho, no tocante à geração e distribuição justa da renda, e com a questão política. De fato, os aglomerados surgem exatamente da falta de condições econômicas da população de baixa renda para adquirir na cidade um imóvel regularizado onde morar e da falta de políticas públicas de habitação mais eficientes para esse segmento social, obrigando-a a se ajeitar em qualquer lugar onde possa construir um barraco e se abrigar, mesmo que seja em locais de risco, como as encostas dos morros e as beiras dos córregos e ribeirões.

Nessa ótica, o Documento 23, às páginas 39-40, aponta algumas ações bem concretas, focando um pouco mais o olhar pastoral da Igreja para a realidade dos aglomerados, ainda que vistos no quadro mais amplo dos problemas sociais das periferias das grandes cidades. Propõe ao poder público como medidas em curto pra-

zo: regularizar as áreas de ocupação; criar formas alternativas de urbanização; incentivar a autoconstrução; subsidiar a construção de moradias para a população de escassíssima renda; abrir loteamentos populares com infraestrutura; alterar o código tributário para garantir a destinação social do solo urbano. Indica, outrossim, estas diretrizes para uma política pública do uso do solo urbano: condicionar a propriedade à sua função social para garantir a todos o direito de morar; reprimir o abuso do poder econômico, coibindo a especulação imobiliária (idem, p. 40).

Por fim, de acordo com o Documento (p. 42), a Igreja Católica já desenvolve as seguintes ações, nas quais emerge a sua preocupação com os aglomerados:

- incentiva e apoia as diversas formas de organização e mobilização populares, como os movimentos de defesa dos favelados, incentivando a participação do povo nessas iniciativas;
- promove realização de encontros, seminários e congressos, com publicações de subsídios e conclusões, bem como encontros de representantes das classes dirigentes, em que se questionam e debatem problemas de moradia popular;
- desenvolve estudos e pesquisas sobre a cultura dos favelados e do morador de cortiço, sobre sua vida e aspirações;
- esforça-se por difundir e explicar a legislação vigente sobre direitos de morar e uso do solo, por meio de comissões jurídicas e cartilhas de morador;
- procura intervir, junto ao Poder Executivo, objetivando desapropriações por interesse social, em apoio às reivindicações populares;
- desenvolve gestões junto a órgãos públicos, para solução de situações de conflito ligadas ao solo urbano;
- constitui grupos de trabalho para elaborar projetos – originais e substitutivos – a serem encaminhados ao Poder Público;
- encaminha soluções de conflito, mediante serviços jurídicos;

- regulariza a situação de moradores de baixa renda que ocuparam terras da Igreja;
- desenvolve esforços para a fixação do homem no campo, preocupando-se com as causas dos problemas;
- apoia as lutas e projetos sociais dos pobres por meio das entidades católicas, a saber:
 - a Cáritas Brasileira, com a construção de casas em regime de mutirão, a doação de terras de propriedade de dioceses;
 - as Comissões de Justiça e Paz e de Pastoral da Terra; os Centros de Defesa dos Direitos Humanos; os Serviços de Assistência Jurídica, etc;
 - as Universidades Católicas.

Não é pouca coisa! Delineou-se aqui, naqueles já distantes anos 1980, um vasto programa de ações voltadas para os aglomerados que, por si só, já implicaria projeto de evangelização amplo, concreto e verdadeiramente libertador. Sabe-se, entretanto, que tais proposições permaneceram letra morta para a maioria das dioceses brasileiras e de suas paróquias, como sói acontecer com os documentos promulgados pela hierarquia, apesar de todo otimismo demonstrado nas recomendações finais dos bispos que os subscrevem. Mesmo aquilo que nesse documento a Igreja Católica afirma já fazer, na realidade se restringe a poucos honrosos casos, dignos de menção, mas longe de constituírem uma característica visceral do conjunto da Igreja.

Tanto isso é verdade, que a mesma CNBB, reunida em sua 26ª Assembleia Geral, em 1988, apelava ao “espírito missionário da Igreja” para que respondesse “às interpelações de algumas situações especiais”, entre as quais a “inchação das cidades nas ‘periferias pouco assistidas religiosamente’” (CNBB, 1990, p. 58, grifo nosso). Reconhece-se que as periferias das cidades – e nelas, os aglomerados – seguiram tendo pouca assistência religiosa por parte da Igreja

Católica. Se tal 'assistência' se refere, no mínimo, à realização de celebrações dos sacramentos e alguma outra atividade de evangelização dentro dos aglomerados, é possível concluir que todo aquele programa de intervenções traçado em 1982, muito mais audacioso e trabalhoso, caiu no vazio. Outra triste constatação dessa lacuna é o fato de não constar entre as pastorais sociais da CNBB a pastoral das vilas e favelas, apesar de a Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz, vinculada à Conferência dos Bispos, admitir que os mais pobres são os "destinatários privilegiados do anúncio do Reino de Deus" e que um dos lugares da missão das Pastorais Sociais é o "mundo [...] das vielas e dos becos das favelas" (CNBB, 2008, p. 43-44).

Apesar disso, a preocupação com os desafios lançados pelas cidades à evangelização continuou gerando novas e mais amplas reflexões não só no âmbito da Igreja Católica, como também de outras Igrejas cristãs de confissões evangélicas. Atestam-no a publicação de dois materiais, respectivamente em 1992 e 1994, voltados para essa questão: no primeiro, intitulado "Deus na cidade: a pastoral urbana", bibliotecários e pastoralistas de várias denominações confessionais protestantes do sul do Brasil aportam suas contribuições para a questão, desde alguns textos bíblicos relacionados ao tema da cidade e às inquietações que dela nascem¹⁰. O segundo, "A presença da Igreja na cidade", organizado por Alberto Antoniazzi e Cleto Caliman, ambos presbíteros católicos, à época atuantes na Arquidiocese de Belo Horizonte e professores da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), traz as conclusões do Seminário "Presença e organização da Igreja na cidade", organizado pelo setor "Estruturas de Igreja", da então linha 1 da CNBB, com a participação do Instituto Nacional de Pastoral. Nes-

¹⁰ Ver ROSSI *et al.*, 1992.

sa obra, Luiz Eduardo W. Wanderley considera a “expansão de cortiços e favelas, ampliando as zonas sem infraestrutura mínima” um dos indicadores estruturais de ordem econômica que apontam para quem pode ser “os sujeitos construtores da sociedade, os protagonistas ativos nas diversas esferas do social” (ANTONIAZZI; CALIMAN, 1994, p. 56). Sugere-se, assim, que, em ordem à pastoral urbana, os moradores dos aglomerados não que ser acolhidos como sujeitos e não como destinatários da evangelização. Mais adiante (à p. 59), o encortiçamento e o favelamento, consequência da falta de controle do crescimento urbano, são novamente apontados pelo autor como indicadores estruturais, desta vez de ordem social.

Mas até aqui está-se ainda no nível teórico, sem desmerecer a importância de se construir um referencial teórico para a compreensão dos fenômenos sociais nos quais se pretende intervir com ações planejadas. Outro artigo, de Luiz Roberto Benedetti, nessa mesma obra, faz uma aproximação direta com a realidade de um aglomerado urbano no artigo¹¹. Neste, o autor reporta algumas interlocuções e reflexões constantes na tese de doutoramento de Giorgio Paleari, sobre religião e condições de vida em camadas de baixa renda, pesquisa realizada numa favela da cidade de São Paulo em 1992. Aí se demonstra que “o universo religioso urbano é heterogêneo”, até mesmo dentro do próprio indivíduo, o qual “participa da comunidade católica, recebe o ‘santo’ no terreiro e ora com os pentecostais na rua” (idem, p. 70). Vê-se, portanto, como o olhar da Igreja Católica veio focando cada vez mais de perto a realidade dos aglomerados, percebendo-os como um lugar específico onde a evangelização deve acontecer. O passo seguinte é compreender a passagem de uma evangelização ‘dos’ aglomerados, onde os sujeitos vêm de fora “fazer missão” na favela, para uma evangelização

¹¹ Ver ANTONIAZZI; CALIMAN, 1994, p. 61-73.

‘nos’ aglomerados, onde esta ocorre de forma autóctone, sendo os sujeitos os próprios moradores que se assumem como comunidade de discípulos/as missionários/as.

3.4 A evangelização nas vilas e favelas nos Projetos de Evangelização da Arquidiocese de Belo Horizonte

Na convocação para a sua 1ª Assembleia do Povo de Deus (APD), realizada em 1996, a Arquidiocese de Belo Horizonte manifesta seu desejo de promover “melhor articulação das [suas] [...] forças vivas para continuar a caminhada comum e escolher novas urgências e prioridades da [sua] ação evangelizadora” (SECRETARIADO, 1996a, p. 1). Inclui entre os pontos altos de sua história, então contando 75 anos de criação, o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e o apoio à criação de Associações de Moradores e movimentos comunitários (idem, p. 2).

A partir de 1990, quando se pôs em marcha o Projeto Pastoral “Construir a Esperança”, a realidade dos aglomerados ainda parece somente de forma implícita na preocupação dessa Igreja Local. Esta percebe que as mudanças aceleradas dos últimos tempos trouxeram “um agravamento das dificuldades e o empobrecimento de extensas faixas da população. [...] a redução dos serviços públicos, tornando ainda mais precária a situação de moradia, educação e saúde [...], criando a nova figura dos ‘excluídos’ [...] [aumentando] a concentração de renda e a distância entre ricos e pobres” (idem, p. 2-3). Lembra que, motivadas pela Campanha da Fraternidade de 1995, sobre os excluídos, muitas paróquias fizeram um ‘mapeamento’ (levantamento) das situações de exclusão e dos sinais de vida presentes em sua realidade. Parece que esse material, infelizmente, não chegou a ser recolhido e sistematizado pela Arquidiocese, mas se pode supor que pelo menos alguns aglomerados, cuja carência de serviços públicos, grande número de famílias empobrecidas e

altos índices de desemprego ou subemprego eram alarmantes, à época, terão sido incluídos nesse levantamento.

Entretanto, no subsídio com roteiros para os encontros preparatórios àquela Assembleia, quando se citam as categorias sociais junto às quais a presença da Igreja deve se efetivar, as populações dos aglomerados não são explicitamente citadas, apesar de se fazer menção às “famílias e crianças carentes” (SECRETARIADO, 1996b, p. 3), aos “rostos sofredores dos pobres” e aos “meios populares da periferia” (idem, p. 17). Também aí se assume plenamente a proposta de se constituir a Igreja arquidiocesana como uma rede de comunidades, proposta já colocada antes pelo Projeto Pastoral “Construir a Esperança” (idem, p. 7-9). Esta perspectiva será retomada e aprofundada nos Projetos de Evangelização subsequentes. Contudo, em nenhum momento os aglomerados são explicitamente tratados como uma comunidade a se integrar na rede, no caso dos aglomerados menores, nem como constituintes de uma rede de várias comunidades, no caso dos maiores.

Pelo menos, enquanto a reflexão pastoral, por meio dos trabalhos da Assembleia do Povo de Deus e do Projeto Pastoral, ainda não logrou pousar seu olhar diretamente sobre a realidade dos aglomerados, na prática a Pastoral de Favelas como que vinha “correndo por fora”, já há vários anos, acompanhando de perto as lutas dessa população, como já acenado anteriormente. Mas a visão pastoral dos arcebispos, Dom João Resende Costa, e seu sucessor, Dom Serafim Fernandes de Araújo, deu-lhe suficiente ousadia para criar, nesse período, duas paróquias inteiramente – ou quase – constituídas em aglomerados: em 1977, a Paróquia de Todos os Santos, na região em torno do bairro Primeiro de Maio, à época um imenso aglomerado de várias favelas, abrangendo também alguns bairros periféricos da região norte de Belo Horizonte, e, em 1987, a Paróquia Nossa Senhora do Morro, esta sim, totalmente formada pelo imenso aglomerado do “Morro do Papagaio”, na região sul da cidade.

Em 2003, realizou-se a 2ª APD, a qual trouxe à luz o Projeto de Evangelização “Igreja Viva, Povo de Deus em Comunhão”, programado para o quadriênio 2005-2008. Sua implementação coube ao novo arcebispo, Dom Walmor Oliveira de Azevedo, que assumiu o pastoreio da Arquidiocese em 2004. A teologia pastoral que fundamenta esse Projeto é vasta e complexa, articula vários elementos da caminhada da Arquidiocese com o Projeto anterior e as propostas da CNBB para a evangelização em geral. Seu “olhar pastoral sobre a realidade” assume como desafio urgente, entre outros, “o empenho pela inclusão social, em confronto com a miséria, a fome, a exclusão social e as diversas formas de violência”, explicitando, a seguir, “o adensamento crescente nas vilas e favelas, a miséria nas periferias, a lémda situação da juventude” (IGREJAVIVA, 2004, p. 8). Reafirma também “o serviço prioritário aos pobres, o empenho pela inclusão de todos os excluídos e a participação na transformação da sociedade” como “autêntico exercício da caridade” (idem, p. 10) e propõe que “a comunidade seja espaço de aprendizado e de resgate da dignidade humana” especialmente para os excluídos (idem, p. 12).

Nesse documento, os aglomerados são vistos dentro da dimensão da inserção social da Igreja, continuando a linha do serviço aos pobres, mas desta vez buscando superar o paternalismo e o assistencialismo, e exigir e apoiar políticas públicas que visem à erradicação da miséria e da fome. Propõe também aprofundar as causas da pobreza, transformar a sociedade e denunciar, profeticamente, as injustiças sociais, a exclusão e a marginalização (idem, p. 13). Para isso, propôs criar um centro de pesquisas “para o estudo das áreas de carência da presença da Igreja e do tipo de presença eclesial necessária em cada área” (idem, p. 16)¹². Contudo, entre os sete programas específicos de evangelização propostos no Projeto, as vilas e favelas explicitadas antes ainda não mereceram uma atenção exclusiva.

¹² Assim nasceu o Cegipar e o Núcleo de Estudos Sociopolíticos (Nesp).

Foi na 3ª APD, em 2008, que, finalmente, os aglomerados conquistaram sua “cidadania eclesial” na Arquidiocese, pelo menos no papel. Da Assembleia nasceu o Projeto Arquidiocesano de Evangelização “Igreja Viva, Sempre em Missão”, para o quadriênio 2009-2012. Ainda que continuem sendo relacionados no grande horizonte do serviço a os pobres que baliza a ação evangelizadora da Igreja, nesse Projeto os aglomerados não só ganham um programa específico: “Evangelização nas Vilas e Favelas” (programa 6), como também são deslocados do setor social da Igreja para o da vida comunitária, agora assumido como uma das três dimensões da ação evangelizadora.¹³ Esse programa de evangelização prevê diversas ações e iniciativas visando efetivar a inclusão das vilas e favelas na grande rede de comunidades em que a Arquidiocese almeja se transformar. Destacam-se estas (PROJETO, 2008, p. 32-34):

- Promover a conversão pastoral: escutar e acolher as comunidades das favelas, onde a Boa Nova já é anunciada, e a prender com elas;
- refletir em todos os Conselhos Pastorais sobre essa realidade e buscar pistas para intensificar aí a presença da Igreja, *criando novas comunidades* (grifo nosso);
- investir na melhoria dos espaços físicos nas vilas e favelas; garantir melhor acolhida das pessoas e melhor formação humana e litúrgico-pastoral;
- buscar o diálogo ecumênico;
- constituir uma equipe de evangelização ‘nas’ vilas e favelas para animar esse trabalho nas Foranias e Regiões Episcopais;

¹³ As três dimensões realçadas pelo Projeto são: espiritualidade encarnada e de comunhão; renovação da vida comunitária e inserção social da Igreja (ver PROJETO, 2008, p. 22. O Programa 6 é apresentado às páginas. 32-34 desse subsídio). Na 4ª APD, porém, as vilas e favelas retornaram à dimensão da inserção social. Considerando-se que ultimamente o social não vem ganhando muito a adesão dos católicos como um campo de atuação inerente à evangelização, talvez isso também explique porque as vilas e favelas ainda são tão pouco assumidas nas ações evangelizadoras da Igreja Católica.

- fortalecer a Comissão Arquidiocesana de Evangelização das Vilas e Favelas a partir das Regiões Episcopais;¹⁴
- organizar um fórum missionário arquidiocesano onde se tome mais conhecimento dessa realidade, envolvendo principalmente quem já atua nela;
- organizar um simpósio, envolvendo a sociedade civil e o poder público para debater as políticas públicas para as vilas e favelas;
- divulgar as iniciativas e experiências das vilas e favelas pelos meios de comunicação da Arquidiocese;
- capacitar evangelizadores para atuarem nessa realidade, com a colaboração de lideranças das próprias vilas e parcerias com outros organismos eclesiais;
- contemplar a perspectiva das vilas e favelas na formação dos seminaristas e dos padres;
- dinamizar o projeto “Missão e Visita Pastoral nas Vilas e Favelas”.

Para a tristeza de quem a postou na concretização dessas excelentes propostas, quase nada foi feito, como se apreende da Avaliação do Projeto Arquidiocesano de Evangelização “Igreja Viva, Sempre em Missão” – 2009-2012.¹⁵ O Programa das Vilas e Favelas ficou em 10º lugar, entre os 12 programas propostos pelo Projeto, no rol dos que tiveram alguma de suas ações implementadas pelas paróquias; aparece em 8º entre os que deveriam ser priorizados. Do total de 1.704 ações realizadas no conjunto do Projeto, ao longo do período avaliado (três anos), somente 101 (6%) delas envolveram de algum modo as vilas e favelas. Pela natureza dessas ações e pelo número de vezes que foram realizadas, tem-se a seguinte classificação das que aparecem mais nos relatórios:

¹⁴ Esta Comissão substituiria a antiga Pastoral de Favelas, que atuou entre as décadas de 1970 e 1990. Foi instituída em 2009, mas não subsistiu após 2010.

¹⁵ Essa Avaliação encontra-se atualmente arquivada no Cegipar, mas pode ser consultada mediante solicitação.

- atividades de cunho social: 17 ações, das quais 14 são de assistência (alimentos, roupas, remédios e atendimentos à saúde) e 3 de cunho sociotransformador ou sociopolítico (parceria com órgãos públicos);
- atividades de missão na vila: 15, das quais 14 são visitas à vila por pessoas de fora;
- atividades voltadas para grupos pastorais diversos: 13 ações, das quais 4 são de criação de alguma pastoral na vila e 4 referências às atividades da Pastoral da Criança;
- atividades de formação e capacitação diversas: 12;
- atividades com caráter cumênico: 10;
- atividades ligadas à liturgia e à oração: 9.

A Avaliação apurou apenas quatro relatos de criação de uma comunidade na vila existente no território paroquial e também apenas quatro referências à criação ou reforço da rede de comunidades nos aglomerados. A natureza dessas ações se distancia muito do que fora proposto pelo Programa 6. Um importante passo dado, entretanto, foi a criação, em 2012, da Paróquia Bem-Aventurada Dulce dos Pobres, no Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte, constituída das suas nove comunidades, articuladas em rede.

Finalmente, a 4ª APD, celebrada em 2012, fez nascer o Projeto Arquidiocesano de Evangelização “Igreja Viva, Povo de Deus” e, numa dinâmica nova, as Diretrizes da Ação Evangelizadora da Arquidiocese de Belo Horizonte (DAE-ABH) e os Planos de Ação Pastoral de cada uma de suas quatro Regiões Episcopais, com vigência de 2013 a 2016. Nas Diretrizes, as vilas e favelas, voltam a figurar na dimensão da inserção social da Igreja, onde recomenda: “privilegie-se o trabalho pastoral junto às vilas, favelas e aglomerados” (DIRETRIZES, 2012, p. 22).

Já nos Planos Pastorais das Regiões Episcopais, a Região Episcopal Nossa Senhora Aparecida explicita na descrição de seu perfil

a existência de vilas e favelas (DIRETRIZES, 2012, p. 24), mas estas não figuram explicitamente nos quadros do planejamento das ações pastorais definidas para o quadriênio nessa Região. Contrariamente a esta, a Região Episcopal Nossa Senhora da Conceição não menciona as vilas e favelas em seu perfil, embora estas existam em grande número nessa Região, mas contempla a efetivação da Pastoral das Vilas e Favelas, além da Pastoral dos Sem Casa em seu planejamento pastoral (idem, p. 30). A Região Episcopal Nossa Senhora da Esperança, totalmente urbana, reconhece a existência de um enorme contingente de pessoas morando em aglomerados: cerca de 70 mil pessoas, e planeja criar e fortalecer comunidades nesses ambientes (idem, p. 32 e 37). Por fim, a Região Episcopal Nossa Senhora da Piedade faz referência em seu perfil aos imensos aglomerados existentes em seu âmbito, especialmente o Aglomerado da Serra, em contraste com as áreas mais opulentas e luxuosas, porém não explicita alguma ação específica para eles em seu Plano Pastoral (DIRETRIZES, 2012, p. 38). É importante ressaltar, porém, que muitas das ações voltadas para os pobres em geral se referem, na prática, aos que moram nesses aglomerados, além da população de rua e os bairros muito carentes, pois é aí que se concentra o maior número de pessoas vivendo em condições de pobreza, apesar de também haver gente abastada vivendo em favelas.

3.5 Problematizando a imagem da cidade utópica cristã

A utopia cristã de cidade como lugar da convivência, da comunhão e do gozo da plena vida é configurada na imagem bíblica da “Jerusalém Celeste”, símbolo do Reino de Deus (Ap 21,9-27). Nesta, porém, não existe um aglomerado. É claro que para os moldes das cidades existentes no século I da nossa era isso seria anacrônico, mesmo sabendo que essas não tinham um traçado urbano perfeito, esquadrejado, aproximando-se mais do que hoje é um aglomerado. Mas se hoje imaginamos e projetamos a cidade ideal, futura, esca-

tológica, utópica ‘sem’ as favelas, estamos concordando, no fundo, que estas, de algum modo, deverão desaparecer, nem que seja do nosso imaginário. Precisam ser removidas, erradicadas, excluídas... Será que assim não estamos reforçando a ideia, muito disseminada, embora nem sempre assumida, de que as favelas são “um mal” que precisa ser extirpado da cidade? Sempre foi esse pensamento que justificou as políticas de remoção das favelas, ainda que em nome do progresso, e embora os removidos desse locais também fossem/sejam removidos do usufruto desse progresso.

Sabemos que é impossível transformar os atuais aglomerados, sobretudo os muito extensos, em bairros urbanos mais ou menos “arrumadinhos”. Eles fazem parte definitiva da paisagem das cidades contemporâneas. Surgiram das contradições dessa sociedade, mas ganharam vida própria e agora querem ter sua cidadania. Vieram para ficar. Por isso, antes que extirpá-los, é preciso incorporá-los às culturas urbanas, numa visão pluralista.

Isso não significa deixar de garantir a seus moradores todos os direitos à cidadania: melhor qualidade de vida, com acesso sempre maior e melhor aos serviços públicos, etc. Como qualquer outro cidadão, quem mora e, às vezes, também trabalha numa favela tem direito a seu espaço, sua cultura, sua identidade e seu reconhecimento como sujeito livre e com algo específico a contribuir para o bem comum.

Diante dessa constatação, pergunto: pode a ‘cidade utópica’ dos cristãos, a Jerusalém Celeste, ter um aglomerado lá, em algum cantinho de seu território? Para problematizar a hermenêutica dessa imagem bíblica, proponho retomar outra imagem bíblica para a utopia cristã do convívio escatológico do Reino: a simbologia do banquete para o qual são convidados os excluídos, já que os primeiros convidados se recusaram a ir¹⁶. Há duas versões dessa parábola

¹⁶ A imagem do banquete ou da festa (às vezes ligada ao casamento) é utilizada também em outras comparações para o Reino de Deus, como em Lc 13,23-30; Mt 25,1-13 e Jo 2,1-11.

de Jesus: a de Mateus (22,1-14) e a de Lucas (14,15-24). Na versão de Mateus, o banquete é para festejar o casamento do filho de um rei – imagem clara do Reino escatológico. Na de Lucas, é uma festa de um pai de família – alguém bem situado socialmente –, mas sem explicitar o motivo. Portanto, algo que pode ser costumeiro e sem grandes pompas, ao contrário das bodas. Mateus faz uma constrangedora referência ao massacre perpetrado pelo rei àqueles que recusaram seu convite, bem como à violência de alguns convidados aos servos do rei e à exclusão (remoção) de um homem que foi à festa sem trajar a veste própria para a ocasião. Lucas já omite as três coisas: seu foco é em quem aceitou o convite.

Diante da recusa dos convidados ordinariamente esperados, o anfitrião decide chamar todos os que normalmente não fazem parte de uma lista de convidados: para Mateus é qualquer um que se encontrar pelo caminho, mas Lucas dá rostos a essas pessoas: são os pobres, os aleijados, os cegos e os coxos. Essa é a categoria dos excluídos sociais, não só dos banquetes de reis e de gente importante, mas também do banquete da vida, do convívio social.

O importante, nas duas versões, é que os excluídos aceitam o convite. Lucas destaca que alguns são até forçados a entrar: é pra ninguém ficar de fora, mesmo! No entanto, essa gente entrou na festa sendo o que era: pobres, aleijados, cegos e coxos. Não deixaram de sê-lo ao entrar no banquete, não tiveram de ‘mudar de cara’. Não houve nenhuma cura! Se deixaram de ser alguma coisa, foi isto: deixaram de ser excluídos para, do jeito que eram, com ‘a cara’ que tinham, ser incluídos no banquete. Mudaram de categoria: de não convidados para convidados. E ambos os evangelistas ressaltam a superlotação (o adensamento) do local da festa: ficou abarrotado.

Diante dessa outra perspectiva simbólica da utopia cristã do Reino escatológico, se se quiser manter a simbologia da cidade celeste do Apocalipse, precisa-se incluir nesta imagem não só uma

vilazinha, uma favelinha, num cantinho qualquer da cidade, mas um imenso aglomerado de gente, a indicar que nessa cidade celeste os excluídos da cidade terrestre terão lugar e vez, mas do jeito deles, quebrando todos os protocolos e sem se sentirem ‘menores’ por isso.

3.6 Considerações finais

As Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2011-2015 (Documento 94) da CNBB reiteram a necessidade de atenção especial e prioridade para os grupos humanos ou as categorias sociais que o mereçam, entre os quais as pessoas vivendo na periferia de nossas cidades (CNBB, 2011, p. 65).

O percurso pelos documentos da Igreja Católica teve a intenção clara de levantar a forma como os aglomerados são vistos pela pastoral e desial e como esses pouco a pouco alcançaram visibilidade e identidade próprias no horizonte do pensamento teológico-pastoral da Igreja. Após tal percurso, algumas conclusões podem ser tiradas. Primeiro, fica muito forte a impressão de que sobram discursos e faltam ações. Contudo, um posterior estudo da caminhada da Pastoral das Vilas e Favelas poderá demonstrar que, na prática, muita coisa vem sendo feita, ainda que não ocupando o centro da atenção do conjunto dos católicos na Igreja Particular de Belo Horizonte. Segundo, fica parecendo também que os aglomerados são vistos ainda como um “corpo estranho”, não só para a cidade como espaço de convivência e cidadania (muitos acham ainda hoje que os aglomerados deviam ser removidos...), como também para a Igreja, mais especificamente para as paróquias como conjunto ou rede de comunidades. Assim – e essa é uma terceira conclusão –, muitas vezes o aglomerado existente no território paroquial não participa do trabalho pastoral da paróquia em paridade com as demais comunidades, mas permanece como uma “capela” onde “a paróquia” vai prestar serviços religiosos. Aí os “paroquianos” (não

favelados) vão atuar “em missão”, fazendo visitas. Nesse contexto, como quarta conclusão deste estudo, os moradores dos aglomerados não são vistos como sujeitos da evangelização, mas sim apenas como seus destinatários, receptores.

A evangelização nas vilas e favelas exige muito mais do que uma capela onde celebrar missas e eventualmente outras celebrações, e tampouco se limita a gente de fora fazendo visitas periódicas a os moradores ou prestando-lhes as mais diversas assistências sociais. O presente estudo apontou algumas pistas mais incisivas e permanentes de intervenção pastoral que apontam para a necessidade de uma evangelização libertadora, respeitosa das peculiaridades e demandas dos aglomerados e que pressupõem seus próprios moradores como sujeitos de sua libertação e, portanto, também da evangelização que, nessa realidade, mais fortemente ainda apela para “o compromisso de se empenhar em promover a vida humana e toda a obra da criação de Deus” (DIRETRIZES, 2012, p. 14).

REFERÊNCIAS

ANTONIAZZI, Alberto e CALIMAN, Cleto (Orgs.). *A presença da Igreja na cidade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

BÍBLIA SAGRADA. Tradução da CNBB. 10. ed. Brasília: CNBB; São Paulo: Canção Nova, 2010.

DIRETRIZES da ação evangelizadora da Arquidiocese de Belo Horizonte e Planos de Ação Pastoral (2013-2016). Belo Horizonte: Fumarc, 2012.

CNBB. *Solo urbano e ação pastoral: 20ª Assembleia Geral*. São Paulo: Paulinas, 1982. (Doc. 23).

_____. *Igreja: comunhão e missão na evangelização dos povos, no mundo do trabalho, da política e da cultura*. 26ª Assembleia Geral. São Paulo: Paulinas, 1990. (Doc. 40).

_____. *A missão da Pastoral Social*. Brasília: CNBB, 2008.

_____. *Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil*. Brasília: CNBB, 2011.

CONFERÊNCIA DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO. *Nova evangelização, promoção humana e cultura cristã*: Conclusões da IV Conferência do Episcopado Latino-Americano. São Paulo: Paulinas, 1992.

CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO. *Conclusões de Medellín*: II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano. 6. ed. São Paulo: Paulinas, 1987.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. *Documento de Aparecida*: Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. 8. ed. Brasília: CNBB; São Paulo: Paulinas; São Paulo: Paulus, 2008.

IGREJA VIVA, Povo de Deus em Comunhão: Projeto de Evangelização. Arquidiocese de Belo Horizonte – 2005-2008. Belo Horizonte: Fumarc, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010: Aglomerados Subnormais – Primeiros Resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

_____. Principais funções. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/instituicao.shtm>>. Acesso em 18 jul. 2013.

PONTIFÍCIAS OBRAS MISSIONÁRIAS - BRASIL. *Instrumento de trabalho*: 3º Congresso Missionário Nacional. Brasília: América, 2012.

POPULORUM PROGRESSIO: carta encíclica de sua santidade o Papa Paulo VI sobre o desenvolvimento dos povos. 11. ed. São Paulo: Paulinas, 1990.

PROJETO de evangelização Igreja Viva, sempre em Missão: Arquidiocese de Belo Horizonte 2009-2012. Belo Horizonte: Fumarc, 2008.

ROSSI, Luiz Alexandre Solano et alii. Deus na cidade: a pastoral urbana. *Estudos Bíblicos*, Petrópolis, n. 40, 1992.

SECRETARIADO do Projeto Pastoral “Construir a Esperança”. *1ª Assembleia do Povo de Deus da Arquidiocese de Belo Horizonte*: orientações básicas. Belo Horizonte: Fumarc, 1996a.

_____. *1ª Assembleia do Povo de Deus da Arquidiocese de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Fumarc, 1996b. (Roteiros de encontros).

Traços do perfil contemporâneo do laicato da arquidiocese de belo horizonte. Algumas reflexões teológicas e pastorais em torno da mentalidade religiosa predominante.

EDWARD NEVES M. B. GUIMARÃES¹

“Em virtude da comum dignidade batismal, o fiel leigo é corresponsável, juntamente com os ministros ordenados e com os religiosos e as religiosas, na missão da Igreja.” (*Christifideles Laici*, nº 15).

COMEÇO DE CONVERSA

Muitos estudiosos consideram o termo “leigo”, em sua origem, portador de acepção predominantemente negativa. Trata-se de realidade definida pela falta ou por carência de alguma coisa. O vo-

¹ Coordenador do Centro Superior de Estudos Teológicos e Pastorais, setor do Anima PUC Minas (Cestep); Secretário executivo do Observatório da Evangelização PUC Minas; Membro da Sociedade de Teologia e Ciências da Religião e do Conselho Permanente do Vicariato Episcopal para Ação Pastoral da Arquidiocese de Belo Horizonte; Professor de Cultura Religiosa do Departamento de Ciências da Religião da PUC Minas.

cábulo deriva do latim “*laicus*”, cuja origem vem do grego “*laikós*”, e designa a pessoa que não detém conhecimento aprofundado sobre determinada área. Em contexto religioso, tradicionalmente refere-se à pessoa que não possui conhecimentos necessários para assumir determinadas funções dentro da organização religiosa ou, no contexto cristão, que não recebeu o sacramento da ordem, em um de seus graus: diaconato, presbiterato ou episcopado. Leigo é, portanto, aquele que não faz parte da hierarquia eclesiástica. Quando alguém se reconhece como leigo, geralmente o faz pela falta, pelo que não possui. Este horizonte compreensivo ainda predomina no imaginário popular contemporâneo.

Outros, porém, acolhem e destacam compreensão positiva do termo. Consideram-no derivado do vocábulo latino “*laós*” que significa, simplesmente, povo, multidão, massa de pessoas. O Concílio Vaticano II acolhe, destaca e assume tal horizonte em sua Constituição Dogmática *Lumen Gentium*. Ao expressar a autoconcepção da Igreja, desautoriza, em relação ao leigo, qualquer mentalidade negativa, excludente ou desprezível.² Antes de tecer qualquer distinção entre hierarquia e laicato, nesse documento, o Concílio enfatiza a centralidade do Povo de Deus, formado por todos os batizados.³

Desde o espírito do Concílio, há 50 anos praticamente, a ação evangelizadora da Igreja Católica promove intenso esforço para

² Cf. “*Unidos no Povo de Deus, e constituídos no corpo único de Cristo sob uma só cabeça, os leigos, sejam quais forem, todos são chamados a concorrer como membros vivos, com todas as forças que receberam da bondade do Criador e por graça do Redentor, para o crescimento da Igreja e sua contínua santificação. O apostolado dos leigos é participação na própria missão salvadora da Igreja, e para ele todos são destinados pelo Senhor, por meio do batismo e da confirmação... Esteja-lhes, pois, aberto amplamente o caminho, a fim de que, segundo suas próprias forças e as necessidades dos tempos, também eles participem com ardor na ação da Igreja.*” (LG, nº 33) “*Os sagrados pastores devem reconhecer e fomentar a dignidade e responsabilidade dos leigos na Igreja.*” (LG, nº 37).

³ Cf. “*Um só é, pois, o Povo de Deus: um só Senhor, uma só fé, um só batismo (Ef 4, 5); comum é a dignidade dos membros; uma só salvação, uma só esperança e uma caridade indivisa. Nenhuma desigualdade, portanto, em Cristo e na Igreja.*” (LG, nº 32);

incutir acepção positiva e atribuir cidadania eclesial ao leigo no seio das comunidades cristãs. Fala-se da centralidade do batismo e da dignidade de todo batizado como membro do Povo de Deus.⁴ Chega-se inclusive a enfatizar a laicidade do próprio Jesus de Nazaré. Ele não fazia parte da hierarquia religiosa judaica, não era sacerdote, levita, fariseu ou doutor da lei. A Igreja da América Latina, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980, no esforço de recepção do Concílio, promoveu, de muitos modos, a formação de nova consciência no laicato. Na caminhada das comunidades cristãs, multiplicaram-se os ministérios leigos e a promoção de diversificadas maneiras de engajamento eclesial. Na explicitação dessa nova consciência, cunhou-se ricas expressões, entre outras, *“somos todos Igreja”*, *“novo jeito de ser Igreja”*, *“pelo batismo recebi uma missão”*.

No esforço evangelizador em vista de mudança hermenêutica e prática na compreensão, organização e configuração da vida cristã, o Concílio Vaticano II explicitou a igual dignidade eclesial de todos oriunda do batismo. Nesse sentido, ensina que todos os batizados são chamados a participar e cuidar, de modo corresponsável, da vida interna da Igreja, sacramento do Reino de Deus, e participar, do mesmo modo, da construção da sociedade justa, misericordiosa, solidária e fraterna.

Não obstante reconhecermos o empenho de renovação eclesial promovido pela Igreja – especialmente desde o contexto que antecedeu e provocou a convocação do Concílio Vaticano II e, depois, o que foi impulsionado por ele –, diante das profundas transformações culturais, mostra-se insuficiente para provocar e/ou sustentar mudanças significativas na mentalidade religiosa predominante. A cultura da corresponsabilidade eclesial revela-se construção inci-

⁴ Cf. *“Os leigos são os fiéis que, incorporados a Cristo pelo Batismo, constituídos em Povo de Deus e tornados participantes, a seu modo, da função sacerdotal, profética e real de Cristo, exercem, pela parte que lhes toca, a missão de todo Povo cristão na Igreja e no mundo.”* (LG, nº 31);

piante. Entre os cristãos católicos contemporâneos, infelizmente de modo quase generalizado, continua imperante a presença arraigada de compreensão negativa do termo leigo. Como se não bastasse, no seio da Igreja e na cabeça de muitos membros do Povo de Deus, revela-se hegemônica a mentalidade “clericalista”. Esta considera o “clero” como herdeiro e o único, legítima e constitutivamente, responsável pela vida da Igreja. Por clero, entende-se aqueles que participam da hierarquia da Igreja: bispos, padres e diáconos. Tal mentalidade está viva e muito presente no universo religioso atual. Além disso, constatamos o arrefecimento de importantes sinais de transformação observados no seio do Cristianismo, especialmente na caminhada da Igreja latino-americana na segunda metade do século XX. A promoção constante no engajamento eclesial do laicato não ajudou a superar a mentalidade predominante da superioridade do sacramento da ordem em relação ao do batismo. Não consolidou a passagem real do “ir a igreja” para o “ser Igreja”.

Na Arquidiocese de Belo Horizonte, a partir do Projeto Pastoral Construir a Esperança⁵, a Assembleia do Povo de Deus⁶ tornou-se paulatinamente a instância de maior mobilização, envolvimento e participação dos fiéis. No ano de 2012, ocorreu a IV Assembleia do Povo de Deus. Nesta, depois de pretenciosa pesquisa de escuta da sociedade⁷, avaliou-se o projeto de evangelização promovido pela

⁵ O Projeto Pastoral Construir a Esperança, idealizado no início da década de 1990, pelo Pe. Alberto Antoniazzi, com equipe de teólogos, pastoralistas e leigos, foi o primeiro grande projeto de evangelização da Arquidiocese de Belo Horizonte.

⁶ A Arquidiocese de Belo Horizonte recentemente, no ano de 2012, vivenciou a IV Assembleia do Povo de Deus (APD), acontecimento que definiu as suas diretrizes da ação evangelizadora e os planos regionais de ação pastoral para o quadriênio 2013-2016. A I APD realizou-se em 1996, a II APD, em 2003, e a III APD, em 2008. Em cada APD, promove-se escuta, avaliação da caminhada, definição de prioridades, diretrizes e planos de ação evangelizadora.

⁷ Em vista da IV Assembleia do Povo de Deus, o Vicariato Episcopal para Ação Pastoral promoveu ambiciosa pesquisa: “Valores e Religião nos municípios da Arquidiocese de Belo Horizonte”, elaborada pela Agência de pesquisa Vertix e pelo Instituto Ver, sob coordenação da PUC Minas.

a assembleia anterior⁸. Em seguida, estabeleceu-se prioridades muito significativas. Primeiramente, em torno do eixo espiritualidade encarnada, a partir da centralidade da pessoa de Jesus, definiu-se como urgência na ação evangelizadora a promoção do primado da Palavra de Deus, o cuidado para que a liturgia favoreça o encontro com o Senhor Ressuscitado e o desenvolvimento de sólida espiritualidade trinitária de comunhão e de serviço. Em segundo lugar, em torno do eixo da vida comunitária, a partir da consciência da comunidade de fé como lugar da experiência de Jesus, estabeleceu-se como compromisso primordial a promoção do crescimento da autocompreensão e a concretização da Igreja como rede de comunidades irmanadas pela dinâmica do Reino de Deus. Para tal, é preciso concretizar a organização de estrutura participativa e investir na formação bíblica e teológica continuada para todos. Além disso, colocou-se como urgência evangélica a valorização e criação de novos ministérios leigos, com ênfase na participação da mulher. Assumiu-se duas grandes prioridades: a promoção da complexa realidade familiar e a concretização da opção preferencial pelos jovens. Por fim, em torno do eixo da inserção social, a partir do sinal profético da opção pelos pobres e excluídos e da perspectiva ecumênica e do diálogo inter-religioso, assumiu-se o compromisso de promover a participação cidadã dos fiéis em prol da construção da sociedade justa e fraterna; de elaborar e acompanhar projetos sociopolíticos, além de procurar qualificar a presença e atuação da Igreja nos diversos meios de comunicação em vista da evangelização da cultura.⁹

A pesquisa sobre o perfil do laicato da Arquidiocese de Belo Horizonte nasceu despretensiosa. Começou simplesmente com o

⁸ Projeto de Evangelização Igreja Viva sempre em missão (2008-2012);

⁹ Cf. Diretrizes da Ação Evangelizadora e Planos Regionais Pastorais definidos na IV Assembleia do Povo de Deus da Arquidiocese de Belo Horizonte, especialmente, os números: 23 a 29.

desejo de concretizar presença observadora, qualificada e participante na IV Assembleia do Povo de Deus. Adquiriu maior fôlego ao longo do processo participativo, promovido pelo Vicariato Episcopal para Ação Pastoral, das conversas diárias com os leigos, da leitura das sínteses elaboradas nas assembleias paroquiais, forâneas e, sobretudo, arquidiocesana, quando se definiu as prioridades estratégicas e as diretrizes da ação evangelizadora para o quadriênio 2013-2016. A leitura dos Planos de Pastoral, por regiões episcopais, confirmou as observações preliminares e as intuições pastorais constatadas. Em seguida, brotou o desejo de compartilhar as observações colhidas. Ao apresentá-las, de modo ainda preliminar, no Encontro dos Formadores de Leigos da Arquidiocese de Belo Horizonte, promovido pelo Anima PUC Minas e, depois, à equipe do Núcleo de Estudos Sociopolíticos (Nesp), surgiu o convite para publicá-las.

Tendo presente os limites de toda pesquisa a pretender observar e analisar a complexidade de determinada realidade, o objetivo dessas reflexões teológicas e pastorais concretiza-se no desejo de trocar ideias e alimentar discussões. Além disso, contribuir para que a ação evangelizadora da Igreja corresponda aos sinais dos tempos e ao que a “barca de Pedro” se propõe, a acolher, como vocação primeira, a busca de ser sacramento do Reino de Deus e mediação histórica do projeto salvífico universal, anunciado e vivido, com fidelidade, por Jesus de Nazaré.

Para leitura dos dados, especialmente observados ao longo da IV Assembleia do Povo de Deus, pareceu-nos pertinente utilizarmos metodologia utilizada, com o renomado teólogo João Batista Libanio, na pesquisa sobre as linguagens sobre Jesus presentes no meio das juventudes e das comunidades eclesiais de base.¹⁰ Uti-

¹⁰ Essa pesquisa está publicada no volume IV da série Linguagens sobre Jesus. Cf. LIBANIO, J.B. e GUIMARÃES, Edward, Linguagens sobre Jesus. As linguagens das juventudes e da libertação. São Paulo: Paulus, 2013.

lizamos para a leitura analítica, em vez das categorias “cenário” e “tendência”, tão caras às últimas análises pastorais libanianas, outra semelhante, “mentalidade religiosa predominante”.¹¹ Julgamos tal categoria apropriada, por ser mais direta em relação ao tema analisado e por nos permitir realçar forças preponderantes e ideologias hegemônicas nos processos de evangelização e na configuração cotidiana da vida eclesial. Bem como, por nos possibilitar a indicação, sem contradições, da presença de outras forças e ideologias mais restritas, com pretensões de conquistar espaço político, reconhecimento, cidadania e relevância na caminhada do Cristianismo Católico.

Nossas observações distinguiram, pelo menos, cinco perfis diferentes a partir da “mentalidade religiosa predominante” no laicato da Arquidiocese de Belo Horizonte no contexto da IV Assembleia do Povo de Deus. Primeiro, analisamos os leigos com mentalidade religiosa cristã predominantemente tradicional e, muitas vezes, com fortes traços ainda tradicionalistas. Segundo, tratamos dos leigos com mentalidade religiosa cristã carismática e, frequentemente, com elementos típicos do horizonte pentecostal ou neopentecostal característicos de outras denominações cristãs. Terceiro, observamos os leigos com mentalidade religiosa cristã impactada pelo acesso aos estudos bíblico-teológicos. Quarto, abordamos os leigos com mentalidade religiosa cristã transformada pela reflexão sociopolítica e ecológica. Por fim, examinamos os leigos com mentalidade cristã fecundada pela abertura ao pluralismo religioso e, até mesmo, com tendência cultural a “bricolagens”

¹¹ Para melhor conhecê-las recomendamos dois livros, e de modo direto remetemos o leitor às introduções dos respectivos livros. Cf. LIBANIO, J.B. *Cenários da Igreja*, São Paulo: Loyola, 2010; Id., *Para onde vai a juventude? Reflexões Pastorais*, São Paulo: Paulus, 2012.

ou “hibridismos” religiosos.¹² Para cada perfil, seguimos a seguinte lógica, após a caracterização do perfil, procuramos tecer comentários teológicos e pastorais e indicar pistas para a ação evangelizadora da Igreja.

1. LEIGOS COM MENTALIDADE RELIGIOSA CRISTÃ PREDOMINANTEMENTE TRADICIONAL

a) Caracterização do perfil

O ser humano aprendeu cedo o valor das tradições. Não há sociedade, grupo, religião, família, empresa ou mesmo indivíduo que consiga desenvolver identidade própria e permanecer no tempo sem o cultivo recorrente do movimento de volta às fontes ou origens, sem visitar e revalorizar frequentemente as experiências seminais e inspiradoras presentes vividas ao longo da caminhada de conquistas históricas. Do mesmo modo, sem guardar, no terreno sagrado do coração, a sabedoria herdada de nossos antepassados e as lições diárias aprendidas ao longo do caminho, individual e coletivamente, ficamos perdidos e tornamo-nos culturalmente pobres.

¹² O termo *bricolagem* refere-se às atividades que você mesmo constrói para seu próprio uso ou consumo. Claude Lévi-Strauss, na Antropologia, e Thomas Luckmann, na Sociologia da Religião utilizam esse conceito para demonstrar o fenômeno da individualização da religião: as pessoas “escolhem” em que, ou no que, crer, selecionando os ensinamentos e práticas religiosas preferidas. Já o termo *hibridismo*, consagrado no campo das Ciências Biológicas, refere-se ao fenômeno do cruzamento de espécies diferentes. Traduz, no contexto religioso, a realidade da pessoa que, por alguma razão, não configura sua vivência religiosa de forma restrita ao campo da religião acolhida como fonte de identidade social. Acolhe, de forma intencional ou não, simultaneamente elementos de outras tradições e, sem perder os vínculos com a matriz religiosa principal, os incorpora, sem grandes conflitos, em sua prática religiosa. Integram-se elementos de diferentes tradições e forma espécie de sistema religioso personalizado. Ambos expressam a nova realidade cultural em que a subjetividade do indivíduo ocupa o proscênio, no primeiro caso, seleciona de uma tradição para si apenas o que a convence ou agrada, no segundo, utiliza a consciência da própria autonomia para integrar, sem contradição, elementos de tradições diferentes e até opostas.

No âmbito religioso, revela-se quase evidente a afirmar a impossibilidade de sermos, de fato, por exemplo, cristãos sem o vigor brotado da Tradição Viva do cristianismo. Ao cuidar, guardar e transmitir a memória perigosa dos ensinamentos e feitos de Jesus de Nazaré, a Tradição criou condições para que o Evangelho, como querigma¹³ e narrativa, mantivesse a sua força interpelativa. Consequentemente, ao longo do tempo, ele continuou a fecundar os olhos e os corações de pessoas que não conheceram ou conviveram com o homem Jesus de Nazaré. Basta-nos isso para imediatamente percebermos a importância indubitável da tradição na vida humana, bem como para a religião. Voltar às fontes, revela-se movimento necessário e em todo e qualquer processo de avanço histórico.

Para que determinada tradição, algo que venha de um passado longínquo ou de contexto diferente, seja percebida pelas pessoas como importante para a vida presente, precisa ser interpretada, traduzida e anunciada no horizonte cultural de quem a recebe. Do mesmo modo, quem recebe também não pode entendê-la sem interpretar, avaliar e perceber o significado dela para a vida concreta.

A condição histórica humana impõe exigências hermenêuticas a cada geração. Os tempos mudam e, com eles, as pessoas também. Cada um vive diretamente interligado e profundamente conectado com o tempo e, sobretudo, o lugar onde organiza-se a vida e convive-se com os demais: família, amigos e colegas de trabalho e/ou estudo. Isso significa que cada pessoa se encontra inserida e situada em contexto específico. Este oferece-lhe possibilidades e limites. Para que determinada tradição, antiga ou recente, seja entendida e

¹³ Vocábulo de origem grega que expressa o anúncio ou proclamação da mensagem cristã. No Documento de Aparecida lê-se: “*Sentimos a urgência de desenvolver em nossas comunidades um processo de iniciação na vida cristã que comece pelo querigma e que, guiado pela Palavra de Deus, conduza a um encontro pessoal, cada vez maior, com Jesus Cristo, perfeito Deus e perfeito homem, experimentado como plenitude da humanidade e que leve à conversão, ao seguimento em uma comunidade eclesial e a um amadurecimento de fé na prática dos sacramentos, do serviço e da missão.*” (Nº 289).

bem avaliada, por um lado, torna-se necessário ser interpretada e traduzida no tempo do anúncio, por quem a transmite, por outro lado, novamente ser interpretada e traduzida na mentalidade de quem recebe o anúncio.

Uma pessoa que desenvolve postura tradicional tende a valorizar mais as tradições recebidas e o modo como o passado foi acolhido que as novas experiências. O novo gera desconforto, insegurança e apresenta-se como ameaça. A pessoa tradicional tende, portanto, a conservar o passado e apresentar dificuldades diante das mudanças. No mesmo sentido, a postura tradicionalista leva tal tendência a radicalidade. A pessoa tradicionalista tende, mais fortemente, ou a ignorar as mudanças ou a lutar virulentamente contra a sua acolhida pelos outros. Idealiza, idolatra e tende a fossilizar o passado na forma como este foi por ela vivido ou interpretado e aceito como verdadeiro, imutável e insuperável. Do tradicional para o tradicionalista, há níveis diversos de radicalidade e de intolerância em relação ao novo. Quanto mais tradicionalista maior as dificuldades de convivência com o diferente, com propostas de mudanças e, sobretudo, com quem ousa propô-las.

O contrário do tradicional, nesse caso, apresenta-se como moderno, hodierno, atual. O oposto do tradicionalista, saudosista ou daquele que idealiza o passado, encarna-se na pessoa que valoriza apenas o novo e despreza o que vem do passado como arcaico, antiquado e obsoleto. Sem respeito, tolerância e abertura dialogal torna-se muito difícil a convivência entre mentalidades tão distintas.

A mentalidade religiosa tradicional manifesta-se, de forma mais abrangente, como é de se esperar, entre as pessoas mais vividas. Consequentemente, entre os mais jovens, espera-se manifestar a mentalidade religiosa moderna. A realidade humana, porém, nos surpreende. Deparamos, muitas vezes, com idosos bem modernos e com jovens muito tradicionais, e até tradicionalistas. Situação mais comum do que muitos supõem. O tradicional e o moderno

não está na quantidade de anos vividos, mas no modo de alicerçar e configurar a identidade. A cultura pós-moderna tende a misturar o tradicional e o moderno tornando a realidade contemporânea ainda mais complexa.

Constatamos, de modo muito frequente, leigos com mentalidade religiosa cristã predominantemente tradicional no contexto atual da Arquidiocese de Belo Horizonte. Se não formar o grupo mais numeroso, como indicam nossas observações, está em segundo lugar, perdendo a penas para o grupo de tendência carismática. Impressionou-nos o número de leigos, como também de clérigos, a propor, como ideal de renovação da vida cristã para o contexto majoritariamente urbano atual, configuração religiosa e desialtípica do interior e/ou de época em que o ritmo da vida familiar e social era outro. Aparece de modo recorrente nos relatórios das assembleias paroquiais e forâneas¹⁴ os traços característicos da religiosidade católica de cunho popular e muito presente no contexto rural pré-moderno.¹⁵

Entre os traços mais característicos dessa mentalidade religiosa cristã tradicional presentes no contexto atual, alguns merecem destaque. Ênfase na dimensão devocional popular, com destaque para a reza do terço, especialmente o terço dos homens. Cultivo de diversidade de novenas, procissões, culto a o/à santo/a padroeiro/a da paróquia ou comunidade e, de modo especial, aos santos consagrados como das “causas difíceis”, com destaque para Nossa Senhora, São Judas Tadeu, Santo Antônio, Santo Expedito e Santa

¹⁴ Assembleias paroquiais e forâneas foram as duas primeiras etapas preparatórias para IV Assembleia do Povo de Deus da Arquidiocese de Belo Horizonte no ano de 2012.

¹⁵ Para compreender o esgotamento do horizonte pré-moderno sugerimos o livro do teólogo Andrés Torres Queiruga. Cf. QUEIRUGA, A.T., *O fim do cristianismo pré-moderno. Desafios para um novo horizonte*. São Paulo: Paulus, 2003. Remetemos o leitor para nossa dissertação de mestrado, quando refletimos mais longamente sobre esse tema: GUIMARÃES, E.N.M.B, *Cristianismo e Modernidade. A crise do cristianismo pré-moderno e as pistas para nova configuração* na obra de Andres Torres Queiruga. Dissertação de Mestrado, FAJE: Belo Horizonte, 2006.

Edwiges. Explicitação do gosto pelas coroações de Nossa Senhora e do Sagrado Coração de Jesus. Valorização do espaço eclesial doméstico. Insiste-se na importância do cultivo da oração em família e da fidelidade do católico em participar nas celebrações, sobretudo dominicais, da comunidade e de fé. Nota-se realce para o trabalho do Apostolado da Oração e, de modo especial, dos Vicentinos, com a tradicional campanha do quilo como expressão da caridade cristã. Como os ministros ordenados, na atual forma de organização, não têm tempo para visitar os doentes, aparece muito presente, como espaço de missão do leigo, a visita aos doentes nas casas e hospitais. Além disso, as ações evangelizadoras pelo rádio e pela televisão, não apenas as promovidas pela Igreja local, mas, sobretudo, as transmitidas em rede nacional são enfatizadas pelos leigos desse grupo. Eles consagram esses meios de comunicação como espaços privilegiados de evangelização. Expressam, de modo claro e constante, o desejo de uma igreja mais devocional e comprometida com as práticas assistenciais de caridade tradicionais: visitas aos doentes e doações de alimentos e roupas para os mais pobres, sobretudo, às crianças e aos idosos. Ajudar na campanha do quilo, auxiliar as famílias pobres, as creches e os lares de idosos aparecem de forma recorrente e em suas falas como critério de credibilidade e autenticidade da fé cristã.

Os leigos pertencentes a esse recorte e desial assumem ministérios e serviços na Igreja. Tornam-se ministros extraordinários da eucaristia, ajudam nas pastorais da família, do batismo, da acolhida, da consolação, entre outras. Ajudam na liturgia, como acólitos e leitores. Trabalham nas festas e quermesses da paróquia. Participam de conselhos comunitários, paroquiais, forâneos. Estão muito presentes nos Conselhos e, conseqüentemente, participaram das assembleias comunitária, forânea, regional e arquidiocesana.

Outra característica interessante, conflitiva e ambivalente desse grupo ocorre em torno da relação com a figura do padre. Revelam-se mais fiéis na oferta devocional que ao dízimo, frequentam as

orações comunitárias, participam das diversas campanhas promovidas pela Igreja. Organizam a vida cristã em torno dos sacramentos, sobretudo, da eucaristia. Gostam do padre, embora pareçam mais à vontade e felizes no espaço devocional, frequentemente privado e desterritorializado.¹⁶ Por um lado, reconhecem a importância da função, o valor, a centralidade que ocupam na vida da Igreja e tecem elogios ao padre, mas, por outro lado, redamam, e muito, dele. Manifestam temê-lo e esperar dele atitude de zelo e o cuidado para com o bom andamento das coisas na paróquia, ao mesmo tempo, situam os maiores problemas da Igreja em torno dele. O padre aparece, quase sempre, como centralizador, autoritário, materialista e apegado a dinheiro, sem paciência e tempo para ouvi-los ou visitar um doente, pouco devocional com os santos, distante ou até, algumas vezes, indiferente aos problemas pessoais dos fiéis. Muitas vezes, o padre os considera apenas “mão de obra barata e passiva”, mas não interlocutores e companheiros, de fato e de direito, no seguimento de Jesus e, especialmente, na condução corresponsável da vida da Igreja.

A mentalidade religiosa cristã tradicionalista faz-se presente de modo restrito e localizado. Manifesta-se nos traços pessimistas em relação ao tempo atual e por meio de críticas ácidas a determinadas mudanças, sobretudo, eucumênicas, litúrgicas e morais, promovidas pelo Concílio Vaticano II. Mostra-se saudosista em relação a um passado temporal e idealizado como áureo, quando a Igreja foi totalmente fiel. Tendem a explicar os problemas atuais pelo afastamento das tradições e não pela insistência em práticas religiosas que já não respondem aos desafios do contexto atual. Desejam, então, a volta ao passado.

¹⁶ As práticas devocionais quase sempre ultrapassam o vínculo paroquial e alimentam-se de experiências subjetivas do passado ou recentes a partir do relato de graças alcançadas, milagres, aparições, testemunhos, promessas, entre outras.

Quando encontram alguém do clero que os apoiem, revelam-se devotos de certo clericalismo com traços medievais. Estruturam-se, especialmente, a partir da entrada e participação em movimentos religiosos de cunho restauracionista, com veículos próprios de comunicação, livros, revistas e folhetos. Nesses tempos internéticos, há sites organizados por grupos ultraconservadores que atraem adeptos e admiradores. Em tais espaços virtuais, alimentam-se ideários de condenação da atual configuração do catolicismo, atacam a teologia latino-americana e preconizam a volta ao passado idealizado. Tendem a criar espécie de Igreja paralela. Valorizam o uso do *clergyman* por parte dos padres e do hábito por parte dos religiosos, a ruptura com alguns ícones ou símbolos do mundo moderno; mostram predileção pela liturgia estruturada com determinados elementos tradicionais, por exemplo, orações em latim, incensos, sinos. Não abrem qualquer concessão ao espírito ecumênico, ao contrário, assumem postura claramente apologética em suas redes sociais. Negam qualquer dimensão política da fé cristã. Desejam uma Igreja pura, sem qualquer contaminação com o mundo, conservadora das divinas e eternas tradições.

b) Comentário teológico e pistas pastorais

O cristianismo católico sempre foi plural. Na história da Igreja católica, observa-se e reconhece-se, facilmente, a presença constante da diversidade, seja de grupos de cristãos mais fechados às mudanças, tradicionalistas, mantenedores e conservadores, seja de grupos mais abertos aos sinais dos tempos, reformistas, vanguardistas e inovadores.

Não há problema teológico na diversidade, diferentemente, quase sempre, mostra-se fator de enriquecimento. Popularmente diz-se que há lugar para todos na Igreja. Para tal, importa haver o cultivo constante do respeito, da tolerância e do bem-querer, bem como a

criação de canais abertos ao diálogo entre os grupos diversos. É necessário que o núcleo fundamental da fé cristã seja sempre revisitado e explicitado para que a diversidade não aconteça à custa do sacrifício da identidade cristã. Além disso, é preciso cuidar para que as relações de poder não se sobreponham ao espírito fraterno, tão caro ao Evangelho do Reino. Desde o início, alertava-nos o próprio Jesus: “Sabeis que os chefes das nações as dominam e os grandes fazem sentir seu poder. Entre vós, não deveis ser assim. Quem quiser ser o maior entre vós seja aquele que vos serve, e quem quiser ser o primeiro entre vós, seja vosso escravo. Pois o Filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir e dar a vida em resgate por muitos”.¹⁷

O que nos preocupa mais intensamente mostra-se na leitura dos dados do último censo e, particularmente, os indicativos colhidos por meio da pesquisa de escuta promovida pela Arquidiocese de Belo Horizonte. Poucos jovens, no contexto atual, deixam-se a trair ou conseguem construir identidade cristã católica nesse horizonte tradicional. Tal fato merece atenção, pois, se quisermos sanar a perda significativa do número de cristãos católicos, a configuração do cristianismo produzido por essa mentalidade religiosa não responde aos desafios postos pelas gerações atuais.

No tocante à espiritualidade encarnada, as diretrizes assumem como prioridade investir no processo de fazer da liturgia um espaço desial que, de fato, favoreça o encontro pessoal do fiel com Jesus Cristo. Além disso, incentivar a ampliação dos espaços de estudo e o cultivo da intimidade com a Palavra de Deus. Por fim, ajudar ao fiel a apropriar-se da revelação trinitária e perceber o convite a cada batizado em tornar-se interlocutor e participante ativo do sacerdócio comum dos fiéis no dinamismo do Reino. O

¹⁷ O texto supracitado aparece nos três evangelhos sinóticos, no contexto de conflito entre os discípulos e, sobretudo, de educação para a convivência fraterna como sinal do Reino de Deus. Cf. Mt 20, 25-28; Mc 10, 42-45; Lc 22, 25-27.

desafio concretiza-se na tarefa de construir nova mentalidade religiosa nos leigos e ministros ordenados.¹⁸

No âmbito da renovação da vida comunitária, as diretrizes explicitam com clareza, e acertadamente, a direção para avançarmos. Primeiramente, é necessário valorizar e recuperar o vigor das redes de comunidades a partir da consolidação de estrutura participativa e, de fato, colegial nos diversos conselhos, além do reconhecimento da Igreja toda ministerial, com intensa ampliação dos ministérios leigos. As diretrizes enfatizam, de maneira especial, a participação da mulher. É preciso investir na formação integral e de qualidade de todos os fiéis. Assumir como prioridade o cuidado e o zelo para com as diversas famílias e concretizar de muitos modos a opção pelos jovens.¹⁹

Em relação à inserção social os desafios não são menores. É necessário valorizar e recuperar o vigor da opção preferencial pelos pobres, nutrindo atenção especial para a realidade das vilas e favelas e para a explicitação da dimensão política da fé. Fomentar e acompanhar projetos sociais. Além disso, urge qualificar a presença e o uso dos meios de comunicação disponíveis. O rádio, a televisão e a internet, sobretudo, podem fazer a diferença como espaços de evangelização.²⁰

2. LEIGOS COM MENTALIDADE RELIGIOSA CRISTÃ PREDOMINANTEMENTE CARISMÁTICA

a) Caracterização do perfil

Muito já foi escrito sobre a tensão dialética e o círculo hermenêutico que se instaura entre carisma e instituição.²¹ O primeiro,

¹⁸ Cf. DAE-ABH, nº 23-25.

¹⁹ Cf. DAE-ABH, nº 26-28.

²⁰ Cf. DAE-ABH, nº 29.

²¹ A título de exemplo, veja: WEBER, Max, *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, São Paulo: Editora UnB, 2004; BONNEAU, G. *Profetismo e instituição no cristianismo primitivo*, São Paulo: Paulinas, 2003; BOFF, Leonardo, *Igreja: carisma e poder*, Rio de Janeiro: Record, 2005.

nasce dos sons, das cores, dos odores, dos sabores e das sensações epidérmicas oportunizadas pela experiência vivida. Não se encontra, nem se reduz à exterioridade sentida. Trata-se, muito mais, daquilo que toca a dimensão interior do sujeito e, ao emocionar, provoca motivações internas, gera encantamento, anima o sujeito e o entusiasmo. Em outras palavras, os carismas, quando autênticos, mostram-se fundamentais em qualquer empreendimento humano, pois, revelam-se os motores que impulsionam a pessoa a tomar decisões, a derir a os projetos, a buscar condições para concretizá-los e, sobretudo, a encontrar ou construir mediações para que outros tenham acesso a tais experiências fontais.

Sem os arroubos do carisma não há, por parte do sujeito, atenção, adesão e entrega. Por isso, o líder carismático mostra-se essencial em qualquer relacionamento social. Ele consegue seduzir, encantar e contagiar. No âmbito religioso, do mesmo modo, destaca-se entre nós, entre tantos outros, o carisma de Abraão, Moisés, Davi Jesus de Nazaré, Paulo de Tarso, Agostinho, Maomé, Francisco e Clara de Assis, Lutero, Inácio de Loyola, Tereza de Ávila, Jona D'Arc, Dom Bosco, Vicente de Paula, Frederico Ozanam, Marcelino Champagnat... E mais recentemente, Gandhi, Luther King, Prabhupada, Tereza de Calcutá, Chico Xavier, Chico Mendes, Mãe Menininha do Gantois, João XXIII, Zilda Arns, Chiara Lubich, João Paulo II, Desmond Tuto, Dalai Lama... Nos dias atuais, os cristãos, católicos sobretudo, experimentam a irradiação contagiante da figura, até então pouco conhecida, do Papa Francisco.

Ocorre que nenhum carisma permanece no tempo sem um mínimo de institucionalização que lhe ofereça enraizamento. Isso porque os carismas concretizam-se historicamente, e não poderia ser diferente, por intermédio da trajetória de vida de pessoas situadas no tempo

e no espaço. O jeito de ser e de agir dessas pessoas sacramentais oferecem visibilidade contagiante. Quando elas envelhecem ou morrem, os carismas tendem a diminuir paulatinamente a sua intensidade provocativa e o seu vigor. A não ser que surjam, de tempos em tempos, outros líderes carismáticos, os carismas arrefecem o poder de contagiar ou desaparecem. A instituição garante, portanto, identidade cultural, densidade social e força histórica para a manutenção e condições de possibilidade para a transmissão da experiência carismática. A institucionalização ocorre por meio do estabelecimento de regras, princípios e definições. Os meios de comunicação social desempenham papel importante no contexto atual para irradiar a força dos carismas.

Por sua vez, as instituições tendem a assumir processo intenso de fossilização dos carismas. Isso ocorre porque, diante do medo de perdê-los ou do receio de que sofram graves deturpações ao longo do tempo, enclausuram o dinamismo carismático inicial dentro de seus muros, engaiolam-no ou cortam as asas dele. Quando isso acontece, o problema torna-se maior, pois, sufocam ou mesmo destroem a beleza irradiante dos carismas. O desafio de todo grupo situa-se em conseguir manter a tensão entre carisma e instituição.

A mentalidade religiosa cristã predominantemente carismática, segundo nossas observações, congrega o segundo maior recorte de cristãos leigos, se já não for o maior, na Arquidiocese de Belo Horizonte. Esse grupo se faz presente em todos os recantos da Arquidiocese. Se o pentecostalismo evangélico já celebrou seu centenário no Brasil, entre os católicos, o “Movimento da Renovação Carismática” fincou raízes fortes, sobretudo, nos últimos 35 anos, ao longo dos pontificados de João Paulo II e de Bento XVI, pois, ambos deram muito apoio, aos “Novos Movimentos Religiosos” católicos, de cunho carismático. Tal ênfase quase exclusiva reduziu o brilho, de modo especial na América Latina, da caminhada das Comunidades Eclesiais de Base, das pastorais sociais, da vida religiosa inserida nas comunidades de periferia, dos grupos de reflexão

bíblica, dos grupos de fé e política e, sobretudo, a refeceu o vigor da produção original da teologia latino-americana, denominada “Teologia da Libertação”. Além disso, paulatinamente o “movimento carismático católico” traduziu-se em “religião midiática” e conseguiu a adesão de parcela significativa do clero nos últimos tempos.

A valorização e a presença nos grandes meios de comunicação social, especialmente a televisão, o rádio e o cinema, mas também nas novas mídias, com destaque para a internet e a indústria cultural da música *gospel*, caracterizam a configuração religiosa carismática. Os slogans e mensagens religiosas típicas desse movimento circulam diariamente nas redes sociais.

Seus traços são visíveis entre nós. O movimento carismático organiza-se, geralmente, de modo diferente do ultrapassado modelo paroquial oficial. No contexto da IV Assembleia do Povo de Deus, por exemplo, promoveu assembleias quase que paralelas e/ou desvinculadas das comunitárias, paroquiais e forâneas, promovidas pelo Vicariato Episcopal para Ação Pastoral, instância organizadora do evento. Muitos líderes do movimento carismático católico participaram das duas modalidades e deixaram contribuições importantes na definição das Diretrizes da Arquidiocese, bem como nos Planos Regionais de Pastoral.

Entre os traços mais característicos dessa mentalidade religiosa cristã carismática presentes no contexto atual da Arquidiocese, alguns merecem destaque. Por mais que tenham, entre seus animadores, figuras do clero muito presentes e alguns até como ícones do movimento, conseguem concretizar espiritualidade centrada no protagonismo leigo. Grande parte da liderança dos movimentos desenvolve interessante missionariedade desburocratizada.²² For-

²² O movimento carismático, como as igrejas pentecostais e neopentecostais, mostra-se ágil para propagar-se e ampliar o território de atuação. Por sua vez, a estrutura eclesial institucionalizada da Igreja Católica tornou-se muito pesada e burocrática, talvez por isso se mova mais lentamente.

ma novos grupos de oração ou células do movimento nas comunidades e Igrejas paroquiais, mas também, frequentemente, em escolas, universidades, clubes, empresas, bairros, condomínios e casas. Promove reuniões, estudos e outras atividades, com ou sem o apoio ou a acompanhamento do clero.

Quando encontram espaços nas comunidades paroquiais, tendem a assumir, além da participação nos grupos de oração e visitas aos doentes, e equipes de animação litúrgica e organizar as atrativas “missas de cura”. Estas se espalham cada vez mais e atraem doentes e sedentos das manifestações do Espírito, sobretudo as mais famosas e visíveis, o dom de falar em línguas estranhas e o de cura e libertação das forças demoníacas. Quando casais, tendem a assumir a pastoral da família e a promover os famosos “Encontros de Casais com Cristo”, além de retiros de fim de semana, dias de jejuns e louvor. Promovem grandes eventos religiosos de caráter público. Não há dúvida de que agregaram emoção, ritmo alegre e contagiante, maior entusiasmo e movimento às celebrações tradicionais, tornando-as mais vivas e participativas. As músicas religiosas carismáticas são típicas, pois, raramente fogem da experiência vertical, quase sempre em primeira pessoa, e eu e Deus, Deus e eu. Embora tenham colorido próprio e tendência à elaboração de liturgia própria, quase paralela,²³ conseguem conviver bem com os grupos mais tradicionais quando se trata da devoção à Nossa Senhora e aos grandes santos da Igreja. Conseguem, inclusive, algo sem precedentes, atrair a presença de cristãos evangélicos.

Outra característica importante e que lhes indica futuro promissor, encontra-se no fato de conseguirem envolver número considerável de jovens que vestem a camisa do movimento. Muitos

²³ Por liturgia paralela, compreende-se as diversas manifestações litúrgicas, com rituais próprios, organizadas, muitas vezes, imediatamente após a conclusão da liturgia da comunidade. Muitos membros inclusive deixam de participar da liturgia sacramental da comunidade e frequentam, apenas, as atividades promovidas pelo movimento carismático.

desses jovens estão envolvidos nas equipes de animação litúrgica, organizam bandas católicas, grupos de oração e ação, promovem acampamentos, gincanas, “cristotecas”, intercâmbio com outros grupos nacionais e internacionais. Além disso, conseguem ocupar as novas mídias e mostrar a cara católica nas redes sociais com variedade enorme de mensagens religiosas típicas. A título de destaque, muitos desses jovens estiveram profundamente envolvidos na última Semana Missionária e, sobretudo, mobilizaram-se para participar da Jornada Mundial de Juventude, no Rio de Janeiro, e encontrar-se com o Papa Francisco.

Quando estamos diante dos católicos carismáticos, logo os reconhecemos pela estética particular assumida. Vestem-se com estampas e frases religiosas, cada grupo veste literalmente a sua camisa. Usam simbólica religiosa em seus carros, objetos e casas. Escutam músicas *gospel* característica e sintonizam-se nos canais de rádio e televisão do movimento. Nas falas, explicitam a identidade marcante que o movimento oferece. Admiram os testemunhos públicos, fortes e intensos, de mudança drástica de vida a partir do marco da conversão religiosa. Parecem alimentar-se de tais testemunhos. Enfatizam a dimensão individual do pecado como fraqueza da carne, muito ligado ao âmbito da vivência da sexualidade e do consumismo egoísta, em detrimento da dimensão sociopolítica e econômica enraizadas em nosso contexto injusto e excludente. Reciclam vertentes maniqueístas bem-conservadas da moralidade cristã tradicional, muitas vezes, com feições mais pessimistas e austeramente proibitivas que afirmativas da beleza, da autonomia e da responsabilidade do sujeito ético. Recuperam, no espaço religioso, o papel do demônio, sobretudo, como espírito maligno tentador da carne. Confessam, geralmente, a autonomia e independência do religioso e em relação ao social e ao político, embora, contraditoriamente, ofereçam cada vez mais candidatos a cargos no legislativo e no executivo com perfis, bandeiras e slogans

tipicamente do viés religioso assumido, espelhados talvez ou de mãos dadas com a bancada evangélica.

Valorizam a dimensão orante da vida cristã e a vivência sacramental, sobretudo, a eucaristia, a confissão e o casamento. O batismo do Espírito Santo, o dom de falar em línguas e de cura, merecem destaque. Preconizam, como práxis cristã, a participação em campanhas caritativas diversas e, sobretudo, dedicam-se nos fins de semana a visitar creches, lar de idosos, promover atividades promovidas pelo movimento e participar delas. Expressam o desejo de Igreja mais orante, pura da corrupção do mundo, entusiasmada e entusiasmante.

b) Comentário teológico e pistas pastorais

Já mencionamos acima a importância do carisma, no caso específico, para a religião. O cristianismo nasce alicerçado no carisma que brota da experiência vivida por Jesus de Nazaré. Os Evangelhos narram como ele atraiu, em torno de si, discípulos/as e oportunizou-lhes experiência de Deus profunda, contagiante e transformadora. Não há dificuldades para reconhecê-lo ou considerá-lo como um grande líder carismático. Com a rejeição, condenação e morte brutal de Jesus, os/as discípulos/as deram continuidade ao carisma e o institucionalizam como cristianismo. O tempo não conseguiu destruir o vigor, nem a capacidade de despertar interesse, atenção e entusiasmo. O Espírito Santo exerceu papel fundamental no processo de consolidação da memória de Jesus, do surgimento das comunidades de fé e na própria formação do cristianismo como sacramento ou mediação histórica capaz de revelar o projeto salvífico universal de Deus, anunciado e testemunhado por Jesus de Nazaré.

O movimento carismático reconhece e exalta, com grande ênfase e, às vezes, de modo quase unilateral, a centralidade da figura do Espírito Santo. Embora reconheçamos a grande capacidade

de contagiar pessoas e nelas despertar entusiasmo e encantamento, importa também perceber a tendência de muitos grupos carismáticos a produzir compreensão deturpada do que seja concretamente a vida cristã. Por exemplo, muitos cristãos com mentalidade religiosa predominantemente carismática configuram a vida cristã centrada quase que exclusivamente no louvor subjetivo e nas manifestações emocionais, consideradas e valorizadas como dons do Espírito Santo. Ao mesmo tempo, parecem desconhecer a importância do cultivo dos vínculos fraternos na vida em comunidade de fé, bem como deixam atrofiar a dimensão sociopolítica e profética da vida cristã. Ignoram, ou pelo menos não dão a mesma atenção, o necessário esforço diário de conversão para a prática da justiça, da misericórdia e do amor ao próximo, bem como o compromisso que nasce do dinamismo da presença do Reino com a promoção e participação na construção da sociedade justa, inclusiva e fraterna.

A ação evangelizadora da Igreja é chamada a promover maior consciência da revelação do mistério trinitário de Deus. Para isso, urge investir em maior formação bíblico-teológica e promover maior conhecimento da vida de Jesus de Nazaré, dos ensinamentos e gestos proféticos, como revelação histórica do rosto de Deus, bem como do projeto salvífico universal de Deus. Sem levar a sério a vida concreta de Jesus, como a encarnação histórica da vontade de Deus, a vida cristã perde seu núcleo central, sua fonte e critério de coerência interna e, portanto, sua credibilidade.

Além disso, importa explicitar melhor a história da salvação, pois entre o Pai Criador, o Filho Redentor e o Espírito Santificador concretiza-se estrutura participativa e relação amorosa mutuamente perfeita. Quando a ação parte do Pai, atua conjuntamente o Filho e o Espírito. Quando nasce do Filho, juntos no mesmo dinamismo encontram-se o Pai e o Espírito. Do mesmo modo, ocorre a atuação do Espírito, pois, reconhecemos nela a presença

do Pai e do Filho. Na Trindade, não há qualquer hierarquia, ciúme, competição ou dominação de um sobre os outros. Trata-se da comunidade perfeita, modelo último de inspiração e utopia para a comunidade humana buscar e crescer continuamente em unidade, comunhão, participação e amor.²⁴

No tocante à espiritualidade encarnada, assume-se, nas Diretrizes da Arquidiocese, o desafio de investir na formação da espiritualidade trinitária de comunhão, participação e serviço fraterno amoroso. Trata-se de caminho árduo, mas fundamental para o desenvolvimento da identidade da fé cristã. Do seio da Trindade, nasce a dimensão horizontal na vida cristã em rede de comunidades de fé: Jesus revela, na força do Espírito, a universalidade do amor do Pai que a todos irmana. Na história da salvação, percebemos a pedagogia amorosa e paciente de Deus para chegar ao coração de cada ser humano e promover desde aí o desenvolvimento do espírito de ternura e acolhida fraternal, o reconhecimento mútuo, a superação das divisões, bem como a interlocução dialogal, participativa e corresponsável na concretização do projeto salvífico universal. Da parte de Deus, cada um de nós encontra-se constante e gratuitamente na situação de amado/a, escolhido/a, acolhido/a e chamado/a a participar ativamente do dinamismo do Reino. Tal compreensão ajuda na superação das mentalidades estreitas e excludentes, da tentação da construção de muros antiecumênicos, de qualquer tipo de preconceito e do fechamento ao diálogo inter-religioso. Além disso, mostra-se capaz de congregar as pessoas em rede de comunidades de fé e chamadas a atuar como integrantes da sociedade planetária. Os carismas cristãos não encontram sentido pleno e identidade como realidades desligadas da vida social do ser humano e/ou dos desafios postos pela situação

²⁴ Cf. Boff, L., *A Santíssima Trindade, é a melhor comunidade*, Petrópolis: Vozes, 2009.

em que estamos inseridos. Trata-se de dons de Deus para a edificação da comunidade de fé, sim, mas, sobretudo, em vista da grande comunidade humana e da construção da cultura da paz entre os povos. Do mesmo modo, os dons do Espírito Santo fortalece-nos e sustenta-nos para a vida em comunidade, mas, sobretudo, para a construção diária da sociedade justa, solidária, inclusiva e fraterna. A história de amor de Deus para conosco ocorre o tempo todo, no interior de cada religião como mediação significativa, mas também fora dos muros das religiões, pois, o seu amor por nós revela-se universal.²⁵

No âmbito da renovação da vida comunitária, mostra-se urgente a necessidade de a ação evangelizadora investir na concretização de complexas redes de comunidades, capazes de promover crescimento e avanços significativos na vida fraterna, condição para a construção do Reino de Deus. Comunidades, portanto, que sejam a tentase em sua caminhada a os que estão à margem do caminho e em relação aos aspectos da realidade humana em sociedade que mais precisam de acolhida e compreensão, bem como de crescimento e transformação por meio da justiça, da misericórdia e do amor ao próximo. As diretrizes indicam a necessidade de superação de toda mentalidade moralista. Colocam como prioridade acolher, com os olhos de Deus, e promover a dignidade das pessoas inseridas na nova realidade familiar. Muitas famílias não conseguem estruturar-se na primeira união. Outras tantas afastam-se radicalmente do estereótipo, acolhido muitas vezes como único modelo ideal, de marido, mulher e filhos. Igualmente complexa apresenta-se as realidades advindas do universo juvenil com inúmeros desafios. Cada cristão, iluminado pela prática libertadora de Jesus, na força do Espírito Santo, é chamado não

²⁵ Cf. DAE-ABH, nº 23-25.

a apenas a contemplar, a acompanhar, compreender e acolher, mas a amar e irmanar-se, caminhar junto promovendo a dignidade e o crescimento humano. As comunidades cristãs não nascem do ideal de criar a comunidade dos puros que não se misturam com os impuros, mas da utopia do Reino que acolhe e transforma a todos pela concretização da experiência do amor, especialmente os últimos, pobres, excluídos, pecadores e “sem-salvação”. O critério de ação das comunidades cristãs nasce da prática libertadora de Jesus que, com misericórdia e perdão, desenvolve postura de acolhida das vítimas, a atitude de promoção da dignidade inalienável de ser filho/a amado/a de Deus. Comporta também corajosa a atitude profética na denúncia de toda injustiça e exclusão social em nome do Deus da vida.²⁶

Em relação à inserção social, cabe a ação evangelizadora propor, despertar e envolver, a partir do encontro pessoal com Jesus de Nazaré, os cristãos com mentalidade religiosa carismática na participação de projetos de sociais e no cultivo da dimensão sociopolítica da fé cristã. A Igreja, povo de Deus, como rede de comunidades de fé inserida numa sociedade concreta, é chamada a engajar-se e comprometer-se com a defesa da dignidade da vida e a construção de estruturas sociais justas. Além disso, é preciso utilizar de modo inteligente, criativo e eficaz dos meios de comunicação e das novas mídias. Não apenas para promoção da vida interna do movimento carismático ou da vida eclesial, mas, sobretudo, para a construção da sociedade justa, pacífica, dialogal, participativa e inclusiva. Nas palavras do Papa Francisco, em sua viagem ao Brasil, a Igreja não pode realizar sua missão com mentalidade estreita e autorreferida, diferentemente, tem que ser aberta, dialogal e comprometida com a vida em sociedade e a paz mundial.²⁷

²⁶ Cf. DAE-ABH, nº 26-28.

²⁷ Cf. DAE-ABH, nº 29.

3. LEIGOS COM MENTALIDADE RELIGIOSA CRISTÃ PREDOMINANTEMENTE BÍBLICO-TEOLÓGICA

a) Caracterização do perfil

No contexto atual, geralmente, os cristãos a prendem, desde o início do processo de evangelização ou de iniciação cristã, a considerar a Bíblia, não apenas livro especial, mas a própria Palavra de Deus para nós. Livro, portanto, que merece destaque, geralmente na casa do cristão, colocada na “sala” ou na “cabeceira”. Nela encontra-se a pedagogia amorosa de Deus, que assume a condição humana para fazer chegar o seu amor até nós. A Bíblia é a Palavra de Deus encarnada na palavra humana e na realidade histórica em que foi anunciada.²⁸

Nem sempre foi assim o longo da caminhada histórica do cristianismo. A consciência da centralidade da Palavra cresceu paulatinamente. A Reforma Protestante representa marco histórico importante. No contexto católico, merecem destaque, de modo especial, o período da patrística²⁹ e, mais recentemente, o movimento bíblico, antes do último Concílio, e a própria Constituição Dogmática Dei Verbum, sobre a Revelação Divina, documento produzido a o longo do Concílio Vaticano II. Nele assume-se categoricamente a unidade entre Tradição e Escritura como fonte da Revelação divina.

²⁸ Segundo Frei Carlos Mesters, cada texto da Bíblia tem contexto e pretexto, cabe ao leitor, depois de conhecer o texto no horizonte da situação em que foi escrito, interpretar a mensagem, à luz do Espírito Santo, para a cultura atual, tendo presente o próprio contexto e pretexto. A Bíblia provoca o diálogo criativo entre a Bíblia e a própria vida. Cf. MESTERS, C., Por trás das Palavras, Petrópolis: Vozes, 1980.

²⁹ Compreende-se por patrística o período histórico que começa após a era apostólica, século II, até o século VII. Nesse período, o cristianismo consolidou-se como tradição religiosa. Inspirados pela memória da vida de Jesus e do testemunho apostólico, por meio da leitura orante e da interpretação alegórica da Palavra de Deus, os “Pais da Igreja” formularam conceitos, corpo de doutrinas e a própria identidade cristã. Esses “Pais da Igreja” – bispos, presbíteros, religiosos e leigos – impulsionaram a caminhada das comunidades cristãs de tal modo que se tornaram rica fonte para a Igreja.

A ação evangelizadora da Igreja, desde então mais claramente, preocupa-se com o acesso dos cristãos em geral à Palavra de Deus. Atenta-se, conseqüentemente, de modo crescente para a necessidade de investimento constante na formação dos fiéis e, de diversos modos, colocá-los ao alcance as fontes da Tradição cristã. Multiplicaram-se, nos últimos tempos, os estudos e cursos de Bíblia, de Teologia para leigos ou de Teologia Pastoral e, concomitantemente, o interesse do leigo em conhecer e apropriar-se da Palavra de Deus. A Igreja promoveu a tradução da Bíblia nas diversas línguas, com versão especial em linguagem popular e pastoral.³⁰ Além disso, surgiu entre nós a tradição do mês de setembro como “mês da Bíblia”, com ênfase no estudo de um livro específico, bem como a criação e/ou publicação de inúmeros cursos, livros, revistas, sites e muitos outros subsídios com a finalidade de estimular o interesse e possibilitar o acesso, de fato, do cristão à Palavra de Deus.

Por meio dela, o cristão tem acesso ao modo como Deus concretizou a sua pedagogia a morosa de autorrevelação na história humana. A princípio, situada na caminhada do povo de Israel e, depois, percebida, de modo pleno, presente em toda a história da humanidade. Israel construiu identidade histórica alicerçada na leitura de fé da aliança selada entre Deus e Abraão. Esse pacto foi, muitas vezes, abandonado ou esquecido pela ascendência abraâmica, mas, na mesma medida, sempre novamente retomado e renovado ao longo da caminhada desse povo. Merece destaque a figura de Moisés, que não apenas renovou a aliança, mas a codificou nas tábuas da Lei, após a marcante experiência de libertação da escravidão do Egito. Esta codificação foi consolidada no enfrentamento da desafiante caminhada do deserto e, sobretudo, na difícil conquista

³⁰ Entre nós merecem destaque, entre outras, a Bíblia de Jerusalém, a Tradução Ecumênica da Bíblia (TEB), a Edição Pastoral e, mais recentemente, a Bíblia da CNBB, cada qual com importantes introduções antes de em cada livro, com notas de rodapé, mapas, etc.

da Terra de Israel. Depois, no contexto da monarquia e do exílio na Babilônia, novamente, renovou-se a aliança com Deus, de modo impactante, por meio do grito dos profetas em defesa do direito, da justiça e dignidade da vida como expressão e conteúdo concreto da aliança, além de condição básica para a paz entre Deus e seu povo e entre as nações.

No meio desse povo, nasceu Jesus de Nazaré, considerado pelos cristãos, a nova e definitiva aliança com Deus, mas, não mais entre um povo específico e Deus. Ao contrário, aliança universal, com a humanidade inteira. Todos os povos formam o único Povo de Deus chamado a assumir o projeto divino universal de salvação. Acolhe-se, então, a pessoa de Jesus de Nazaré, com seus ensinamentos e gestos proféticos, como a encarnação da Palavra de Deus. No fundo da realidade humana de Jesus as pessoas encontram o rosto amoroso de Deus. O Verbo de Deus se fez carne e habitou entre nós.³¹

Para que tal a colhida se tornasse possível, Deus enviou-nos o seu Espírito Santo, para confirmar a vida de Jesus como “Caminho” e encorajar cada cristão ou pessoa de boa vontade a assumir como projeto salvífico libertador a busca de concretização histórica da justiça com inclusão social das vítimas, da misericórdia e do perdão para com os pecadores e da prática diária do amor ao próximo.

A ênfase na centralidade da Palavra de Deus provocou nos cristãos a redescoberta da importância do Jesus histórico. Eles recuperaram, com renovado ardor, o interesse em buscar melhor conhecer a vida concreta e o contexto vivido por Jesus. Passaram a levar a sério o mistério da encarnação e a perceber que a pessoa de Jesus oferece acesso a compreensão e critério do que significa fazer a vontade de Deus. Esse renovado interesse e encantamento

³¹ Cf. João 1, 1-14.

pela pessoa de Jesus de Nazaré provocou mudanças significativas na configuração da identidade, da vida cristã e da própria ação evangelizadora. Consolidou-se, sobretudo, de modo significativo a consciência da dimensão ecumênica e dialogal da vida cristã, além da necessidade da encarnação ou tradução da Tradição cristã no contexto histórico contemporâneo.

No campo da catequese, como espaço de iniciação e educação da fé cristã, lugar privilegiado para captar a presença atuante do leigo, sobretudo desse perfil, captamos visivelmente a profundidade da transformação na mentalidade religiosa popular. Os catequistas perceberam, de modo cada vez mais crescente, a centralidade da Palavra de Deus como fonte da vida cristã e o conteúdo da própria catequese. Sentiram, de modo mais urgente que a própria instituição, a necessidade de investir intensamente na formação bíblica. Buscaram, geralmente por conta própria, estudar e conhecer, com profundidade e intimidade, a Bíblia. Em defesa da nova consciência eclesial e de novo jeito de promover a iniciação cristã, surgiu o movimento “catequese renovada”. Este preconiza a necessidade de passar pela porta estreita, ou seja, conhecer e deixar-se transformar pelo jeito de viver de Jesus de Nazaré. A vida desse homem encarna o Cristo da fé. Assumiu-se, então, a bandeira da “catequese cristocêntrica”. Como Jesus percebia, com a agudeza de espírito, a importância da situação concreta que cada pessoa se encontrava, do mesmo modo, a catequese passou a preocupar-se com a realidade sociofamiliar do catequizando como parte integrante do dinamismo catequético.

Nos grupos de reflexão bíblica encontramos outro campo especial que favorece a percepção da nova realidade eclesial assumida pelo leigo. Do seio das Comunidades Eclesiais de Base, como também nas tradicionais paróquias, brotam inúmeros círculos bíblicos no meio do laicato. Pequenos grupos de pessoas se reúnem nas casas para estudar e meditar a Palavra de Deus, de modo orante

e diretamente relacionado com os desafios da vida concreta. Aos poucos, o leigo experimenta que o Deus que lhe fala por meio das narrativas bíblicas, fala-lhe também, do mesmo modo, de dentro das situações concretas da vida. Ao perceber, de modo próximo e concreto, a unidade entre fé e vida, começa a conversa a partir de provocações diretas da Palavra de Deus, mas, ao mesmo tempo, sem mudar de assunto, insere no calor do bate-papo os problemas e desafios da vida concreta. Em seguida, inspirado pela Palavra, sobretudo pela vida de Jesus, planeja ações transformadoras, cria organizações, associações, movimentos e outras estratégias de participação sociopolítica.

Fez história na caminhada da Igreja Católica no Brasil, entre outros, os trabalhos do Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos (CEBI), do Serviço de Animação Bíblica (SAB), do Movimento da Boa Nova (MOBON), do Projeto “Tua Palavra é Vida” da Conferência Episcopal Latino-americana (CELAM) com diversificada produção de subsídios para a leitura popular da Bíblia, além de cursos, livros, revistas e roteiros.

No contexto da Arquidiocese de Belo Horizonte, embora não sejam tão numerosos quanto os dois grupos já analisados, o leigo pertencente a esse grupo consegue desenvolver significativa presença e participação mais qualificada na ação evangelizadora da Igreja. Geralmente teve a chance de participar de curso de Teologia ou de Bíblia promovido na Arquidiocese.³² Aos poucos, torna-se inquieto e mais exigente em relação à configuração da vida cristã. Não consegue reduzir as interpelações do Evangelho e a própria

³² Entre nós atualmente merecem destaque, entre outros, os cursos promovidos pelo Instituto Regional de Pastoral Catequética (IRPAC), pelo Centro de Formação de Agentes de Pastoral (CEFAP), especialmente o “Teologia Viva”, pelo Centro Loyola de Espiritualidade, Fé e Cultura, pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE) e, sobretudo, os cursos e subsídios produzidos pelo Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos (CEBI), pelo Serviço de Animação Bíblica (SAB), pelas Paulinas, Paulus e Vozes, além dos promovidos pelas paróquias da Arquidiocese.

vida cristã a o redor das práticas sacramentais. Deseja, como é de se esperar, que a Igreja invista mais firmemente na formação bíblica e teológica dos fiéis, que consiga concretizar institucionalmente maior fidelidade a o Evangelho de Jesus, com pregação mais qualificada por parte dos clérigos e mais aberta a participação do leigo, sobretudo, da mulher. Quem consegue concretizar acesso à Bíblia, geralmente, torna-se mais exigente em relação ao próprio engajamento eclesial e sociopolítico. Em resposta aos desafios postos pela realidade, promove o surgimento ou compromete-se participar das já existentes pastorais sociais, tais como a pastoral da criança, do menor, da juventude, de rua, da terra, da mulher marginalizada, dos indígenas, dos negros, carcerária, dos dependentes químicos, dos refugiados, do migrante, grupos de fé e política, entre outras. O leigo com formação bíblico-teológica assume-se, movido pela fé e pela consciência da missão batismal, sobretudo, como agente de pastoral e de transformação sociopolítica. Deseja a Igreja menos clerical, mais fiel às fontes bíblicas, conseqüentemente, mais participativa e envolvente, comprometida com os rumos da sociedade, educadora da fé e do espírito ecumênico.

b) Comentário teológico e pistas pastorais

Muitos leigos, embora formem grupo cada vez menos numeroso, sobretudo entre os jovens, demonstram ter desenvolvido impressionante intimidade com as narrativas bíblicas. Adquirem vasto conhecimento dos personagens e dos acontecimentos descritos na vida deles. Transitam pelos diversos livros com destreza e desenvoltura. Localizam rapidamente livros, capítulos e versículos. Tal conhecimento, resultante de longo processo de dedicação e estudo, mostra-se importante, mas não suficiente para alimentar a caminhada de cristão adulto. A leitura literal, fundamentalista, moralista, apologética e antiecumênica ainda predomina no meio

dos cristãos que conquistaram acesso ao universo bíblico. Desse modo, favorecer a aquisição de visão de conjunto e do processo histórico da revelação bíblica mostra-se investimento básico na ação evangelizadora.³³

Importa apropriar-se e reconhecer-se no longo e árduo itinerário de amadurecimento histórico pelo qual passou o Povo de Deus até dar-se conta do projeto salvífico universal de Deus revelado em Jesus de Nazaré. Nesse sentido, aprender a situar as narrativas bíblicas no contexto histórico em que foram escritas, reconhecer as crises vividas e o significado de cada etapa de revisão, aprofundamento, retomada e amadurecimento da imagem de Deus e do conteúdo da aliança adquirem o status de passagem obrigatória e incontornável na caminhada de fé.

Urge, então, que a ação evangelizadora promova, por meio de cursos, grupos de estudos, subsídios, homilias qualificadas, entre outros, a arte de interpretar a Palavra no horizonte da vida e, sobretudo, de cultivar intimidade orante com o Deus da vida que se revela na pessoa de Jesus de Nazaré e na dinâmica dos acontecimentos históricos de cada povo e, particularmente, de cada pessoa.

Esse acesso à Bíblia mostra-se caminho necessário para a conquista da fé cristã adulta, crítica e autônoma. Além disso, mostra-se condição necessária para a consolidação da identidade cristã em contexto de pluralismo cultural e multirreligioso. Somente reconhecendo-se como interlocutor legítimo da Tradição consignada nas Escrituras, a pessoa construirá e manterá a sua identidade religiosa cristã.

A ação evangelizadora tem a missão de tornar as narrativas bíblicas verdadeiro espelho através do qual cada cristão se reconheça, experimente a presença amorosa de Deus com ele e encontre

³³ Cf. SEGUNDO, J. L., *Etapas pré-cristãs da descoberta de Deus. Uma chave para análise do cristianismo latino-americano*, Petrópolis: Vozes, 1968.

elementos significativos para analisar e forças para transformar a situação e m que se encontra. É preciso investir no oportunizar e possibilitar a experiência de que cada cristão compreenda-se, de fato, ascendente de Abraão e, portanto, herdeiro da promessa; como outrora no Egito e no cativeiro da Babilônia, reconheça-se herdeiro da libertação promovida por Deus por meio de Moisés e dos profetas. Mais fortemente ainda, que experimente a presença amorosa do Abbá de Jesus e ouça o chamado de ser discípulo missionário, como Pedro, Tiago, João, Paulo e tantos outros.

A missão da Igreja concretiza-se, fundamentalmente, quando se tornar mediação facilitadora da experiência de Deus. Compara-se ao trabalho da mãe que, ao zelar, cuidar, apresentar e testemunhar a memória da revelação cristã, além de promover o encontro pessoal com Jesus Ressuscitado na força do Espírito Santo, favorece a geração de novos/as filhos/as para a fé, cuida deles, educa-os para a convivência justa e fraterna, serve-lhes de plataforma de lançamento para a vida em sociedade.

Em todos os passos da IV Assembleia do Povo de Deus, percebem-se claramente presente os apelos dos cristãos pela maior explicitação, concretização e cultivo da centralidade da Palavra de Deus na vida da Igreja. Observa-se, de modo recorrente, no convívio com os membros das comunidades de fé, nos relatórios paroquiais e forâneos, como também no texto das próprias Diretrizes e dos Planos de pastoral regionais, a sede de maior acesso ao conhecimento da Bíblia por parte de todos os cristãos. Urge que todos se unam na promoção desse acesso aos cristãos, sobretudo dos jovens, à Palavra de Deus por meio de investimento e subsídios para cursos, grupos de estudo, rodas de conversa, palestras, gincanas, campanha para aquisição de Bíblias, aquisição de bons comentários bíblicos, participação ativa no mês da Bíblia, entre tantas outras.

No tocante à espiritualidade encarnada, diante do reconhecimento da centralidade da pessoa de Jesus e de seu mistério na vida

cristã, as diretrizes, de modo claro, estabelecem como prioridade para todos os cristãos a busca incansável por concretizar o primado da Palavra de Deus na oração, nas celebrações litúrgicas, nos círculos bíblicos, na leitura orante e no ofício divino, na catequese e, sobretudo, no incentivo à participação em cursos e estudos capazes de qualificar bispos, presbíteros, religiosos e leigos para a missão. Enfatiza-se nela a necessidade de atenção especial para a qualidade das homilias como espaço significativo para alimentar a espiritualidade bíblica em nossas comunidades de fé.³⁴

Em vista da renovação da vida comunitária, as diretrizes para Ação Evangelizadora da Arquidiocese confirmam como prioridade a oferta de formação integral e de qualidade para todos, sobretudo, por meio da formação bíblica e teológico-pastoral. Devido ao caráter de urgência, a fim de integrar iniciativas e coordenar as diversas ofertas e suscitar processo de formação permanente, propõem a criação de um Secretariado de Formação em nível arquidiocesano vinculado ao Vicariato Episcopal para a Ação Pastoral.³⁵

Em relação a inserção social, as diretrizes apontam para a necessidade de concretizarmos, com ousadia, a dimensão profética da fé por meio da participação na construção da sociedade justa, inclusiva e solidariamente fraterna. Instiga-nos a criar, promover e participar dos diversos projetos sociopolíticos, defender políticas públicas garantidoras da qualidade de vida e desenvolver presença qualificada nos meios de comunicação social e nas novas mídias.³⁶ A Tradição consignada na Bíblia prescreve a unidade inquietante e criativa entre fé e vida como importante critério de autenticidade e credibilidade, interna e externa, para a vida cristã.

³⁴ Cf. DAE - ABH, nº 23-25.

³⁵ Cf. DAE - ABH, nº 26-28.

³⁶ Cf. DAE - ABH, nº 29.

4. LEIGOS COM MENTALIDADE RELIGIOSA CRISTÃ PREDOMINANTEMENTE SOCIOPOLITIZADA E ECOLÓGICA

a) Caracterização do perfil

Quando fazemos memória da caminhada das Igrejas cristãs da América Latina, sobretudo nos últimos 50 anos, percebemos acontecimentos profundamente marcantes em relação às implicações sociopolíticas da fé. Há enorme quantidade de sangue derramado em defesa da prática da justiça, do respeito aos direitos humanos, da democracia e da paz. O sangue derramado por inúmeros mártires – leigos, religiosos, presbíteros e bispos –, como no início do Cristianismo, atesta a fidelidade evangélica e tornar-se semente de novos cristãos.³⁷ A título de exemplo, podemos lembrar alguns nomes, entre tantos outros, Adelaide Molinari, Camilo Torres, Carlos Mujica, Chico Mendes, Cleusa, Dorothy, Dom Enrique Angelelli, Ezequiel Ramin, Francisco Soares, Gabriel Mayre, Ita Ford, Jean Marie Donavan, João Bosco Burnier, Josimo, Lindalva, Margarida Maria, Dom Oscar Romero, Raimundo Ferreira, Rutilio Grande, Santo Dias, Tito de Alencar, Vicente Canãs, Vladimir Herzog. Todos assassinados por ousarem, como Jesus, denunciar em nome da fé, injustiças, opressões, corrupções, violências e, sobretudo, defender a dignidade da vida.

Em 1952, sob influência de Dom Helder Câmara, para organizar, cuidar e explicitar, sobretudo, a dimensão e as implicações sociopolíticas da fé cristã, nasce a Conferência Episcopal dos Bispos do Brasil (CNBB), hoje a maior conferência episcopal do mundo. Cresce paulatinamente, na consciência eclesial, a necessidade de

³⁷ Sugerimos, a título de exemplo, três filmes, que explicitam a dimensão do compromisso sociopolítico e ambiental da fé com a defesa da vida, muitas vezes, como Jesus, até as últimas consequências: Fé na Caminhada (1987), Romero (1989) e O Anel de Tucun (1994).

organizar projetos de evangelização, com definição de diretrizes e planos de ação. A CNBB passa a organizar-se, em caráter nacional, a partir de comissões, conselhos e assessores. Cria-se a tradição anual de fazer análise de conjuntura e eleger temáticas que desafiam a ação evangelizadora da Igreja. Surge primeiro na região Nordeste e, logo em seguida, em caráter nacional, a Campanha da Fraternidade, além da elaboração e publicação de estudos e documentos com o objetivo de formar e alimentar a consciência crítica eclesial.

A partir do fim da década de 1960 e, sobretudo, nos anos seguintes, surgem e multiplicam-se pelo Brasil e demais países da América Latina as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's)³⁸ e as Pastorais Sociais. Grupos de cristãos, ao perceberem a relação intrínseca entre fé e vida, divino e humano, céu e terra, projeto salvífico de Deus e transformação da sociedade, organizam-se como comunidades de fé, para mudar a realidade à luz do Evangelho e conquistar os anseios de dignidade cidadã. A partir da nova consciência cristã, como autêntico sinal dos tempos, no campo e na cidade, surgem inúmeras associações, movimentos, cooperativas, sindicatos e até partidos políticos, com bandeiras de reivindicações concretas. No mesmo dinamismo, surgem círculos bíblicos, grupos de fé e política, comissões, conselhos e pastorais sociais, tais como, entre outras, Comissão Pastoral da Terra, Justiça e Paz, dos Direitos Humanos, Conselho Indigenista Missionário, a Pastoral da Terra, do Índio, do Negro, da Mulher marginalizada, da Juventude,

³⁸ Há vasta bibliografia especializada, estudos, análises e teses sobre a origem, a novidade, a caminhada e os frutos da CEB's e das Pastorais Sociais. Sugerimos ao leitor que desconhece a temática: COUTINHO, S. R. et alii, CEB'S e desafios do mundo contemporâneo, São Paulo: Paulus e Iser Assessoria, 2012; OLIVEIRA, P. R. de, "CEB: unidade estruturante da Igreja", in BOFF, Clodovis et alii, As Comunidades de Base em questão, São Paulo: Paulinas, 1997; TEIXEIRA, F., A fé na Vida. Um Estudo Teológico-pastoral sobre a Experiência das Comunidades Eclesiais de Base, São Paulo: Loyola, 1987; id., A gênese das CEB's. Elementos explicativos, São Paulo: Paulinas, 1988; BETTO, F., O que é Comunidade Eclesial de Base, São Paulo: Brasiliense, 1981.

do Menor, dos povos da rua, da Criança, do Migrante, da Saúde, Operária, Carcerária.

No bojo desse criativo movimento eclesial, emerge inusitada teologia latino-americana, denominada “Teologia da Libertação”.³⁹ Essa reflexão de fé comprometida com a transformação da realidade fez história entre nós tanto no meio católico quanto protestante. Marcou a formação de inúmeros teólogos e leigos, fecundou a consciência eclesial de parte significativa do episcopado, de padres, pastores, religiosos e agentes de pastoral de grande número de comunidade cristãs católicas da América Latina. Despertou o interesse de muitos cristãos de outros continentes, mas também suscitou muitas críticas também. Provocou, por isso, o surgimento e/ou alimentou a caminhada de pastorais sociais, movimentos, grupos de fé e política, comunidades cristãs engajadas nas lutas populares e na promoção da democracia, da justiça e dos direitos humanos. Suscitou vasta produção teológica com rica publicação de livros, revistas, subsídios, cursos, vídeos, cartilhas, análises de conjuntura e assessorias teológicas e pastorais. Despertou a atenção e o interesse de incontáveis estudantes em suas pesquisas de mestrado e doutorado em todos os continentes. Provocou incontáveis ações evangelizadoras. Entre seus principais frutos, destaca-se a solidificação na consciência eclesial de que a fé cristã tem implicações sociopolíticas e exigências incontornáveis de compromisso com a prática da justiça e a defesa da dignidade da vida. Fundamentou e renovou a dimensão sociopolítica na consciência eclesial

³⁹ Muito já foi escrito sobre a Teologia da Libertação. Sugerimos ao leitor que desconhece a temática: TAMAYO J.J., Teologias da libertação, in: Dicionário de conceitos fundamentais do Cristianismo, São Paulo: Paulus, 1999; LIBANIO, J.B., Teologia da Libertação. Roteiro didático para um estudo, São Paulo: Loyola, 1987; GUTIÉRREZ, G., Teologia da Libertação. Perspectivas, São Paulo: Loyola, 2000; SEGUNDO, J.L., Libertação da Teologia, São Paulo: Loyola, 1978; BOFF, L. Jesus Cristo Libertador, Petrópolis: Vozes, 2003; SOBRINO, J., A Fé em Jesus Cristo: ensaio a partir das vítimas, Petrópolis: Vozes, 2001; BOFF, L. e BOFF, C. Como fazer Teologia da Libertação, Petrópolis: Vozes, 2005.

latino-americana. Aguçou no Cristianismo em geral a necessidade de assumir a dimensão sociopolítica como dimensão constitutiva da fé cristã.

Nos últimos tempos desenvolveu, paulatinamente, vigorosa e fecunda sensibilidade e reflexão sobre as diversas questões ambientais no seio da vivência da fé de muitos cristãos. Se na Teologia da Libertação os pobres ocupam a centralidade das preocupações, a Terra aparece como o grande pobre, ferido e em sua dignidade. Merecem destaque, entre outras temáticas: degradação ambiental, desmatamento e desertificação, extinção de espécies da fauna e da flora, poluição das águas e do ar, saneamento básico e tratamento de esgoto, consumismo, gestão de resíduos sólidos e coleta seletiva, exclusão social, necessidade e urgência em promover educação político ambiental e desenvolvimento sustentável. Surgem movimentos, associações, fundações, ONG's e partidos políticos em torno das causas ecológicas e comprometidos com temáticas ambientais.

Com tudo isso, a porcentagem de cristãos capazes de perceber a vinculação entre a fé no Deus Criador e o cultivo do cuidado com a vida infelizmente revela-se menor que a daqueles que concebem a criação como realidade entregue antropocentricamente ao bel-prazer do ser humano. A mentalidade religiosa resulta de longo processo de evangelização e coerência testemunhal. Na vida do cristão leigo, em quem predomina a mentalidade religiosa sociopolítica e ecológica, observa-se aguçada e sintonizada sensibilidade para com as grandes questões sociais e ecológicas contemporâneas. Cultiva postura inquieta, pois, percebe como vontade de Deus a transformação da realidade sociopolítica e ambiental. Esta aparece-lhe como condição de possibilidade para a conquista da vida digna para todos.⁴⁰ Passa a desejá-la ardente e diariamente. Preocupa-o,

⁴⁰ Cf. Jo 10, 10;

no contexto atual, e encontrar formas de promover o envolvimento e mobilização da sociedade para as questões sociais. Percebe-se nele aguda preocupação com as condições de vida do outro próximo, sobretudo, dos empobrecidos, injustiçados e excluídos do sistema. Mostra-se assustado com a indiferença e a invisibilidade social dessas pessoas em nossa sociedade, majoritária e contraditoriamente, cristã. Passa a habitar no horizonte de seus passos, a questão da desigualdade social; da condenação de tantas pessoas a viver em constante situação de miséria; da falta de políticas públicas e eficazes capazes de garantir ou promover a dignidade humana; do acesso à saúde, à educação, à moradia, ao saneamento básico, da consequente falta de oportunidades. Destacam-se, entre as fontes de indignação, a banalização da violência e o grau de corrupção generalizada nos diversos aspectos da vida em sociedade, especialmente, no campo da política. Preocupa-se, de modo especial, com o contra-testemunho e/ou a omissão das instituições sociopolíticas, mas, igualmente e sobretudo, das instituições religiosas.

Na Arquidiocese de Belo Horizonte, reconhecemos a presença de grupos de cristãos leigos com a mentalidade religiosa predominante sociopolítica e ambiental. O Vicariato Episcopal para a Ação Social e Política congrega e confirma a existência de diversas pastorais sociais, de grupos de fé e política. Do mesmo modo, o Núcleo de Estudos Sociopolíticos (Nesp) vem desenvolvendo intenso trabalho de formação sociopolítica no seio da Igreja de Belo Horizonte. O Vicariato, o Nesp, as Pastorais sociais, os grupos de fé e política organizam, entre outros, cursos, encontros, caminhadas, passeatas, protestos, abaixo-assinados, palestras, produção de livros, subsídios, projetos de pesquisa e assessorias. Em sintonia com a CNBB, organizam e participam da Campanha da Fraternidade, da Semana Social Brasileira e do Grito dos Excluídos.

O leigo com mentalidade sociopolítica e ecológica forma outro grupo minoritário na Arquidiocese de Belo Horizonte. Esse grupo

fez-se presente de modo marcante nas diversas assembleias do Povo de Deus. Observa-se, no entanto, que na IV Assembleia do Povo de Deus a refeceu a presença atuante de outrora, não obstante tenha ajudado a melhor explicitar a dimensão sociopolítica e ecológica nas diretrizes e planos regionais. Talvez seja reflexo da macroconjuntura e desial que não mais favorecia, pelo menos como nas décadas de 1970, 1980 e 1990, a explicitação e o crescimento dessa dimensão da fé cristã. Nas assembleias anteriores, por exemplo, propuseram a ampliação dos grupos de fé e política, a criação do Nesp, do Vicariato específico e, sobretudo, ajudou a solidificar a inserção social como dimensão estruturante da ação evangelizadora da Arquidiocese. Inspirado pela prática de Jesus, ele deseja uma Igreja cada vez mais profética, comprometida sociopoliticamente com a defesa e promoção da dignidade humana. Além disso, uma Igreja consciente de seu papel de instância ética, educadora de mentalidades interdependentes e conscientes dos limites, promotora da transformação da realidade e da conquista do desenvolvimento sustentável.

b) Comentário teológico e pistas pastorais

A fé cristã nasce fundamentalmente da acolhida de um mistério: a percepção de que na vida de um homem, Jesus de Nazaré, Deus revelou-nos seu ser e o seu projeto salvífico universal. Isso significa que a pessoa de Jesus – o que fez e ensinou – oferece-nos acesso privilegiado, dá-nos visibilidade do “rosto de Deus”⁴¹ e mostra-nos, sobretudo, que significa concretizar historicamente a vontade de Deus. Na busca de favorecer o encontro com Deus, a ação evangelizadora descobre na vida de Jesus, simultaneamente, o acesso e o conteúdo a ser transmitido. Em outras palavras, na vida do profeta da Galileia a Igreja encontra-se, para o cristão, o meio para conseguir o que se propõe e o fim a que se pretende chegar.

⁴¹ Cf. Cl 1, 15; Hb 1, 1-3.

Toda vida humana ocorre de forma situada e em determinado contexto epocal. As coordenadas geográficas e o contexto histórico revelam-se fundamentais para a realização e compreensão da vida de cada pessoa. Com Jesus de Nazaré, homem em tudo igual a nós,⁴² não poderia ser diferente. Os Evangelhos não ocultam os detalhes da encarnação, nem as implicações sociopolíticas da vida de Jesus: varão, oriundo da tribo de Judá, carpinteiro, alguém que viveu circunscrito, sobretudo, na região do Mar da Galileia, autêntico palestinese sedento de dignidade para seu povo. Viveu inserido em contexto social desigual e injusto, organizado por uma monarquia judaica insensível à situação do povo e dominada, politicamente, pelo poderoso Império Romano. A convivência das elites políticas e religiosas emerge visivelmente dos conflitos vividos por Jesus. Ele escuta os anseios de liberdade e o clamor por dignidade dos empobrecidos e excluídos do sistema. Ao confrontar essa situação sociocultural, política e religiosa iníqua, com a experiência libertadora da presença amorosa de Deus, Jesus sente-se, então, interpelado e profeticamente chamado, como João Batista, a proclamar a chegada do Reino de Deus. Este é anunciado como boa nova de justiça e de vida plena para os pobres, acolhida e perdão para os pecadores arrependidos e, sobretudo, como juízo e chamado à conversão radical para os poderosos e opressores. Ao denunciar a situação de injustiça sociopolítica e a cumplicidade religiosa a partir da experiência de Deus, como Abbá querido, fez com que Jesus atraísse rapidamente admiradores e seguidores, mas também muitos influentes inimigos. Por tudo isso, foi perseguido, traído, preso, julgado na calada da noite e condenado à pena de morte.⁴³

⁴² Cf. Hb 2, 11-12.17; 4, 15.

⁴³ Para melhor conhecer a trajetória histórica de Jesus de Nazaré indicamos: PAGOLA, A. Jesus. Aproximação histórica, Petrópolis: Vozes, 2010; MESTERS, C., Com Jesus na contramão, São Paulo: Paulinas, 1995.

Esta trágica experiência provocará nos seguidores, primeiramente, medo e desejo de fuga, mas, logo depois, oferecerá o critério maiúsculo de avaliação da fidelidade profética de Jesus em relação a Deus: ele foi fiel até as últimas consequências, amou-nos até o fim.⁴⁴ A experiência da Ressurreição e de Pentecostes produzirá impactos transformadores na vida deles. Muito mais do que simplesmente superar a situação de amedrontados e temerosos, os seguidores de Jesus retomarão confiantes o projeto da aliança com o Deus da vida, sempre estradeiro conosco. Acolhem a vida de Jesus como a expressão máxima de fidelidade humana a Deus, fonte de coragem e conversão para transformarem suas próprias vidas, como a do Mestre, em culto agradável a Deus. Ao fazerem a memória dos feitos de Jesus, experimentam-se irmanados pela ternura e pelo vigor do Espírito do Senhor. Brota fortemente o desejo de anunciar para todos a beleza sacramental da vida de Jesus e formar comunidades que se esforçam diariamente para assumir o desafio de viver como Jesus: concretizar a vontade de Deus, comprometer-se com o Reino de Deus. Dessa experiência profunda, nascerá propriamente a identidade cristã.

Mais que realidade simplesmente religiosa, a memória da vida de Jesus indica-lhes que o Reino de Deus possui intrínsecas implicações sociopolíticas. Acolher a presença do Reino transforma a dinâmica cotidiana da vida humana pela experiência profunda da gratuidade do amor de Deus que nos envolve, sustenta e irmana.⁴⁵ Desse modo, o amor ao próximo revela-se culto agradável a Deus.⁴⁶ Significa, concretamente encarnado na vida de Jesus, comprometer-se com a prática da compaixão, socialmente inclusiva e libertadora, e da convivência fraterna, pautada pela justiça, pelo di-

⁴⁴ Cf. Jo 13, 1; Fl 2, 6-8;

⁴⁵ Cf. Mc 1, 15; Mt, 6, 33;

⁴⁶ Cf. Lc 10, 25-37; 15, 11-32; Mt 25, 31-46;

reito e pela promoção do respeito à dignidade de cada pessoa. Tal projeto de Deus não é imposto a nós, ao contrário, implica a desão livre, passa pelo compromisso pessoal e sociopolítico em participar ativamente da transformação da realidade. Ora, na realidade humana amalgamam-se e integram-se, como não poderia de outra maneira acontecer, as dimensões pessoal, sociopolítica, econômica, ecológica e religiosa. Mostraram-se ingênuas, esquizofrênicas e ideologicamente comprometidas as tentativas históricas de isolar ou mesmo separar a dimensão religiosa das demais dimensões da vida humana. A fé cristã, portanto, envolve e ilumina a totalidade da vida do cristão. Caso contrário, a vida cristã será assumida de modo parcial ou, o que é pior, deturpado e contraditório.

A revelação bíblica, os documentos do magistério da Igreja e do Concílio Vaticano II reconhecem, explicitam e definem as implicações sociopolíticas da fé cristã. Apontam a impossibilidade da fidelidade ao Evangelho sem o compromisso ético de transformação da realidade sociopolítica e ambiental. A dimensão sociopolítica da fé cristã suscitou a necessidade de elaboração da Doutrina Social da Igreja.⁴⁷ E hoje a gravidade e urgência postas pela situação de degradação ambiental causada pela ação humana clamam por maior explicitação das implicações ecológicas da fé cristã.

Na ação evangelizadora da Igreja, cresce a consciência sociopolítica e ecológica, mas precisa avançar muito mais. Não conseguiremos construir um sociedade justa e ecologicamente sustentável nem nos países onde a maioria da população confessasse cristã católica. A realidade de injustiça e exclusão social, aliada a quase generalizada cultura que resulta em degradação ambiental, indica-

⁴⁷ Sobre a doutrina social da Igreja sugerimos: Pontifício Conselho Justiça e Paz, *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, São Paulo: Edições Paulinas, 2009; KEENAN, James (organizador), *Ética teológica católica no contexto mundial*, Aparecida: Editora Santuário, 2010; CNBB: *Temas de Doutrina Social da Igreja*, São Paulo: Paulinas e Paulus, (Cadernos 1, 2 e 3), 2004-2006.

nos déficit de educação ética socioambiental e falta de clareza em relação às exigências do agir cristão. Temos um longo e exigente trabalho de evangelização da cultura contemporânea.

Na caminhada da Arquidiocese de Belo Horizonte, observamos passos pequenos, mas significativos, sem deixar de reconhecer o vasto horizonte que temos pela frente. Nas Assembleias do Povo de Deus, quando se definem as diretrizes da ação evangelizadora e, a partir dessas, os planos regionais de pastoral, visualizamos avanços e muitos desafios pela frente. Os trabalhos, estudos, encontros e ações promovidos pelos Vicariatos Episcopais, PUC Minas, Nesp, pastorais sociais, grupos de fé e política, ONG's, congregações, movimentos e outras instituições cristãs parceiras que se fazem presentes nas regiões, foranias, paróquias e comunidades indicam muita coisa bonita ocorrendo. Embora devamos sempre nos perguntar e em que medida a Igreja se constitui como instituição relevante a serviço da vida plena para todos e o fermento dos valores do Evangelho tem conseguido fermentar, marcar e transformar a realidade sociopolítica e ambiental nessa Igreja local. Os indicadores sociopolíticos e ambientais mostram que estamos distantes do aceitável. Muitos cristãos, em nosso meio, configuram a vida cristã sem qualquer implicação ética, sociopolítica e ambiental. Outros aparecem, aqui como em todo o nosso País, entre os políticos, servidores públicos, empresários, religiosos e envolvidos em esquemas de corrupção, utilização de mecanismos de exclusão social, violência e abusos de poder.

Há muitos sinais de esperança no ar. Entre outros, merecem destaque as diretrizes da ação evangelizadora da Arquidiocese de Belo Horizonte que, em sintonia com o Evangelho de Jesus, confirmam a opção pelos pobres como sinal profético do Reino de Deus entre nós. A Igreja de Belo Horizonte, na pessoa do bispo auxiliar Dom Joaquim Mol, por meio de parceria entre a CNBB e entidades da sociedade civil, apresentou recentemente projeto ousado de reforma

política contra a corrupção. Muitos cristãos leigos participam e ajudam concretizar parcerias, encontros, fóruns de discussão e manifestações contra a corrupção e a falta de políticas públicas adequadas e eficientes para a população. Muitos jovens cristãos estavam diretamente envolvidos nas últimas manifestações sociais. Por meio do trabalho desenvolvido, sobretudo, pelo Vicariato e o Nesp, grupos de fé e política e pastorais sociais procuram organizar melhor sua atuação. As questões ecológicas e sociais, muitas vezes por pressão das comunidades cristãs, ainda que de modo ainda incipiente e pouco relevante para instaurar as mudanças necessárias, entram na pauta de discussões e projetos políticos. O serviço de assessoria que a PUC Minas e outras instituições cristãs vem desenvolvendo em diversas áreas sociais é muito importante. Há um grupo de empresários cristãos preocupados com a transformação da realidade sociopolítica e ambiental.

No tocante à espiritualidade encarnada, as diretrizes apontam o grande desafio de concretizarmos, de fato, a espiritualidade cristã na dinâmica da vida da comunidade de fé e no serviço aos sofredores, pobres e excluídos. Afirma que “para ser genuína, a experiência espiritual cristã deve conduzir à convivência fraterna, à solidariedade e ao diálogo, como valores evangélicos (...) conduzir e frutificar em boas obras, no cuidado com os pobres, e sendo presença na comunidade junto aos que sofrem.”⁴⁸ Urge transformar-se em Igreja servidora, feita de homens e mulheres capazes de ir ao encontro das pessoas e acolhê-las em nome de Cristo. Já a dimensão ecológica da espiritualidade cristã não foi explicitada de modo suficientemente claro, cabe, portanto àqueles que já adquiriram esta consciência ajudar os cristãos a não se olvidarem dela.

Para a renovação da vida comunitária, as diretrizes afirmam que a vida fraterna constitui o critério maior da qualidade da vida cris-

⁴⁸ Cf. DAE-ABH, n° 23-25.

tã. Esta não existe, de fato, sem a concretização de relações sociais pautadas pela solidariedade, partilha, justiça, respeito, perdão, cuidado e a feto. Não basta haver comunidades rituais e de louvor, pois esse reducionismo transformaria a vida cristã em teatro espiritual, ou pelo menos, em um conjunto de ritualismo desligado da vida concreta. Uma árvore que não produz frutos não pode ser considerada boa pelos critérios do Evangelho.⁴⁹ Importa cuidar da formação integral e de qualidade para todos, a partir de ampla estrutura ministerial, zelar pela participação corresponsável do leigo e da leiga e ter como prioridade comunitária o cuidado com a família e com os jovens.⁵⁰ Também aqui as diretrizes não fazem qualquer explicitação direta quanto à dimensão ecológica, mas ao definir a formação integral e de qualidade, ela está aí incluída. Como concretizar o cuidado com a família e a juventude sem cuidar da casa comum? Mais uma vez cabe aos cristãos conscientes não deixá-la a trofiada na ação evangelizadora.

No nível da inserção social, aparece com maior clareza a dimensão sociopolítica da ação evangelizadora, pois, inicia por definir o desejo de que a opção pelos pobres e excluídos seja assumida como nosso profético testemunho de fé. Além de defini-la como expressão fundamental da espiritualidade cristã e do vigor da vida comunitária. Para que essa definição seja assumida, implica desenvolver sólida e sistemática formação do laicato na doutrina social da Igreja.⁵¹ Em parceria com o Vicariato Episcopal para a Ação Evangelizadora, o Nesp tomou a iniciativa de subsidiar e oferecer curso sobre a doutrina social da Igreja, mas ainda sem muita adesão e comprometimento por parte das foranias, paróquias e comunidades de fé. Também aqui não há explicitação direta da dimensão

⁴⁹ Cf. Mt 7, 17-21; DAE-ABH, n° 26.

⁵⁰ Cf. DAE-ABH, n° 27-28.

⁵¹ Cf. DAE-ABH, n° 29

e cológica tão necessária na inserção sociopolítica da Igreja. Cabe aos cristãos com essa mentalidade cuidar de incluí-la tanto na hora de concretizar projetos sociais quanto na busca de presença qualificada nos diversos meios de comunicação.

5. LEIGOS COM MENTALIDADE RELIGIOSA CRISTÃ PREDOMINANTEMENTE ECUMÊNICA E ABERTA PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO

a) Caracterização do perfil

Nosso mundo passou por mudanças profundas nos últimos tempos. Entre elas destaca-se a crescente percepção, seguida do reconhecimento, da legitimidade e do valor, do pluralismo étnico, cultural e religioso. Esse fenômeno contemporâneo, descrito como compreensão do mundo como aldeia global ou planetária, resultou da inédita experiência possibilitada pela criação de poderosos meios de comunicação e de transporte. Estes engendraram outra visão da realidade e dos limites do planeta Terra, quando favorecerem verdadeiro estreitamento das distâncias físicas e temporais. Atualmente, temos nova situação quanto à diversidade e à própria relação entre as diferentes nações, culturas e religiões.

Após a trágica experiência de duas guerras mundiais, reconhecemos que paulatinamente a humanidade conquistou avanços na gestão dos conflitos: conseguimos ultrapassar fronteiras, superar divisões, quebrar muros e construir pontes. Hoje há muito maior proximidade e interação entre os grupos diversos. “Cidades planetárias”, como Nova Iorque, Cidade do México, São Paulo, Paris, Londres, Madri, Berlim, Tóquio, Rio de Janeiro, entre tantas outras, possibilitam a relação e a convivência cotidiana entre pessoas dos mais diversos grupos étnicos, culturais e religiosos. Criam-se novos vocábulos e expressões: planetização, globalização, mundialização,

multiculturalismo, mundivivências. Promove-m-se, com frequência cada vez maior, intercâmbios culturais, experiências e encontros multirreligiosos. Se por um lado, os conflitos aumentaram e cotidianamente nos deparamos com as velhas práticas xenofóbicas, etnocêntricas ou religiocêntricas, por outro, reconhecemos, em não poucas pessoas, inusitada mudança de mentalidade, manifestações de novas identidades, esforços de tolerância e respeito para com as minorias, além de ricas e originais experiências antropológicas, até pouco tempo inimagináveis.

A necessidade de novo pacto social impõe-se. Do mesmo modo, brota a exigência de pensar em educação para a convivência em tempos de pluralismo. Preocupa-se com a cultura da paz. Percebe-se a urgência da construção de, pelo menos, um mínimo de consenso ético planetário. Muitos já reconhecem, não apenas empresas e feiras de negócios multinacionais para fins de ampliação de mercado ou intercâmbio tecnológico, mas organismos e tribunais internacionais ou mundiais. Muitas manifestações dessa “nova era”, especialmente no campo cultural e religioso, revelam-se ainda incipientes e germinais.

O cenário religioso brasileiro transforma-se de modo visível. Os dois últimos censos, sobretudo, indicaram mobilidades e alterações na nossa geografia religiosa. As opções para caracterizar as experiências religiosas apresentam limites. Houve necessidade da criação de outras categorias para expressar novas realidades, identidades e vivências religiosas, bem como explicitar mudanças ocorridas nas identidades religiosas tradicionais de nosso meio.

Em relação ao Cristianismo Católico, observa-se, além da tendência da perda de fiéis⁵², sobretudo jovens e geralmente para

⁵² Os censos de 2000 e 2010 indicam notável perda de fiéis, sobretudo jovens e geralmente para outras tradições cristãs ou para engrossar o número dos que se declaram sem religião. Alguns autores da sociologia da religião reconhecem o catolicismo como o grande celeiro para as outras religiões, já que até pouco tempo atrás a maioria quase absoluta da população declarava-se cristã católica. Hoje, ainda se declara cristã, mas não mais apenas católica.

outras tradições cristãs, leigos com mentalidade religiosa diferente. Já nos referimos ao crescimento dos católicos pentecostais ou carismáticos. Constatamos, de modo significativo, em muitos leigos a tendência a quebrar distâncias entre as religiões cristãs e, em menor número, das outras religiões. Por um lado, observamos a diminuição da radicalidade das posturas apologéticas excludentes, de intolerância para com a mudança de religião e/ou a realidade, cada vez mais comum, de diversidade religiosa familiar, por outro lado, o aumento das manifestações de desconforto em relação às posturas e práticas proselitistas. Cresceu também a fragilização dos vínculos institucionais e da postura de colher uma religião como fonte exclusiva de identidade ou vivência religiosa. Se historicamente reconhecemos o fenômeno do sincretismo religioso no cristianismo popular, em Minas Gerais sobretudo em relação aos cultos afro-brasileiros, Candomblé e Umbanda, e, especialmente, o Kardecismo, hoje, com a conquista de maior autonomia das subjetividades religiosas, ocorre muito mais. Alguns se mostram simplesmente mais dispostos a dialogar, com abertura para aprender e até assimilar valores de outras tradições religiosas. Não se trata, a nosso ver, do crescimento da tendência à privatização do patrimônio religioso, mas da superação de preconceitos demonizadores da religião alheia, do crescimento da consciência da autonomia e, conseqüentemente, da conquista de liberdade de trânsito religioso. Em contexto de reconhecimento da beleza do pluralismo religioso, tolerância, respeito e liberdade religiosa, quando não há investimento na formação, clareza da identidade religiosa e satisfação do fiel em suas buscas espirituais e existenciais, ocorrem, com maior facilidade, casos de mudança de religião, como também o fenômeno do sincretismo, da bricolagem e do hibridismo religioso.

A pedagogia do medo e da ameaça perde credibilidade e eficácia no discurso religioso como forma de fidelização dos fiéis. Alguns cristãos católicos, à revelia da instituição e dos limites estabelecidos pela doutrina, convivem bem, assimilam e até conseguem, em suas práticas religiosas, sem contradições internas, elementos, crenças, ritos e costumes de matrizes religiosas diferentes. Entre esses há aqueles que praticam veladamente, mas com tendência a tornar pública, sobretudo entre as novas gerações, a prática da dupla ou até tripla pertença: reconhecem-se católicos kardecistas, católicos kardecistas e umbandistas, católicos umbandistas e candomblecistas, católicos daimistas, católicos budistas, católicos animistas, e entre outros. Entre esses, uns afirmam ser católicos e frequentam igrejas evangélicas e outros tipos de culto também, há católicos que rezam para os santos e para orixás, que frequentam a Igreja Católica, mas também a Sheicho-no-Ie, por exemplo. Outros ainda reconhecem a beleza e o valor das diversas tradições religiosas, confirmam a identidade cristã católica, mas ampliam a capacidade de convivência e admiração pelas posturas e ensinamentos de líderes religiosos: Desmond Tutu, Dalai Lama, Mahatma Gandhi, Luther King, entre outros. Promovem avanços na direção da superação de preconceitos e na construção do diálogo ecumênico e inter-religioso.

No contexto atual da Arquidiocese de Belo Horizonte, nota-se mudanças dignas de serem aqui reunidas: nota-se a presença teimosa de grupo de leigos com mentalidade religiosa cristã predominantemente ecumênica e aberta ao diálogo inter-religioso. Muitos fazem parte concomitantemente dos grupos de leigos com mentalidade religiosa bíblico-teológica e sociopolítica e ecológica. Primeiramente, leigos com acesso à formação bíblico-teológica, ao conhecer de perto o projeto salvífico de Deus revelado na vida de Jesus de Nazaré e os ensinamentos do Concílio Vaticano II, tendem a acolher o espírito ecumênico e a desenvolver postura de diálogo

inter-religioso. Em Belo Horizonte, nos cursos de teologia, tornou-se comum encontrar pessoas de outras tradições cristãs e religiosas. Do mesmo modo, aqueles que conquistaram acesso ao ensino superior e receberam formação humanista crítica, filosófica, ética, sociopolítica e ecológica tendem a desenvolver a abertura fraternal, ecumênica e dialogal com as pessoas participantes de outras religiões. Segundo, os leigos que construíram sua identidade cristã nutrida e trabalhada pela matriz do catolicismo popular mostram-se capazes de gestar identidades, posturas e vivências religiosas cristãs mais abertas, tolerantes e dialogais tanto com as outras religiões cristãs quanto com as demais religiões. Os muros de separação e do preconceito religioso foram construídos mais por conceitos doutrinários impostos e por ideologias institucionalizadas com discursos demonizadores das demais tradições religiosas que por experiências pessoais de conflito, contradição ou incompatibilidade. Ao conversar com o leigo com mentalidade religiosa oriunda do catolicismo popular, observa-se maior tendência à postura tolerante, de respeito e de abertura dialogal que de fechamento ou exclusão.

O que mais caracteriza esse grupo encontra-se na capacidade de cultivar visão positiva da religião do outro. O leigo desse grupo não se aproxima do adepto de outra religião como quem se aproxima de inimigo ou de doente contagioso. Livrou-se do preconceito, do medo e do famoso “cruz-e-credo”, que provocava cegueira e afastamento como obra do demônio qualquer símbolo, rito e costume religioso diferente. Por isso, quando se aproxima de pessoa de outra religião não deseja convencê-la da superioridade da própria religião ou demonstrar erros e contradições. Aprendeu com o exemplo de Jesus a acolher a pessoa independente de qualquer coisa, inclusive de sua confissão religiosa. A postura de respeito, abertura e diálogo, nasceu da convivência social e fraterna.

Avalia-se como positiva a prática de estudos bíblicos teológicos ecumênicos como os desenvolvidos pelo Centro Ecumênico de

Estudos Bíblicos (CEBI), a Campanha da Fraternidade Ecumênica, parceria entre a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC), do mesmo modo, a Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos, além da utilização da versão ecumênica da oração do Pai Nosso. A título de exemplo, avalia-se como muito positivo o trabalho social desenvolvido pelo Núcleo Assistencial Caminho para Jesus, que começou com um grupo de espíritas e, hoje, nele encontramos espíritas, católicos, evangélicos, pessoas de boa vontade de mãos dadas pela causa comum. Nesse mesmo sentido, acontecem parcerias em creches, lares de idosos, campanhas, protestos, projetos políticos, sociais e ecológicos. Os leigos desse grupo desejam uma igreja mais aberta e dialogal, consciente de seu papel de construtora da cultura da paz, comprometida com parcerias sociopolíticas e ecológicas ecumênicas e multiconfessionais.

b) Comentário teológico e pistas pastorais

A boa nova do Evangelho não deve ser compreendida, sob pena de deturpar-se, apenas para os cristãos, menos ainda com exclusividade para os católicos. Na base do cristianismo, encontramos experiência de Deus que nos irmana a todos. O Deus de Jesus revela-se com projeto salvífico para toda humanidade. Urge formar nos cristãos a consciência da dimensão sacramental da Igreja em relação ao Reino. Mais importante que a defesa da instituição católica, visão estritamente autorreferencial, encontra-se a missão de evangelizar o mundo. Formar comunidades de fé capazes de acolher o Espírito Santo, testemunhar e irradiar a presença do Reino de Deus ao jeito de Jesus. Essa compreensão emerge da própria vida de Jesus que se entrega totalmente, de modo fiel, à missão de revelar ao mundo a presença do amor gratuito e universal de Deus no meio de nós. Em Jesus de Nazaré, Deus se revela fonte de amor universal e de

sustentação da autonomia da vida; fonte de misericórdia infinita e de poder transformador de vidas pela força do amor; fonte de sentido que inspira a práxis da justiça e da inclusão social, poder de colocar-se a serviço da dignidade da vida. A Igreja encontra a sua razão de ser no serviço que presta a humanidade: tornar visível pelo ensino e, sobretudo, pelo testemunho a presença amorosa e dinamizadora de Deus. Quem ama aproxima, reúne, congrega, acolhe, perdoa, cuida, promove a liberdade e a dignidade, reconstrói, não exclui, não abandona, espera contra toda desesperança.

Cabe a ação evangelizadora promover a configuração da Igreja como comunidade dos batizados, conscientes da missão de formar o “Corpo de Cristo”. Comunidade de fé que assume a tarefa de ser sacramento do projeto salvífico universal do Pai. Comunidade fraterna que adota como critério de discernimento de seu agir a própria vida de Jesus. Comunidade toda ministerial que, na força do Espírito do Senhor, compromete-se, de modo corresponsável, na missão de anunciar e testemunhar a presença do Reinado de Deus no meio de nós.

As diretrizes da ação evangelizadora da Arquidiocese de Belo Horizonte, no tocante à espiritualidade encarnada, afirmam que, quanto mais a centralidade da vida de Jesus conseguir ser concretizada nas comunidades, mais explícita tornar-se-á a dimensão ecumênica e dialogal da espiritualidade cristã. Deus não violenta o mistério da consciência e da liberdade humanas, ao contrário, revela-se como aquele que as sustenta. O dinamismo da aliança centra-se em estrutura dialogal, apresenta-se como proposta que interpela e espera pacientemente resposta livre, responsável e participativa do ser humano. Jesus provoca o chamado ao manifestar a misericórdia infinita e a amorosa de Deus para com o pecador. O chamado à missão de evangelizar revela-se maior do que a adesão a um credo religioso. Além disso, importa não nos esquecermos das lições advindas do caminho trilhado, pois a configuração

a utossuficiente e a utorreferencial do cristianismo católico deixou marcas negativas na história da humanidade. Justificamos guerras religiosas, ignoramos a dignidade e passamos por cima de tradições culturais e religiosas indígenas e africanas, desenvolvemos posturas apologéticas violentas, preconceituosas e excludentes. A Igreja percebeu a necessidade de conversão. Deu, com a graça de Deus, passos concretos, ainda que tímidos, na reflexão teológica e na concretização de práticas ecumênicas e a abertura dialogal com as outras religiões.⁵³

No âmbito da renovação da vida comunitária, do mesmo modo, as diretrizes insistem em formar rede de comunidades capazes de fomentar a participação e provocar a experiência de Jesus Cristo.⁵⁴ A relação de Jesus com os discípulos suscitava em todos o desejo de envolver-se e participar, de modo corresponsável, da missão. Jesus os educa, orienta, encanta, confia e envia em missão. Os evangelhos mostram que Jesus formava a identidade religiosa dos discípulos numa caminhada que apostava na liberdade e na autonomia de cada sujeito. O Mestre não permitia a construção de muros quando a tentação batia à porta dos discípulos.⁵⁵ Os evangelhos descrevem a postura de abertura e de diálogo de Jesus. Mostram inclusive situações concretas em que muitos decidiam não mais segui-lo.⁵⁶ A adesão somente pode ser livre. Por isso mesmo, a dimensão ecumênica e dialogal não pode ficar de fora, já que a boa nova do Reino deve ser anunciada para todos.

Em relação à inserção social, as diretrizes assumem com clareza a opção pelos pobres e excluídos como testemunho profético de fé, assumida na perspectiva ecumênica e do diálogo inter-religioso.⁵⁷

⁵³ Cf. DAE-ABH, nº 23-25.

⁵⁴ Cf. DAE-ABH, nº 26-27.

⁵⁵ Cf. Mc 9, 38-41;

⁵⁶ Cf. Jo 6, 60-66;

⁵⁷ Cf. DAE-ABH, nº 29.

Somente assim, faz-se possível chegar a todos o amor gratuito e salvífico de Deus. Jesus assume a prática da justiça, da acolhida misericordiosa e do amor fraternal com o próximo como critérios concretos para situar as pessoas no horizonte do Reino. Nesse sentido, na inserção social da vida cristã, importa fundamentalmente menos a adesão a confissões e doutrinas religiosas que a promoção da justiça inclusiva e da dignidade da vida. Avançar na dimensão ecumênica e do diálogo inter-religioso significa concretizar a acolhida da família humana. Ao qualificar a presença e atuação nos meios de comunicação, a sensibilidade ecumênica e de abertura ao diálogo inter-religioso fará diferença.

A TÍTULO DE CONCLUSÃO

Habitamos um Continente de população miscigenada. Formada pela mistura, nem sempre espontânea e pacífica, de etnias, culturas e religiões. Habitado por descendentes de povos criativos, festivos e esperançados. Portador de solo fértil, com riqueza mineral e aquífera, de bela diversidade na flora e na fauna. Continente, infelizmente, ainda repleto de contradições, pois assumidamente cristão e repleto de profundas injustiças históricas. Aqui vive o maior contingente de católicos, mas, ao mesmo tempo, dominado por estruturas excludentes, geradora de minoria rica, cada vez mais rica, à custa da exploração da maioria pobre cada vez mais pobre e de acelerado processo de exploração e degradação ambiental.

Então, mais importante que constatar a diversidade de mentalidades religiosas predominantes no meio do laicato e caracterizar o perfil delas, seguramente, encontra-se o desafio de pensar e organizar a ação evangelizadora. Esta precisa garantir a todos os cristãos

a experiência de confiança na presença amorosa de Deus, por meio do acesso pessoal à pessoa de Jesus de Nazaré e do cultivo diário de abertura criativa ao Espírito Santo. A espiritualidade trinitária mostra-se fundamental para a conquista da maturidade da fé cristã. Urge explicitar nessa espiritualidade a morosamente relacional, a dimensão do cuidado com a vida. Importa desenvolver maior zelo no testemunho para que os valores do Evangelho sejam melhor assumidos no agir dos cristãos.

A vida cristã resulta de constante processo de evangelização, com envolvimento e participação corresponsável dos que estão sendo evangelizados na missão. Cresce a consciência entre nós da centralidade do chamado batismal. Todos os batizados, pela força do Espírito Santo que os habita, são chamados a formar o “Corpo de Cristo” na história por meio de redes de comunidades de fé, fraternas no culto e na convivência diária. Somente será possível no dia em que os leigos serem reconhecidos e se sentirem, de fato, tão responsáveis quanto os ministros ordenados pela missão de evangelizar pelo testemunho da vida cristã. Não pode continuar entre nós o domínio de mentalidade religiosa e da forma de organização eclesial fundada na superioridade do sacramento da Ordem em relação ao do Batismo. Ou seja, importa superar a teoria e a prática cristã em que os ministros ordenados dominem os leigos.

A mediação da comunidade cristã – formada por homens e mulheres animados pela fé e capazes de consolidar convivência fraterna interna e comprometida com os rumos sociedade em que se encontra inserida – foi conquista fundamental e estruturante da caminhada do Cristianismo na América Latina. Urge passar da inserção social ritual para a inserção comprometida com a defesa da dignidade da vida. Não basta fundar e espalhar comunidades de culto, mas comunidades fundadas na prática dos valores do Evangelho. Nossa forma de organização eclesial não tem contribuído para a consolidação da vida cristã em sociedade.

REFERÊNCIAS

ANTONIAZZI, A. Os ministérios na Igreja, hoje: perspectivas teológicas, Petrópolis: Vozes, 1975.

ARNS, Paulo Evaristo. Os ministérios na Igreja, São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, 1980.

BLANK, R. J., Ovelha ou protagonista? A Igreja e a nova autonomia do laicato do século XXI, São Paulo: Paulus, 2006.

CNBB, Missão e ministérios dos cristãos leigos e leigas, (Documento 62), São Paulo: Paulinas, 1999.

_____, Leigos e participação na Igreja: reflexão sobre a caminhada da Igreja no Brasil, (Estudos da CNBB, 45), São Paulo: Paulinas, 1986.

CNL, Vocação e missão dos leigos na Igreja e no mundo, in: Revista Pastoral, São Paulo: Paulus, Julho-Agosto 1987, pp. 27-29.

CONCÍLIO VATICANO II. Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* (sobre a Igreja no mundo de hoje), Petrópolis: Vozes, 2000.

FAIVRE, A. Os leigos nas origens da Igreja, Petrópolis: Vozes, 1992.

KUZMA, C. Leigos e leigas: força e esperança da Igreja no mundo. São Paulo: Paulus, 2009.

JOÃO PAULO II, Papa. *Christifideles Laici* (sobre vocação e missão dos leigos na Igreja e no mundo), Petrópolis: Vozes, 1989.

PAULO VI, Decreto ^[1]_{SEP} Apostolicam Actuositatem (sobre o apostolado dos leigos), Roma: Vaticano, 1965.

SCOPINHO, S. C. D., Igreja e laicato adulto, Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

Sobre os autores

- **ADRIANA MARIA BRANDÃO PENZIM**

Graduada em Psicologia, mestre em Ciências Sociais, doutora em Psicologia Social. Professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Membro do Grupo Gestor do Nesp.

- **BRUNO MÁRCIO DE CASTRO REIS**

Graduado em Psicologia, curso mestrado em Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Atuou como estagiário pesquisador no Nesp, no período de 2009 a 2012.

- **EDWARD NEVES MONTEIRO DE BARROS GUIMARÃES**

Graduado em Filosofia e Teologia, mestre em Teologia Sistemática. Coordenador do Centro Superior de Estudos Teológicos e Pastorais (Cestep) e professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

- **IZABELLA FARIA DE CARVALHO**

Graduada em Ciência da Computação e em Geografia, mestre e doutora em Geografia - Tratamento da Informação Espacial. Coordenadora do Centro de Geoprocessamento de Informações e Pesquisas Pastorais e Religiosas (Cegipar) da PUC Minas.

- **KARINA PEREIRA DOS SANTOS**

Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Trabalha na Prefeitura de Belo Horizonte. Atuou com estagiária pesquisadora no Nesp, no período de 2009 a 2012.

- **PAULO SÉRGIO SOARES**

Mestre em Ciências Bíblicas pelo Pontifício Instituto Bíblico, cursa o doutorado em Ciências da Religião na Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Assessor do Centro de Geoprocessamento de Informações e Pesquisas Pastorais e Religiosas (Cegipar) da PUC Minas.

- **ROBSON SÁVIO REIS SOUZA**

Graduado em Filosofia, mestre em Administração Pública, cursa o doutorado em Ciências Sociais. Professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Coordenador do Grupo Gestor do Nesp.